

ADRIANA BITENCOURT REIS DA SILVA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE TREINAMENTO DOS ESPORTES
COLETIVOS EM EQUIPES ESCOLARES**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em
Educação Física, para obtenção do título de
Magister Scientiae.**

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2013**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S586a
2013

Silva, Adriana Bitencourt Reis da, 1987-

Análise do processo de treinamento dos esportes coletivos em equipes escolares / Adriana Bitencourt Reis da Silva.

– Viçosa, MG, 2013.

xii, 139 f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: José Geraldo do Carmo Salles.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Competições escolares. 2. Esportes escolares. 3. Escolas - Exercícios e jogos. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação Física. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. II. Título.

CDD 22. ed. 790.134

ADRIANA BITENCOURT REIS DA SILVA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE TREINAMENTO DOS ESPORTES
COLETIVOS EM EQUIPES ESCOLARES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 17 de junho de 2013.

Prof. Anderson da Cunha Baía

Prof. Jairo Antônio da Paixão

**Prof. José Geraldo do Carmo Salles
(Orientador)**

Aos meus pais.

"Os obstáculos não podem ser causa para sua desistência, porém devem figurar em sua vida como um sinal de tudo aquilo que ainda será melhor."

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que estiveram sempre ao meu lado e sem os quais seria impossível ter chegado até aqui. Ao meu pai, meu maior exemplo de profissional, dedicado, ético e comprometido, que sempre me motivou a lutar os meus sonhos, e nunca mediu esforços para que eu os realizasse. A minha mãe, pela compreensão, apoio, pelas horas de conversa ao telefone e por estar sempre de prontidão nos momentos mais difíceis. Obrigada pela amizade, pelo exemplo de amor, caráter, dedicação, humildade, honestidade e por me fazerem acreditar que são estes os valores que devem guiar a nossa caminhada.

A minha irmã, que é meu exemplo de persistência. Obrigada por estar ao meu lado, pelas risadas, pelos conselhos, pelo incentivo e por me mostrar o quanto é importante ter um sorriso no rosto, mesmo nas situações mais adversas.

As minhas “mães”, Tia Sô, Tia Preta e Vovó Hilda. Tia Sô e Tia Preta, obrigada pela amizade, carinho, preocupação, por todos os momentos divertidos, e principalmente, por terem escolhido ser mais que tias! E a minha Vovó Hilda, que estará sempre presente na minha luta diária, e é o modelo de mulher que eu almejo ser. Enfim, obrigada a minha família por compreenderem a minha ausência. É por vocês que eu levanto todos os dias e busco os meus sonhos!

Ao Gegê, pelas oportunidades nestes seis anos de trabalho. Obrigada pela confiança, amizade, carinho, incentivo, risadas, conversas, conselhos, pelo crescimento profissional e pessoal, por todo aprendizado e por acreditar no meu sonho. Tenho muito orgulho de tê-lo como orientador e como exemplo de professor de Educação Física.

A minha amiga “certa nas horas incertas”, Fê! Não existem palavras para agradecer todo o seu companheirismo durante estes anos. Obrigada pela paciência, apoio, carinho, amizade, por estar no meu lado nos momentos que eu mais precisei, por ter sido minha família em Viçosa. Você é uma das pessoas que tornaram este sonho possível. E agradeço também ao grande Chico Man, Maria e Franciane, pelos almoços de domingo e pela maneira carinhosa e acolhedora com a qual sempre me trataram.

A minha amiga Isabela, pela amizade, carinho, preocupação, por sempre estar ao meu lado e não permitir que ninguém perturbe o meu bem estar. Obrigada por me motivar a ser uma pessoa melhor e por estar sempre disponível.

Ao Josi, pela amizade, carinho, companheirismo, apoio, aprendizado pessoal, por acreditar no meu potencial e sempre me passar à sensação de que tudo dará certo. Agradeço por ter me proporcionado a convivência com sua família, por todos os momentos, com certeza todos eles propiciaram reflexões, aprendizado e muita maturidade.

As amigas Karina, Aline, Thaís, Tchuchu, Lelê, Lara, Tatá, Cássia, Mapa por estarem sempre na torcida. Aos amigos do Núcleo, em especial a Gi, companheira de todos os momentos, pela amizade, carinho e por todas as conversas, que me proporcionaram um grande desenvolvimento pessoal; a Thay, pela disponibilidade; a Camilinha pela paciência e prontidão em ensinar; a Bárbara, Lily, Motta pelas oportunidades e compreensão; ao Sílvio, Serginho, Juninho, Marquinho, Seu Paulinho, que com sua alegria foram a minha “válvula de escape” nos momentos de preocupação. A família Handebol LUVE, que sempre ocupou um papel fundamental em minha vida, pela compreensão e em especial a Nathy, Vânia, Fernanda, Pará, Isa, Lu, Jéssica, Jansão, Aline pelo prazer em jogar ao lado de vocês e ao Victor, pelo aprendizado, discussões acadêmicas e amizade.

A Carol, pelo entusiasmo, disposição e contribuição na fase de coleta de dados.

A todos os treinadores e coordenadores escolares que foram solícitos e que tornaram este estudo viável. Ao Comitê Olímpico Brasileiro, em especial ao Edgar Hubner, que permitiram o acesso nas Olimpíadas Escolares e pela disponibilidade em ajudar. A todos os desconhecidos, trocadores, motoristas, passageiros, que me ajudaram a encontrar os caminhos em cidades que eu nunca havia pisado.

Ao REUNI e CAPES pelo apoio financeiro. A turma EFI 2011 e a FDV pelo aprendizado em atividades docentes.

A Universidade Federal de Viçosa, assim como todos os seus professores e funcionários, pela oportunidade de aprendizagem.

A professora Ranah, por me mostrar que o melhor caminho não é o mais fácil, mas sim, aquele que nos permite lutar pelo que acreditamos.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta e indireta neste trabalho.

BIOGRAFIA

Adriana Bitencourt Reis da Silva, filha de João Bosco Reis da Silva e Maria Aparecida Bitencourt Reis da Silva, nasceu em 25 de janeiro de 1987, em Ouro Preto – Minas Gerais.

Em janeiro de 2011 graduou-se no curso de Educação Física na Universidade Federal de Viçosa. Em março do mesmo ano iniciou o curso de mestrado em Educação Física. Defendeu sua dissertação em junho de 2013.

SUMÁRIO

RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO GERAL.....	1
OBJETIVOS.....	7
APRESENTAÇÃO.....	7
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	8
ARTIGO 1: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O ESPORTE ESCOLAR.....	11
RESUMO.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
OBJETIVO GERAL.....	14
METODOLOGIA.....	14
RESULTADOS.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ARTIGO 2: MAPEAMENTO DA CONDIÇÃO DE TREINAMENTO DE EQUIPES PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES NA FASE MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL.....	56
RESUMO.....	57
INTRODUÇÃO.....	58
MÉTODOS.....	61
RESULTADOS.....	64
DISCUSSÃO.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
ARTIGO 3: COMPARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TREINAMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL.....	98
RESUMO.....	99
INTRODUÇÃO.....	100
METODOLOGIA.....	103
RESULTADOS.....	106
DISCUSSÃO.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128

CONCLUSÕES GERAIS	131
APÊNDICE A	134
APÊNDICE B	138
ANEXO A	139

RESUMO

SILVA, Adriana Bitencourt Reis da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2013. **Análise do processo de treinamento dos esportes coletivos em equipes escolares.** Orientador: José Geraldo do Carmo Salles.

O esporte é um fenômeno presente em vários setores da sociedade e que, portanto, se relaciona também com as instituições de ensino. A Lei Federal 9.615 reconhece o esporte em três manifestações: o desporto educacional, o desporto de participação e o desporto de rendimento. Dentre esses, o desporto educacional compreende as práticas nos sistemas de ensino, com a intenção contribuir na formação integral do indivíduo, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade. Uma das ações desenvolvidas no Brasil, considerando-se a prática esportiva educacional, é a competição que envolve equipes escolares. Os Jogos Escolares são eventos consolidados que ocorrem em âmbito nacional desde 1969. Portanto, o objetivo geral desta investigação foi verificar o processo de treinamento de equipes escolares das modalidades coletivas: handebol, futsal, basquetebol e voleibol, participantes dos Jogos Escolares em níveis municipal, estadual e nacional, nas competições de 2011. Os objetivos específicos foram: realizar um levantamento da produção literária sobre o esporte escolar em periódicos nacionais da área da Educação Física e Esportes entre 1990 e 2011; mapear o processo de treinamento das equipes escolares das modalidades de esportes coletivos em níveis municipal, estadual e nacional; e comparar as condições de treinamento dos esportes coletivos entre as escolas públicas e privadas participantes desses Jogos. Os métodos utilizados foram a revisão sistemática, em que a busca de dados foi realizada nos periódicos dos extratos B1, B2, B3 e B4 da CAPES; e a aplicação de questionários a 195 treinadores participantes dos seguintes eventos: Olimpíadas Escolares Brasileiras, Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos Escolares de Belo Horizonte, Jogos Internos de Juiz de Fora e Seletiva de Viçosa. Diante dos textos analisados entre 1990 e 2011, foram selecionados 57 artigos, em que foram avaliadas as propriedades das publicações, a temática, os métodos, as técnicas, as modalidades esportivas, a descrição e a fundamentação teórica dos estudos. Observou-se que a produção científica acerca da relação entre o esporte e ambiente escolar, em geral, carece de melhor aprofundamento teórico e metodológico. Observou-se ainda que para as equipes se classificarem para o nível nacional dos Jogos Escolares, algumas características foram determinantes. O estudo evidenciou que os Jogos relacionaram-se predominantemente com o esporte de

rendimento, bem como identificou uma defasagem no conceito de esporte educacional, diante da realidade dos Jogos e das proposições governamentais nos dispositivos das Leis. Foram reveladas ainda algumas diferenças em detrimento das instituições privadas e públicas, nas características que permeiam a condição de treinamento; tanto os recursos humanos, no que diz respeito à capacitação profissional, quanto os materiais e físicos apontaram a superioridade da rede privada.

ABSTRACT

SILVA, Adriana Bitencourt Reis da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2013. **Analysis of the training process of collective sports in school teams.** Advisor: José Geraldo do Carmo Salles.

Sport is a phenomenon present in many sectors of society and, therefore, is also related with educational institutions. The Federal Law 9.615 recognizes the sport in three manifestations: the educational sport, sport participation and sport performance. Among these, the educational sport comprises the practices in educational systems, and aims to achieve the integral formation of the individual, avoiding selectivity and hypercompetitiveness. One of the actions developed in Brazil concerning the educational sport practice the competitions involving school teams. The school games are consolidated events that occur nationwide since 1969. Therefore, the main objective of this study was to investigate the training process of school teams of collective sports: handball, futsal, basketball and volleyball, participants of the School Games at the municipal, state and national level competitions in 2011. The specific objectives were: to conduct a survey of the literature regarding the school sport in national journals in the field of Physical Education and Sports between the years from 1990 to 2011; map the training process of school teams from different collectives sports at the municipal, state and national level; and to compare the training conditions of collective sports among public and private schools participants of these games. The methods employed were the systematic review, in which the data search was performed in the journals of the strata B1, B2, B3 and B4 of Capes and application of questionnaires to 195 coaches participating in the following events: Brazilian Olympic School Games, School Games of Minas Gerais, School Games of Belo Horizonte, Internal Games of Juiz de Fora and Screening Process of Viçosa. From the texts analyzed between 1990 and 2011, 57 articles were selected, in which properties of publications were evaluated; thematic, methods and techniques, sports, description and theoretical background in the studies. What can be observed is that the scientific production regarding the relationship between sport and the school environment, in general, lacks better theoretical and methodological deepening. It was also observed that for teams to qualify for the national level some characteristics were decisive. The study showed that the school games were predominantly related to sport performance and identified a gap in the concept of educational sport facing the reality of the games and the government proposals in the devices of the Laws. It was also revealed some differences to concern

the private and public institutions in the characteristics that permeate the training condition. Both human resources, with respect to professional training, as the material and physical resources indicated the superiority of the private network.

INTRODUÇÃO GERAL

O esporte como é conhecido hoje, denominado de Esporte Moderno, ascendeu-se na Inglaterra por meio das escolas aristocráticas, as *Public Schools*, no século XIX e foi institucionalizado por clubes e associações (ELIAS, 1992; 1993). A Inglaterra, nesse período, se firmou como grande potência econômica e imperial e, em conjunto com sua marinha, expandiu seus territórios com a colonização, o que contribuiu para a propagação do seu modelo esportivo pelo mundo. (SIGOLI e JUNIOR, 2004). Segundo Salles (2004), “o modelo de esporte implantado pelos ingleses repercutiu mundo afora e passou a ser uma referência para que as principais organizações esportivas se pautassem” (p.2).

As escolas brasileiras receberam influência das escolas europeias e norte americanas, e com isso os conteúdos, como a ginástica e o esporte, difundiram-se nos estabelecimentos de ensino brasileiros, desde o final do século XIX (FERREIRA e LUCENA, 2006, MELLO, 1998). A partir da década de 1920, a relação entre o esporte e a escola se estreitou; o esporte foi absorvido pela escola com a função de “energizar o caráter” dos brasileiros, sendo, portanto, pedagogizado e orientado para oferecer possibilidades educativas (LINHALES, 2009). Já no período entre a década de 1930 e início da de 1940, a palavra desporto surge na legislação brasileira e o Estado Novo foi considerado um período que investiu nas leis esportivas, investimento este que se prolongou até a ditadura militar (FERREIRA e LUCENA, 2006).

Ferreira e Lucena (2006) argumentam que a década de 1930 apresentou-se como um marco para a História da Educação Física brasileira, e que configurou-se como um divisor de águas na História. Os autores apontam que o Decreto-Lei nº 1.212 de Abril de 1939 criou a Escola de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil, e que este fato propicia a reflexão de dois pontos: a materialização de um debate “antigo” no âmbito da Educação Física e indicou a necessidade de professores especializados na questão esportiva. Eles ainda sugerem que o destaque do termo Desporto junto ao termo Educação Física demonstrou que esta prática estava se estabelecendo como prática hegemônica nas aulas.

O esporte continuou ganhando relevância no contexto social, de forma que a sua prática hegemônica constituiu-se como uma referência nas aulas de Educação Física durante o período militar - 1968 a 1984 - (TABORDA DE OLIVEIRA, 2004). A

Ditadura Militar tratou o esporte, profundamente ligado a Educação Física, como uma questão de Estado, já que foi percebido como

uma esfera da cultura capaz de dar visibilidade política aos feitos da ditadura brasileira no âmbito internacional, além de contribuir com a educação de um tipo de sensibilidade adequada a um regime que apagava as diferenças, silenciava as vozes dissonantes, torturava e matava em nome da segurança nacional (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 389).

Através de estudos sobre a situação do esporte brasileiro, o país adotou a organização do esporte em quatro dimensões, a saber: o esporte comunitário, o esporte estudantil, o esporte militar e o esporte classista, expresso na Lei nº 6.215 de 1975. Esta configuração baseada na pirâmide esportiva foi detalhada no Diagnóstico da Educação Física e Deportes no Brasil, publicado em 1971. Neste modelo, a base da pirâmide era representada pelo esporte de massa e o ápice seria o esporte de alto rendimento. O esporte estudantil constituiu-se como o segundo degrau desta pirâmide, e tratava do esporte escolar e universitário.

O objetivo principal para o esporte estudantil foi representado pela busca dos talentos esportivos. A ideia era a de que ao se permitir que os alunos participassem nas escolas de atividades esportivas de caráter competitivo, seria possível identificar aqueles alunos com potencial para as diversas modalidades esportivas, e assim, eles poderiam ser deslocados para equipes de treinamento esportivo. Com essas medidas, imaginava-se que estes atletas iriam representar o Brasil em competições internacionais, tornando o país uma potência esportiva (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009).

Cabe destacar ainda que os governos militares incentivaram a prática de competições estudantis, e que apesar de já terem registros de competições desta natureza no país desde o início do século XX, a Ditadura Militar propiciou a massificação do esporte estudantil através do fomento de competições de nível nacional e estadual e a consequente formação de seleções estaduais e municipais (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009).

O esporte como direito de todos foi garantido pelo artigo 217 da Constituição Federal de 1988, que o reconheceu como prática formal e não formal. Apesar de ter sua prática assegurada, até o ano 1993, o esporte permaneceu sem uma lei específica, até a criação da Lei Zico (nº 8.672/1993). Com essa Lei o esporte passou a ser classificado em três manifestações: o desporto de participação, o de rendimento e o educacional. No primeiro, foi descrito como as práticas de modalidades que têm o intuito de contribuir para a integração dos participantes, bem como o de promover a saúde. No segundo, o conceito de esporte de rendimento foi relacionado à busca pelos resultados e regido

pelas leis e normas dos esportes institucionalizados. Já no terceiro, entendeu-se que o desporto educacional é aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, voltado para o desenvolvimento global e para a formação da cidadania. Em 1998, essa Lei foi substituída pela Lei nº 9.615/1998, em que foi mantido o conceito dessas três manifestações; atualmente, essa é uma das Leis que regula o esporte no Brasil (TUBINO, 2010).

Tendo em vista que o esporte está presente na escola, uma das dimensões da prática esportiva envolvendo escolares no País são as competições entre as instituições de ensino. Pode-se dizer que já aconteciam Jogos em níveis regionais entre as escolas, porém foi a década de 1960 que marcou o início da realização desses eventos em âmbito nacional (ARANTES et al., 2012; TABORDA, 2009). A primeira competição foi denominada Jogos Escolares Brasileiros e foi realizada na cidade de Niterói, RJ, no ano de 1969 (THOMPSON et al., 2006; TAMIOSSO, 1991). Ao longo desses 44 anos de Jogos, observou-se que houve constantes trocas de nomes, como Jogos Escolares Brasileiros, Jogos Estudantis Brasileiros, Campeonatos Escolares Brasileiros, Olimpíada Colegial da Esperança, Jogos da Juventude, Olimpíadas Escolares (ARANTES et al. 2012). Neste ano de 2013, passará a se chamar Jogos Escolares da Juventude, a pedido do Comitê Olímpico Internacional (COI), que pretende preservar o termo “Olimpíadas”.

Arantes et al. (2012), baseados em Tubino (2010), estabeleceram a divisão desses Jogos em quatro fases. Desta maneira, a primeira fase é intitulada de “O início”, que englobou o período de 1969 até 1984; a segunda, nomeada de “Esporte Educacional”, compreendeu os anos de 1985 a 1989; a terceira, chamada de “Procurando a Identidade”, foi de 1990 a 2004; e a quarta e última fase, designada “Encontrando o rumo”, ocorreu de 2005 a 2010. Em razão de as Olimpíadas Escolares 2011 e 2012 terem ocorrido nos moldes da última fase, considerou-se neste estudo a incorporação desse evento nesse período.

No que concerne à organização, as duas primeiras fases foram realizadas por organismos homólogos ao Ministério do Esporte, que, a partir da terceira, passaram a compartilhar a função com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Na última fase, manteve-se essa parceria, porém o COB passou a assumir a responsabilidade de maneira mais representativa. Excluindo-se a segunda fase, as demais incentivaram a descoberta de talentos esportivos e todas as quatro fases incluíram a participação de variadas modalidades. Além disso, destacou-se que, desde a primeira edição, o evento

configurou-se como competição em nível nacional, já que envolveu a participação de praticamente todos os estados (ARANTES et al., 2012).

Os Jogos, denominados de Olimpíadas Escolares, foram divididos em dois módulos: um destinado a alunos de 12 a 14 anos (Módulo I) e outro, a alunos de 15 a 17 anos (Módulo II). São eventos que aconteceram separadamente.

De acordo com a organização desse evento, no ano de 2011, as Olimpíadas Escolares envolveram a participação de mais de 2 milhões de alunos; as destinadas a alunos de 15 a 17 anos (Módulo II), realizada na cidade de Curitiba, PR, tiveram a participação de 3.641 alunos atletas, representando 1.129 instituições de ensino¹.

De acordo com o Regulamento Geral, a competição teve por finalidade “aumentar a participação em atividades esportivas em todas as Instituições de Ensino do território nacional, e promover a ampla mobilização da juventude estudantil brasileira em torno do esporte”². Isto é justificado pela contribuição do esporte na construção de valores, conceitos, socialização e contato com a realidade, o que contribui para difundir e reforçar a construção da cidadania³. Ainda no Regulamento Geral, os objetivos das Olimpíadas Escolares foram:

- a) fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos; b) possibilitar a identificação de talentos desportivos nas Instituições de Ensino; c) desenvolver o intercâmbio sócio-cultural e desportivo entre os participantes; d) contribuir para com o desenvolvimento integral do aluno-atleta como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte; e) garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer, mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos atletas⁴.

Os Jogos Escolares estaduais e municipais foram considerados etapas classificatórias das Olimpíadas Escolares, pois as instituições vencedoras desses Jogos adquiriram o direito de representar seus respectivos estados na etapa nacional.

No Estado de Minas Gerais, os Jogos Escolares de 2011 foram vinculados ao Programa Minas Olímpica/Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMGs) do Governo Estadual e efetivados pela Secretaria de Esporte e da Juventude (SEEJ) e Secretaria de Estado de Educação. Nas etapas municipais, as prefeituras que estiveram interessadas em realizar os Jogos foram responsáveis pela promoção da primeira etapa da competição. O *site* do Minas Olímpica/JEMGs aponta que a competição envolve mais

¹ Disponível no site: <http://Jogosescolares.cob.org.br/o-evento>.

² Regulamento Geral das Olimpíadas Escolares 2011, Título I – Capítulo I – 1º Art., pg.05.

³ Regulamento Geral das Olimpíadas Escolares 2011, Título I – Capítulo II – 2º Art. , pg.05.

⁴ Regulamento Geral das Olimpíadas Escolares – Título I – Capítulo III – Art. 3º, pg. 05.

“de 160 mil alunos, cerca de 8 mil professores, 16 mil profissionais e cerca de 500 mil expectadores”⁵.

Assim como as Olimpíadas Escolares, os JEMGs ocorreram em dois módulos (Módulo I – alunos de 12 a 14 anos e Módulo II – alunos de 15 a 17 anos); a competição aconteceu em quatro etapas: municipal, microrregional, regional e estadual. Na última etapa, realizada na cidade de Juiz de Fora, foram definidas as instituições de ensino representantes do Estado nas Olimpíadas Escolares 2011. As finalidades e os objetivos dos distintos regulamentos (JEMGs e Olimpíadas Escolares) estavam em consonância, respeitando-se a relação de hierarquia.

Portanto, bem como o esporte, os Jogos Escolares podem ser considerados uma atividade nacional expressiva, pois esses se tratam de um evento consolidado, que envolve a participação de representantes de todos os estados brasileiros, o que sugere que se constituem como importante objeto de análise, merecendo a atenção de estudiosos, para que pela investigação e reflexão possa se compreender as implicações dessa manifestação.

Apesar de o governo divulgar os dados do número de alunos envolvidos, é necessário refletir sobre esses indicadores, pois a educação básica possui 192.676 mil estabelecimentos de ensino em que estão matriculados 50.545.050 alunos. Considerando-se somente o Estado de Minas Gerais, a educação básica possui 4.388.948 alunos⁶. Portanto, observa-se que somente uma pequena parcela desses estudantes participa dessas competições.

Desse modo, um dos questionamentos que pode ser gerado é relativo às condições de preparação das equipes participantes das diversas etapas dessas competições escolares. Essas condições abrangem a estrutura física do treinamento, o acesso ao conhecimento específico das modalidades pelos professores responsáveis, o suporte financeiro para o desenvolvimento das modalidades, entre outros fatores que podem interferir no processo de preparação das equipes para os Jogos.

O interesse em investigar acerca das condições de preparação das equipes participantes destas competições surgiu nos Jogos Escolares Pan-Americanos que ocorreu no ano de 2010 na cidade de Juiz de Fora – MG. Esta competição envolveu países do continente sul-americano em modalidades coletivas e individuais. O Brasil foi representado pelas equipes vencedoras das Olimpíadas Escolares de 2009 que foi

⁵ Disponível em: <http://Jogosescolares.esportes.mg.gov.br/jemg/>.

⁶ Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/minas-gerais/>.

chamado de Brasil A e por equipes vencedoras dos Jogos Internos de Juiz de Fora – Brasil B –; e o direito desta “dupla” representação se deu em função do sedimento do evento.

A observação dos jogos, principalmente nas modalidades coletivas de quadra (basquetebol, futsal, handebol e voleibol), permitiu a percepção de que havia discrepâncias acerca da qualidade técnica e tática entre as equipes do Brasil A e Brasil B. Tendo em vista que a ida a estes jogos foi devido ao envolvimento em uma pesquisa da pós-graduação, em que implicou em um contato com os treinadores, despertou a ideia de que poderiam haver diferenças no processo de preparação para participar de competições escolares, em razão dos relatos dos treinadores a respeito das trajetórias das equipes em competições escolares e do fato de que as equipes tecnicamente e taticamente não se encontravam no mesmo nível de desenvolvimento.

Esta primeira inquietude rememorou a experiência enquanto atleta participante de jogos escolares e enquanto aluna da graduação, atuando na arbitragem nos Jogos Escolares de Viçosa (JEV's). A comparação destas experiências com as conversas e observações ocorridas nos Jogos Escolares Pan-Americanos aguçou a busca por estudos que tratassem sobre os jogos escolares. Com isto, foram encontradas poucas investigações que abordassem sobre os jogos, principalmente em relação à preparação destas equipes.

Somando-se o fato de que os propósitos enumerados nos regulamentos dos jogos e a definição de esporte educacional quando confrontados com a observação do que realmente acontecia nas quadras, parecia mostrar que os jogos nem cumpriam os objetivos nomeados no regulamento e nem atendiam o conceito de esporte educacional previsto na Lei 9. 615/1998. A partir destas inquietações, teve-se o intuito de investigar como se deu o processo de preparação das equipes participantes das diversas etapas dos jogos escolares, comparando os níveis (municipal, estadual e nacional) para verificar se estas aparentes diferenças existiam. E ainda, se estas diferenças também se manifestavam quando comparadas escolas públicas e privadas. A opção pelas modalidades coletivas de quadras (basquetebol, futsal, handebol e voleibol) foi feita a partir da observação da dificuldade em se formar equipes em comparação com as modalidades individuais, pois para se preparar uma equipe é necessário o envolvimento de mais alunos com objetivos semelhantes, e em contrapartida, nas modalidades individuais basta que somente um aluno se interesse em competir e/ou se preparar para participar destes eventos. Já a opção por pesquisar estas questões no Módulo II foi feita pelo número de pesquisadores envolvidos neste projeto. Não haveria tempo hábil para a

coleta nos dois módulos, e em função do período de aplicação dos questionários elegeu-se o Módulo II (alunos de 15 a 17 anos) para este estudo.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Verificar o processo de treinamento de equipes escolares nas modalidades coletivas: handebol, futsal, basquetebol e voleibol, que integraram os Jogos Escolares em níveis municipal, estadual e nacional, nas competições do ano de 2011.

Objetivos Específicos:

Artigo 1:

Buscar a produção literária sobre o esporte escolar nos periódicos nacionais da área da Educação Física e Esportes, no período de 1990 a 2011.

Artigo 2:

Mapear o processo de treinamento das equipes escolares nas modalidades de esportes coletivos: handebol, futsal, basquetebol e voleibol, que fizeram parte dos Jogos Escolares em níveis municipal, estadual e nacional.

Artigo 3:

Comparar as condições de treinamento entre as escolas públicas e privadas, participantes das Olimpíadas Escolares, Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos Escolares de Belo Horizonte, Jogos Internos de Juiz de Fora e Seletiva de Viçosa, no ano de 2011, nas modalidades coletivas de basquetebol, futsal, handebol e voleibol.

APRESENTAÇÃO

Com o propósito de melhor delinear a trajetória deste estudo, três artigos foram organizados, de acordo com as especificidades de cada um. A seguir, será detalhado o que contém em cada um deles.

O primeiro artigo, intitulado “Revisão Sistemática sobre o Esporte Escolar”, teve o intuito de investigar a produção literária sobre o esporte escolar nos periódicos nacionais da área da Educação Física e Esportes, no período de 1990 a 2011. Foi realizada uma busca nos periódicos dos extratos B1, B2, B3 e B4, em que foram

analisadas as propriedades das publicações, a temática, os métodos, as técnicas, as modalidades esportivas, a descrição e a fundamentação teórica dos estudos selecionados.

No segundo artigo, nomeado “Mapeamento da Condição de Treinamento de Equipes Participantes dos Jogos Escolares nas Fases Municipais, Estadual e Nacional”, pretendeu-se mapear o processo de treinamento das equipes escolares nas modalidades dos esportes coletivos: handebol, futsal, basquetebol e voleibol, que integraram os Jogos Escolares em níveis municipal, estadual e nacional. Foram aplicados questionários a 195 treinadores participantes das Olimpíadas Escolares, Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos Escolares de Belo Horizonte, Jogos Internos de Juiz de Fora e Seletiva de Viçosa, a fim de analisar os parâmetros relacionados ao processo de treinamento das equipes, em que concerne o perfil dos treinadores e sua capacitação profissional, a estrutura física escolar, a disponibilidade de equipamentos, os locais e as condições para competir, bem como o nível de competição dos alunos.

Com o terceiro artigo, “Comparação das condições de treinamento entre escolas públicas e privadas participantes de competições escolares municipais, estadual e nacional”, pretendeu-se comparar as condições de treinamento entre as escolas públicas e privadas participantes das Olimpíadas Escolares, Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos Escolares de Belo Horizonte, Jogos Internos de Juiz de Fora e Seletiva de Viçosa, no que diz respeito à condição de treinamento das equipes escolares nas modalidades coletivas basquetebol, futsal, handebol e voleibol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A., MARTINS, F.; SARMENTO, P. Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução Histórica. **Motricidade**, v.8, n. S2, p. 916-924, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8, 672, 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre o esporte e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18672.htm. Acesso em 08 de maio 2013.

BRASIL. Lei nº 9.615, 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o esporte e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em 08 de maio 2013.

ELIAS, N. Ensaio sobre o desporto e a violência. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Disfel, 1992.

ELIAS, N. Um ensaio sobre el deporte e la violencia. IN: In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **Deporte y ocio em el proceso de la civilización**. México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

FERREIRA, R. C. B; LUCENA, R. F. O Esporte como prática hegemônica na Educação Física: de onde vem essa história?. In: X Congresso de História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança e II Congresso Latino americano de História da La Educación Física, 2006, Curitiba. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/415RitaClaudia_e_RicardoLucena.pdf. Acessado: 08 de maio de 2013.

LINHALES, M. A. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: PRIORE, M. D.; MELO, V. A. de (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009.

MELO, V. A. A Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX: esporte ou ginástica? In: FERREIRA NETO, A. **Pesquisa histórica na Educação Física**. Aracruz: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998.

Regulamento Geral das Olimpíadas Escolares 2011. Disponível em: <http://www.timebrasil.com.br/eventos/docs/Reg%202011%201517%20anos%20FINAL.pdf>. Acessado em 23 de março de 2011.

SALLES, J. G. do C. **Entre a paixão e o interesse: o amadorismo e o profissionalismo no futebol brasileiro**. 2004. 498 p. (Tese de doutorado). Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2004.

SIGOLI, M. A.; JUNIOR, D. D. R. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v.12, n. 2, p. 111-119, 2004.

TAMIOSSO, M. M. S. Uma abordagem histórico-crítica da Educação Física na década de 60. **Kinesis**, v. 7, p. 41-61, 1991.

THOMPSON, I. F.; AMARAL; GARCIA, W. J.; C. A.; MORAES, R. M. de. Jogos Estudantis Brasileiros - JEBS. In: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: PRIORE, M. D.; MELO, V. A. de (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Educação Física escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, p. 9-20, 2004.

TUBINO, M. J. G. **Estudos Brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

ARTIGO 1

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O ESPORTE ESCOLAR

Artigo 1: Revisão Sistemática sobre o esporte escolar

RESUMO

Partindo do pressuposto que o esporte é um fenômeno presente em vários setores da sociedade e que, portanto, se relaciona com as instituições de ensino em distintos níveis, este estudo teve por objetivo buscar a produção literária sobre o esporte escolar nos periódicos nacionais da área da Educação Física e esportes, no período de 1990 a 2011. O método escolhido foi a revisão sistemática. A busca de dados foi realizada nos periódicos dos extratos B1, B2, B3 e B4 da CAPES. Diante dos muitos textos analisados desse período, selecionaram-se 57 artigos, em que foram avaliadas as propriedades das publicações, a temática, os métodos, as técnicas, as modalidades esportivas, a descrição e a fundamentação teórica dos estudos. O que se pôde observar é que a produção científica acerca da relação entre o esporte e o ambiente escolar, em geral, carece de melhor aprofundamento teórico e metodológico.

Palavras-chave: esporte escolar; esporte da escola; esporte na escola; jogos escolares.

INTRODUÇÃO

O esporte está presente em vários setores da sociedade e encontra-se difundido em escala mundial. Bracht (2011, p.17) acredita que se pode considerar o esporte uma atividade de destaque no século XIX e que “faz hoje, parte, de uma ou de outra forma, da vida da maioria das pessoas em todo o mundo”.

Diante de tal afirmativa, buscou-se investigar a produção científica que demonstre a interação entre o esporte e o ambiente escolar. No Brasil, essa relação se estreita a partir de 1920, juntamente com a crescente valorização da educação, “como recurso de organização e disciplinarização da vida social” (LINHALES, 2009, p. 332). A autora pontua que a Educação Física nesse contexto teria a função de “energizar o caráter” dos brasileiros, de forma que os valores, as regras e os sentidos contidos no esporte se entrecruzam a essa proposta, a fim de atribuir ao esporte uma pedagogia, em conformidade ao processo de modernização do País, na mesma perspectiva colocada por Elias (1992).

Ainda de acordo com as ideias de Linhales (2009, p. 357), no período após 1930, o esporte escolar agrega também o civismo e o nacionalismo em sua concepção, “uma sujeição que torna o corpo uma representação do Estado”.

Já na década de 1970, segundo Taborda de Oliveira (2009, p. 395), o modelo esportivo adotado pelo Brasil, conhecido como pirâmide esportiva, classificava o esporte escolar no segundo degrau⁷ dessa pirâmide, que objetivava principalmente a busca por talentos esportivos. O autor ainda afirma que na Ditadura Militar pode-se dizer que foi massificado a prática do esporte estudantil, por meio da fomentação dos Jogos Escolares e universitários.

A inserção do esporte no âmbito escolar, a maneira como este se manifestava neste ambiente e as discussões sobre a sua presença nesse contexto sempre estiveram presentes. Na década de 1980, o modo o esporte era ministrado na escola deu início a um intenso debate, que culminou no surgimento de diferentes propostas para tratar o esporte escolar, em que foram consolidadas principalmente na década de 1990. Considerando-se que o quesito rendimento esteve atrelado em menor ou maior grau ao esporte desenvolvido na escola, o debate surgiu pelo questionamento do desempenho esportivo como objeto central das aulas de Educação Física (DARIDO, 2003). De

⁷ De acordo com Oliveira (2009), a Lei n. 6.251 de 1975 reconheceu o esporte em quatro dimensões: comunitário, estudantil, militar e classista. A organização dessas dimensões foi realizada no modelo piramidal, em que a base era constituída pelo esporte comunitário; o próximo degrau, o estudantil, convergindo para o militar e tendo, no ápice da pirâmide, o esporte classista.

acordo com a autora, surgiram as Abordagens Pedagógicas, que tiveram o intuito de romper a lógica tecnicista, esportivista e biologicista com o aparecimento de diversas concepções, como a abordagem Desenvolvimentista, Construtivista, Sistêmica, Psicomotricidade, Saúde Renovada e as Críticas (Superadora e Emancipatória), entre outras (DARIDO, 2003).

Considerando-se as diferentes propostas para tratar o esporte escolar existentes nos dias de hoje e a observação da prática docente, é enriquecedor questionar se esse debate foi superado. Stigger (2009, p. 103) afirma que:

a verdade, tendo sido motivo de muitas polêmicas na década de 1980 e apesar de - nos últimos - terem se ausentado das discussões presentes nos textos acadêmicos da área, acredito que essas questões nunca se afastaram dos encontros e congressos profissionais, nem das salas dos corredores das faculdades de educação física brasileira.

Partindo desse pressuposto, este estudo tem o intuito de desvelar o debate atual, revelando o que tem sido pontuado e discutido atualmente nos periódicos nacionais da área de Educação Física. Acreditou-se ser importante que profissionais de Educação Física, pais, legisladores e sociedade em geral estejam cientes da realidade da escola, bem como das teorias advindas desse debate e das experiências vivenciadas, para propiciar uma reflexão do que pode ser feito/transformationado no dia a dia da escola, em prol da formação dos alunos.

OBJETIVO GERAL

Investigar como, onde e o que tem sido a produção literária sobre o esporte escolar nos periódicos nacionais da área da Educação Física e Esportes, no período de 1990 a 2011.

Objetivos específicos

- Identificar os estudos publicados nos periódicos de extrato B1, B2, B3 e B4, de acordo com a classificação do portal do Qualis/CAPES.
- Descrever os estudos encontrados na revisão sistemática.
- Analisar a estrutura metodológica dos estudos.

METODOLOGIA

Este trabalho caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, em que o método empregado foi a revisão sistemática.

A revisão sistemática é uma forma de pesquisa que tem o intuito de sintetizar estudos acerca de uma temática específica, por meio de processos de busca, avaliação e apresentação dos resultados, o que a difere da revisão tradicional.

As vantagens da utilização desse método incluem o emprego de processos sistematizados, o que implica na reprodutibilidade da pesquisa, maior precisão do estado atual do conhecimento a ser examinado, avaliação da relevância, qualidade dos trabalhos encontrados, identificação da necessidade de futuras pesquisas, entre outros. (MARQUES et al., 2008; SAMPAIO e MANCINI, 2007; GALVÃO et al., 2004).

Entretanto, as limitações estão relacionadas às ferramentas de busca disponibilizadas pelos periódicos, pois nem todos apresentam um mecanismo de filtro que permita o acesso a todas às produções.

Para a elaboração deste estudo, foram adotadas as etapas abordadas por Sampaio e Mancine (2007), conforme a Figura 1.

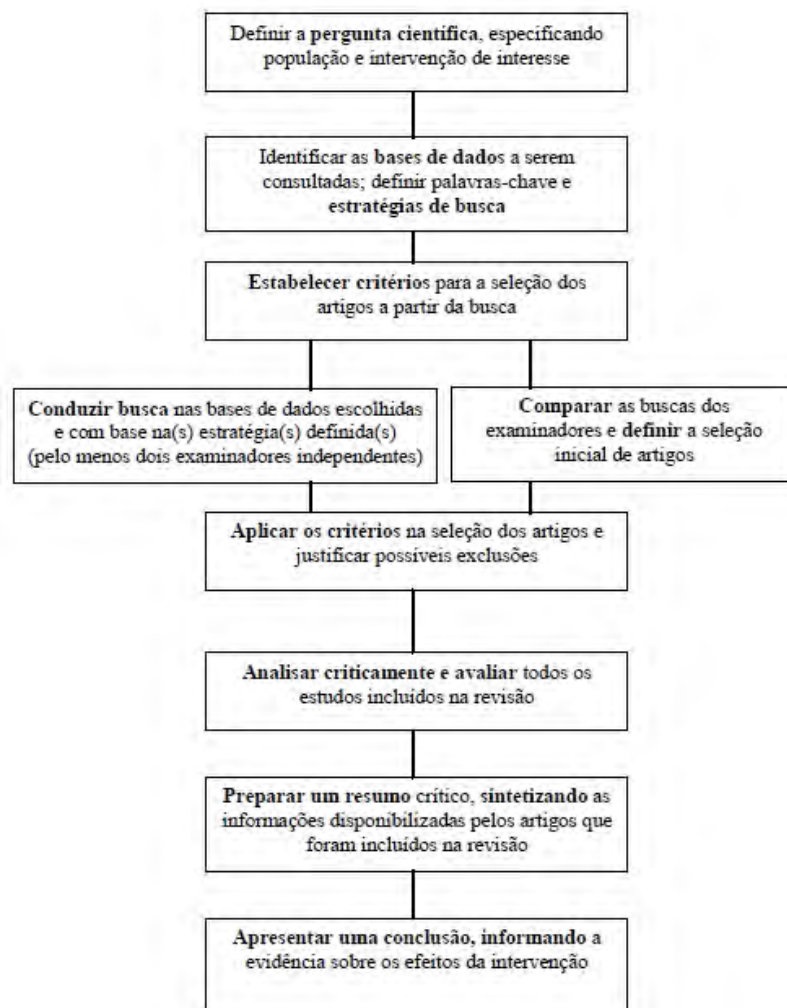


Figura 1 - Etapas do processo de revisão sistemática, de acordo com Sampaio e Mancine, em 2007.

Portanto, o estudo buscou nos periódicos nacionais classificados pelo portal do Qualis/CAPES⁸ artigos que tenham sido produzidos sobre o esporte escolar.

A busca de dados foi realizada em periódicos que apresentaram como objetivo a publicação de artigos científicos sobre temas da Educação Física, esporte e movimento humano. Foram considerados os trabalhos dos extratos B1, B2, B3 e B4⁹ em razão da relevância e representatividade em âmbito nacional e pelo fato de as revistas contidas nesses extratos possuírem maior fator de impacto nas publicações de interesse. Os extratos A1 e A2 não foram incluídos nesta investigação, pois são periódicos voltados prioritariamente para pesquisas de viés fisiológico, em que estudos que abrangem os aspectos filosóficos, culturais, epistemológicos e educacionais são deixados a margem por estes estratos, somando-se ao fato de nestes extratos de maior fator de impacto os artigos são publicados em língua estrangeira, o que os excluem desta análise de acordo com os critérios de inclusão e exclusão que serão mostrados a frente.

Desta maneira, os periódicos acessados foram:

- Extrato B1:
 - Motricidade: <http://www.revistamotricidade.com/pt/index.html>
 - Movimento: <http://seer.ufrgs.br/Movimento>
 - Revista Brasileira de Ciências do Esporte:
<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE>
 - Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano:
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh>
 - Revista Brasileira de Educação Física e Esporte:
<http://www5.usp.br/servicos/revista-brasileira-de-educacao-fisica-e-esporte/>
 - Revista Portuguesa de Ciências do Desporto:
<http://www.fade.up.pt/rpcd/entradaPT.html>

- Extrato B2
 - Educar em Revista: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar>

⁸ O Qualis compreende uma gama de procedimentos adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), com o intuito de classificar a qualidade da produção dos programas de pós-graduação pela análise dos periódicos científicos. Esses são classificados anualmente de acordo com a área; a estratificação em ordem decrescente é: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Os critérios de avaliação e a classificação encontram-se disponíveis no portal WebQualis (<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>). Para este estudo, foi consultada a atualização Qualis/CAPES do ano de 2012.

⁹ Para este trabalho, entende-se que o extrato B4 não está nos níveis superiores de qualidade da escala de classificação do Sistema Qualis – Capes. Este tipo de ressalva é apenas informativo, não sendo, portanto, o foco desta pesquisa. Porém, essas revistas vêm ao longo desses anos sendo as principais difusoras dos estudos, cuja temática é o esporte e a escola.

- Pensar a Prática: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/>
- Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde:
<http://www.sbafs.org.br/revista/index.php>
- Revista Brasileira de Ciência e Movimento:
<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/>
- Revista da Educação Física:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis>

- Extrato B3
 - Fitness & Performance Journal:
http://www.fpjournal.org.br/pt_quem_somos.php

- Extrato B4
 - Arquivos em Movimento: <http://www.eefd.ufrj.br/arquivos>
 - *Brazilian Journal of Biomotricity*: <http://www.brjb.com.br/>
 - Caderno de Educação Física:
<http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica>
 - Cadernos de Formação RBCE:
<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/cadernos>
 - Cinergis: <http://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/>
 - Conexões: <http://polaris.bc.unicamp.br/seer/fef/policies.php#focus>
 - Corpoconsciência: <http://www.fefisa.com.br/>
 - Educação Física em Revista: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr>
 - Esporte e sociedade: <http://www.uff.br/esportesociedade/>
 - *Lecturas Educación Física y Deportes*: <http://www.efdeportes.com/>
 - Motrivivência: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/>
 - Perspectivas em Educação Física Escolar:
http://www.uff.br/gef/logo-pos-grad_revista.htm
 - Pulsar: <http://www.esef.br/revista/index.php/pulsar/>
 - Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física:
<http://www.facec.edu.br/seer/index.php/docenciaepesquisaeducacao fisica/index>
 - Revista Brasileira de Futebol: <http://www.rbfutebol.com.br/>
 - Revista Brasileira de Futsal e Futebol: <http://www.rbff.com.br/index.php/rbff>
 - Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício:
<http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex>

- Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte:
<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/remef>
- Revista Mineira de Educação Física: <http://www.revistamineiraefi.ufv.br>
- *The FIEP Bulletin*: <http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin>

Essas revistas foram consultadas no endereço eletrônico e as palavras-chave adotadas para a busca foram: esporte escolar, Jogos Escolares, esporte da escola, esporte na escola e olimpíadas escolares. Quando os *sites* ofereciam uma busca filtrada, foram inseridas tais palavras no campo “assunto” ou “frase exata”.

Dois examinadores realizaram as buscas e avaliaram os títulos e resumos de todos os trabalhos encontrados que tivessem como conteúdo a temática esporte escolar. A partir dessa ação, criou-se um banco de dados, numa planilha de *Excel2003*, com os resultados a serem avaliados. Essas avaliações foram feitas pelos critérios elaborados, com a finalidade de selecionar os estudos que seriam incluídos e excluídos da análise, a partir da leitura desses artigos.

Os critérios de inclusão foram: artigos que possuíssem como foco o esporte escolar e suas vertentes, período temporal (publicados de 1990 a 2011) e que fossem em língua portuguesa. Já os de exclusão foram: artigos que apresentaram dados insuficientes para análise; os que na busca apresentaram uma das palavras-chave adotadas, mas não tratavam da temática deste estudo; os que tratassem do assunto de interesse deste estudo, mas não estavam inseridos no intervalo temporal estabelecido (1990 a 2011); e os que tiveram como metodologia a revisão de literatura, revisão sistemática e estudos bibliográficos.

Após a seleção dos artigos, compararam-se os resultados para retirar as divergências e dúvidas. Posteriormente, em uma nova etapa, fez-se nova análise com o propósito de atenuar as possíveis divergências. Completada as etapas, fez-se a tabulação dos dados, com posterior análise, interpretação e discussão dos resultados.

Para a análise qualitativa dos dados, foram criadas as seguintes categorias:

- Propriedades das publicações: extrato do Qualis Capes/Web Qualis e ano de publicação dos estudos.
- Temática dos estudos.
- Métodos e técnicas dos estudos.
- Modalidades esportivas tratadas nos estudos.
- Descrição dos estudos.
- Fundamentação teórica.

RESULTADOS

Inicialmente, realizando a busca das palavras-chave selecionadas para este estudo, foram identificados 1.142 artigos em periódicos nacionais do Qualis Capes/Web Qualis, dentre os extratos B1 a B4¹⁰.

Do total de artigos encontrados, esses foram selecionados, de acordo com os critérios de inclusão/exclusão, após a leitura dos títulos e resumos. Por fim, pela análise do texto completo, contabilizaram-se 57 artigos, elencados na Tabela 1 contendo o título, nome dos autores, periódico publicado, extrato do Qualis Capes/Web Qualis e ano de publicação.

Tabela 1 - Quadro Geral contendo os artigos selecionados.

Título	Autores	Periódico	Extrato	Ano
A história de um evento esportivo entre continuidades e rupturas: as Olimpíadas Colegiais do Paraná (1938-1953)	Martines, I. C. e Chaves Junior, S. R.	Movimento	B1	2010
A técnica no ensino dos esportes: relações entre o campo de conhecimento das ciências sociais e das ciências naturais	Souza, M. da S. e Baccin, E. V. C.	Movimento	B1	2009
A Técnica esportiva em aulas de Educação Física: um olhar sobre as tendências sócio-culturais	Rodrigues, H. de A. e Darido, S. C.	Movimento	B1	2008
Notas para uma compreensão sobre a relação entre o esporte e Educação Física na escola	Lucena, R. de F.	Movimento	B1	2004
Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambiguidades	Bassani, J. J.; Torri, D. e Vaz A. F.	Movimento	B1	2003
Repensando o esporte na Educação Física Escolar a partir de Cagigal	Neuenfeldt, D. J. e Canfield, M, de S.	Movimento	B1	2001
Algumas relações sobre a realização dos Jogos do esporte educacional	Barbieri, C.	Movimento	B1	1999
O esporte na escola e o esporte da escola – da negação radical para	Vago, T. M.	Movimento	B1	1996

¹⁰ Considerou-se a soma do número de artigos encontrados ao se utilizarem as cinco palavras-chave (esporte escolar, Jogos Escolares, esporte da escola, esporte na escola e olimpíadas escolares), o que implicou que em muitos casos o mesmo artigo foi selecionado pelo sistema de busca da revista, utilizando-se as cinco diferentes palavras-chave selecionadas deste trabalho, o que fez com que o número total de artigos encontrados fosse elevado.

uma relação de tensão permanente – Um diálogo com Valter Bracht				
A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física	Bracht, V. e Almeida, F. Q. de	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B1	2003
Voleibol Escolar: Uma proposta nas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal do conteúdo	Barroso, A. L. e Darido, S. C.	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	B1	2003
Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola	Reverdito, R. S.; Scaglia, A. J.; Silva, S. A. D. da; Gomes, T. M. R.; Pesuto, C. de L. e Baccarelli, W.	Pensar a Prática	B2	2008
A Educação Física no currículo escolar e o esporte: (im)possibilidade de remediar o frequente fracasso esportivo brasileiro	Souza Júnior, M.	Pensar a Prática	B2	2006
Escola e esporte: campos para ocupar, resistir e produzir	Assis de Oliveira, S.	Pensar a Prática	B2	2000
O esporte na Educação Física Escolar: possíveis influências do processo de construção das identidades dos alunos e alternativas para transformação	Mello, C. C. de C.; Bocchini, D. Rosa, D. W.; Rosa, D.; Feliciano, F.; Neves; M. R. das e Neira, M. G.	Arquivos em Movimento	B4	2008
Educação Física Escolar e esporte: um ponto de vista	Both, J. e Christofolol eti J. F.	Caderno de Educação Física	B4	2001
Fundamentos do processo ensino/aprendizagem dos esportes na escola	Peres, L. S.	Caderno de Educação Física	B4	2001
Um olhar sobre o esporte nas aulas de Educação Física Escolar: qual o modelo adotado pelo professor?	Mendes Júnior, L. S. e Barbosa, F. N. M.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2011
Localização dos esportes nas	Lemos, F.	Lecturas	B4	2011

orientações curriculares para o ensino médio e na proposta curricular no estado de São Paulo	R. M. e Câmara, E.	Educacion Fisica y Deportes		
Jogos escolares: possíveis influências na prática pedagógica das aulas de Educação Física escolar	Oliveira, F. S. de	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2011
Educação Física Escolar e esporte na escola: um breve histórico	Machado Filho, R.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2011
Concepções de esportes no contexto escolar	Azevedo, E. S. de e Ferreira T. B.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2011
A linguagem imagética do esporte presente na Educação Física escolar: relato da realidade produzida pela indústria	Almeida, C. A. de	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2011
O treinamento desportivo escolar e a revelação de jovens talentos	Perfeito, R. S.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2011
Os esportes em documentos oficiais da educação infantil e do ensino fundamental, Ciclo I	Lemos, F. R. M.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2010
Jogos de oposição: uma nova metodologia de ensino nos esportes de combate	Souza Junior T. P. de e Santos, S. L. C. dos	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2010
Detecção de talentos na escola: possibilidades e limitações	Queiroz, A. M. e Fernández, L. C.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2010
Dimensões sociais do esporte: perspectivas trabalhadas nas escolas na cidade de Pau de Ferros, RN	Maia, M. M. de O.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2010
Aulas de Educação Física Escolar: por que sempre esporte?	Zardo, T. do N., e Daniel, V. J.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2010
A inclusão do necessitado especial no esporte escolar	Vilela, A. T.; Costa, V.L. de; M. e Tubino, M. J. G.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2009
A visão pedagógica e antipedagógica dos esportes coletivos na escola	Séara, E. C. R.	Lecturas Educacion Fisica y	B4	2009

		Desportes		
Escalada na Educação Física escolar. Orientação adequada para uma prática segura	Auricchio, J. R.	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2009
Esportes de raquete na Educação Física escolar: uma proposta para crianças e adolescente	Aburachid, L. M. C e Greco, P. J.	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2009
O esporte nas aulas de Educação Física: desafios e conteúdos	Antunes, A. R.	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2009
O ensino do esporte na Educação Física escolar: a compreensão e a docência de estagiários do curso de Educação Física do Centro Universitário UNIVATES	Neuenfeldt, D. J. e Pace, É.	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2008
Esporte a vela como prática da Educação Física Escolar	Fernandes, R. de M e Freitas, A. M. de	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2008
A prática pedagógica dos professores de Educação Física e a influência do esporte: da formação à atuação profissional	Basei, A. P.; Silveira, J. da Silva, M. S. da e Maschio, V.	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2008
Espetacularização na TV: ações e desafios à Educação Física Escolar	Santos Junior, N. J. dos	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2007
Esporte: considerações a respeito da sua utilização como meio educativo: a visão docente	Silva, D. B. da; Rangel, I. C. de A. e Neto, S. de S	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2007
Os critérios de seleção adotados pelas escolas em relação aos alunos que participam nos Jogos Escolares do ensino médio (JOGUEM) da UNIVATES/Lajeado/RS	Neuenfeldt, D. J.; Duarte, A. J. P. e Kempfer, P.	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2007
Esporte, educação e inclusão social: reflexos sobre a prática pedagógica em Educação Física	Florentino, J. e Saldanha, R. P.	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2007
O mundo-vida da criança na prática do esporte escolar	Teixeira, D. e Teixeira, R. T. S.	Lecturas Educacion Fisica y Desportes	B4	2006
Educação Física Escolar: esporte, competição e talento	Lucero, F. e Lovisoló,	Lecturas Educacion	B4	2006

	H.	Fisica y Deportes		
O esporte enquanto elemento educacional	Silva, W. A.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2004
Os escolares e os Jogos/esportes no Maranhão	Vaz, L.G. D e Vaz, D. D. B.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2003
O esporte escolar e a experiência democrática	Casco, P.	Lecturas Educacion Fisica y Deportes	B4	2001
Copa do Mundo e Jogos Olímpicos inversionalidades e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física Escolar	Betti, M.	Motrivivência	B4	2009
Esporte escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana	Sawitzki, R. L.	Motrivivência	B4	2008
O ensino do futebol da escola a perspectiva da cultura corporal	Santos, A. S. B. dos	Motrivivência	B4	1999
Plano de ensino para a natação na escola - construção do planejamento coletivo através do trabalho pedagógico	Paiva, C. A. Souza, L. S. de e Oliveira, N. R. C. de	Motrivivência	B4	1999
Futebol desporto x futebol de rua: existe outra opção para escola?	Ourlques, R. B. G.	Motrivivência	B4	1995
O esporte como conteúdo da educação física: uma “jogada desconcertante” que não “entorta” só nossas “colunas”, mas também nossos discursos	Caparroz, F. E.	Perspectivas em Educação Física Escolar	B4	2001
Olimpíadas escolares - uma proposta sob a ótica da cultura corporal	Nascimento, M. A. do e Melo, V. A. de	Perspectivas em Educação Física Escolar	B4	1997
Iniciação desportiva na escola - A aprendizagem dos esportes coletivos	Almeida, L. T. P. de	Perspectivas em Educação Física Escolar	B4	1996
A consciência tática desenvolvida nas equipes de escolas que participam do Campeonato da Federação Estadual de Futsal na categoria sub - 17 do município de Vila Velha, ES	Carvalho W. Q. de	Revista Brasileira de Futsal e Futebol	B4	2011
Orientação motivacional na aprendizagem do futsal na escola	Camargo, F. P.; Hirota,	Revista Mackenzie de	B4	2008

	V. B e Verardi, C. E. L.	Educação Física e Esporte		
Esporte educacional: uma possibilidade de restauração do esporte	Pinto, C. A. S.	Revista Mineira de Educação Física	B4	2007
O atletismo na educação física escolar: possibilidades e condutas adotadas pelos professores do município de Boa Vista - RR	Sousa, G. E. M. de; Mesquita, C. A. G. e Bomfim, A. B. C.	The Fiep Bulletin	B4	2010

A seguir, são apresentadas as categorias criadas para os resultados deste estudo, em que todas as análises seguem-se a ordem dos extratos: B1, B2, B3 e B4.

Quanto às propriedades das publicações

- Extrato do Qualis Capes/Web Qualis

Nas Figuras 2, 3 e 4 podem ser percebidos os números de publicações por periódico classificados, de acordo com o extrato das revistas pelo Qualis Capes/Web Qualis 2012. Para facilitar a visualização dos gráficos, utilizaram-se as seguintes legendas:

- Extrato B1: Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE); Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano (RBCDH); Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (RBEFE); e Revista Portuguesa de Ciências do Desporto (RPCD).
- Extrato B2: Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde (RBAFS); e Revista Brasileira de Ciência do Movimento (RBCM).
- Extrato B4: Caderno de Educação Física (Caderno de E. F.); Educação Física em Revista (E. F. em Revista); Lecturas Educación Física y Deportes (EFEDesportes); Perspectivas em Educação Física Escolar: Perspectivas em E.F. Escolar; Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física (R. B. D. E. P. E. F.); Revista Brasileira de Futebol (R. B. de Futebol); Revista Brasileira de Futebol e Futsal (R. B. Futebol e Futsal); Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (R. B. P. F. E.); Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte (R. Mackenzie de E. F. E.); e Revista Mineira de Educação Física (R. Mineira de E. F.).

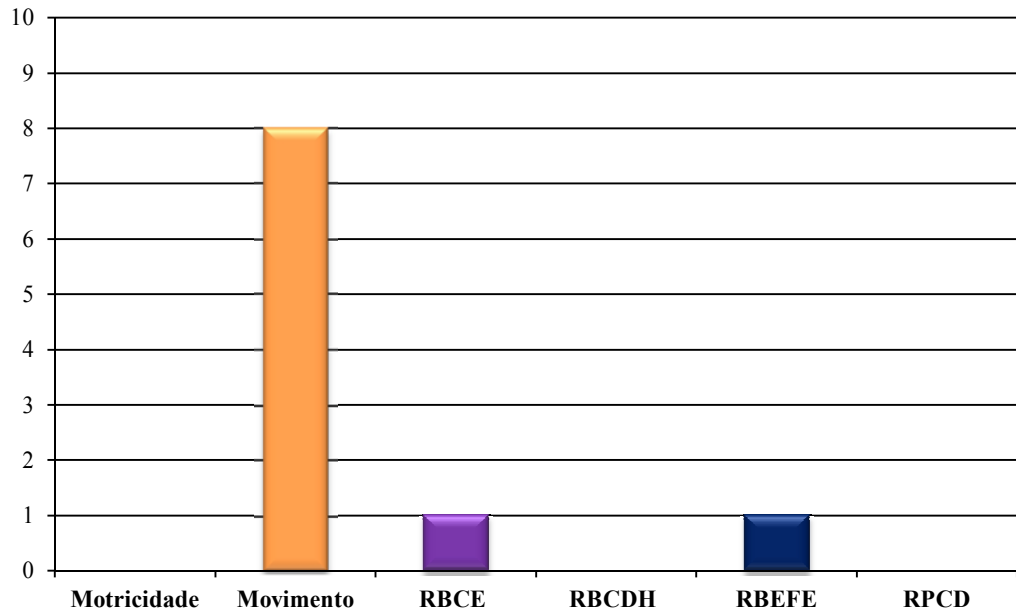


Figura 2 - Número de Publicações no Extrato B1

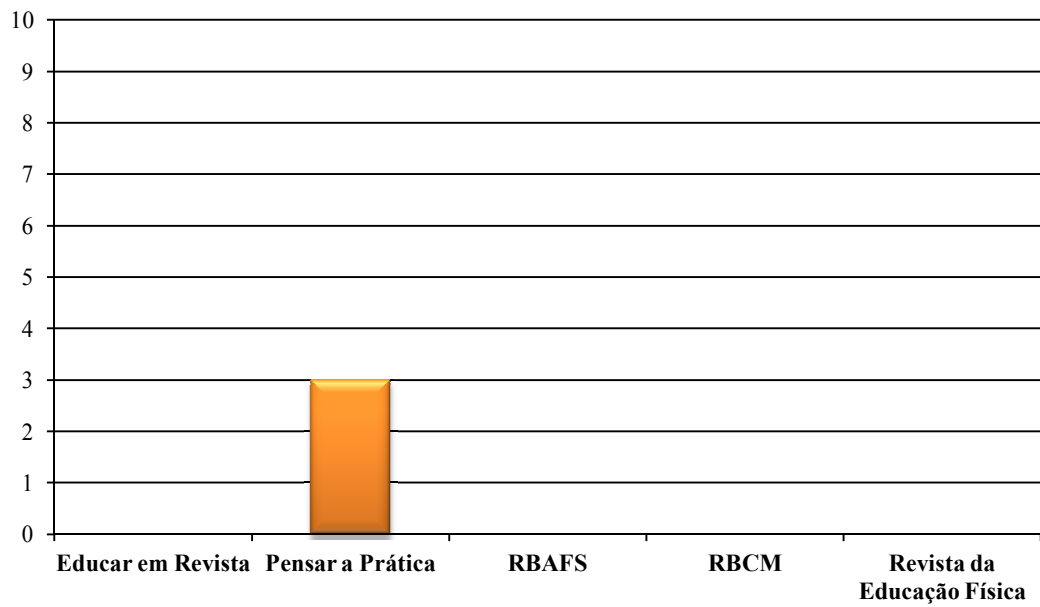


Figura 3 - Número de Publicações no Extrato B2

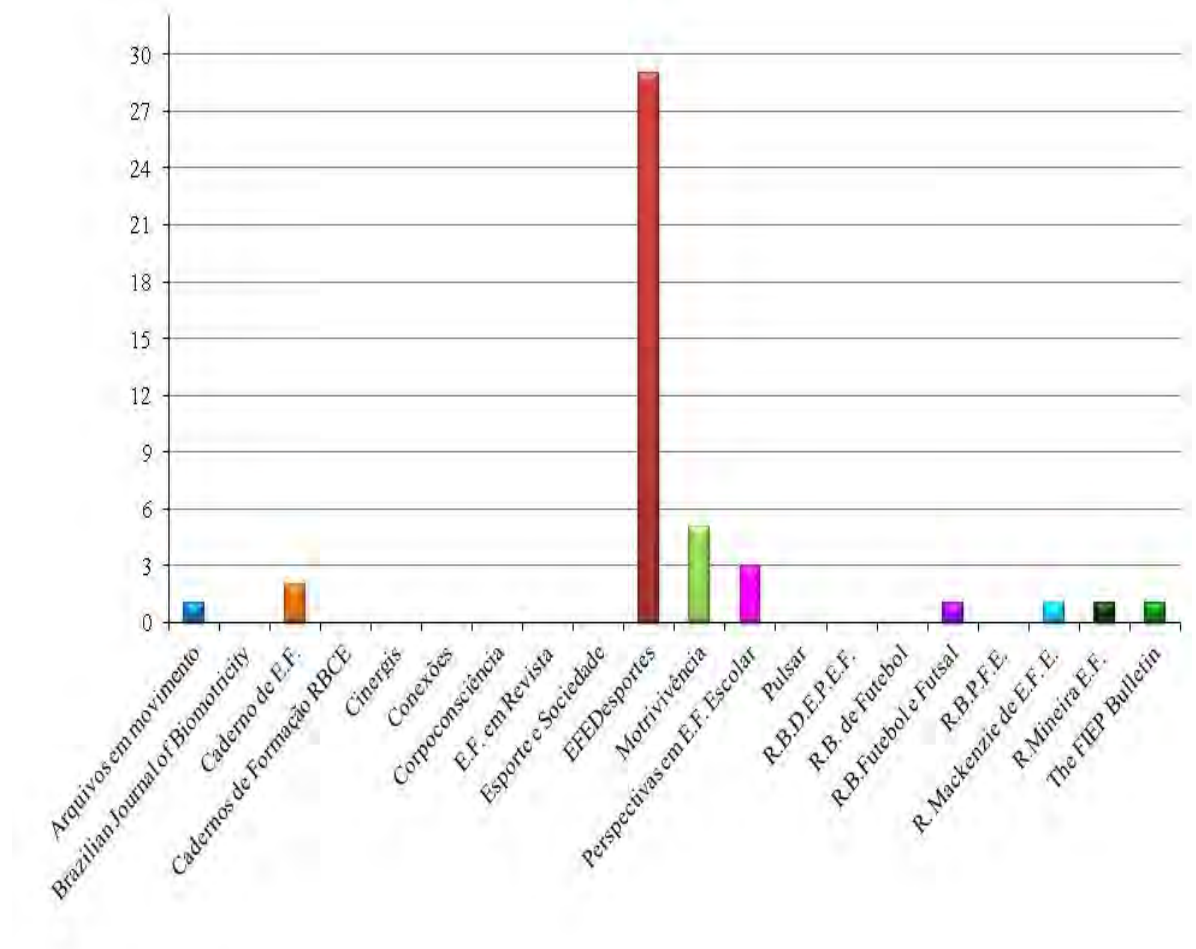


Figura 4 - Número de Publicações no Extrato B4

Percebeu-se que a maioria das publicações selecionadas se concentrou no extrato B4, com 44 artigos. Já no extrato B1, foram encontrados 10 estudos; no B2, 3 artigos; e no B3, não houve nenhuma publicação. Vale ressaltar que, até se chegar nesses números, vários artigos foram excluídos, de acordo com os critérios citados na metodologia, apesar de conter uma ou outra palavra do termo-chave, mas que não reportavam ao assunto colocado em questão para esta pesquisa. Alguns desses foram selecionados pelo sistema de filtragem do banco de dados dos periódicos, mesmo sem se tratar de esporte escolar, por haver a palavra “escolares” no n amostral do estudo, que também foram descartados. Pode ter ocorrido ainda que o sistema de filtragem oferecido pelos *sites* dos periódicos pode não ter selecionado artigos que contemplavam os critérios de inclusão deste estudo para análise. Com isso, percebeu-se que pode haver limitação do mecanismo de busca em alguns periódicos.

É oportuno observar que o extrato B4 possui alto índice de publicação sobre a temática esporte, em relação aos outros (B1, B2 e B3) e que o periódico *Lecturas Educación Física y Deportes* chama a atenção, pois foi responsável pela publicação de 29 estudos sobre a temática. Na Tabela 1, em que há o quadro geral contendo os artigos analisados, permite-se inferir que o Extrato B4, em que se pese a desconfiança desse no espaço acadêmico, possui publicações de autores renomados na área da Educação Física.

Esses fatores parecem indicar que a discussão acerca do esporte escolar é relevante para os profissionais da área, tendo em vista o número de publicações, principalmente do extrato B4. Pode ainda sugerir que, nos periódicos com menor classificação do Qualis/CAPES, os extratos B4, os autores encontraram espaço para os conhecimentos relacionados à área escolar, em relação aos outros (B1, B2 e B3).

- Ano de publicação dos estudos

Na figura 4, está representada a concentração de publicações por ano, observando-se que o ano de 2010 destacou-se por apresentar o maior valor (nove artigos), seguido de 2008 e 2011 com oito. Os anos de 1995, 1997 e 2000 mantiveram-se com uma publicação e os outros anos representados no gráfico oscilaram entre dois e seis artigos.

Nos anos de 1990 a 1994, 1998, 2002, 2005, não foram encontradas publicações que abordassem a temática proposta para este estudo.

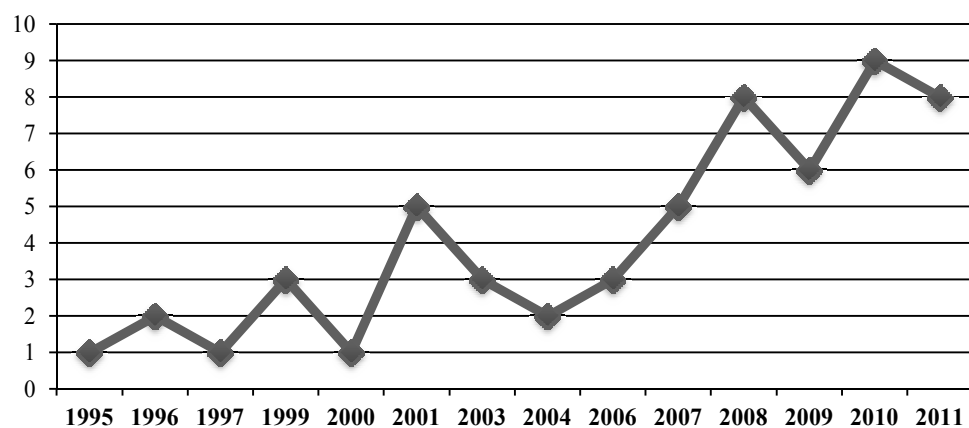


Figura 4 - Número de publicações por ano.

Quanto à temática dos estudos

Nos estudos de Martines e Chaves Junior (2010), Reverdito et al. (2008) e Barbieri (1999), esses autores adotaram como temática os campeonatos esportivos envolvendo estudantes. Souza Júnior (2001) discutiu o esporte na escola como descoberta de talentos olímpicos.

Souza e Bacin (2009) e Rodrigues e Darido (2008) trataram do ensino da técnica desportiva na Educação Física escolar.

A temática abordada por Bracht e Almeida (2003) foi a relação entre políticas públicas e Educação Física. Assis de Oliveira (2000) tratou do esporte e da escola enquanto resistência à reprodução dos valores dominantes. Vago (1996) relacionou a escola com as práticas culturais do esporte, dialogando com a obra de Valter Bracht.

Neuenfeldt e Canfield (2001) buscaram repensar o esporte como contribuinte para a formação dos escolares. Bassani et al. (2003) tiveram por objetivo compreender o esporte no ambiente escolar. Lucena (2004) teve como tema a relação entre esporte e Educação Física na escola.

Barroso e Darido (2010) fizeram uma proposta de ensino do voleibol escolar a partir das dimensões do conteúdo: conceitual, procedimental e atitudinal.

Já o estudo de Mello et al. (2008) discutiu as multiplicidades de identidades culturais e sua relação com o esporte, enquanto conteúdo da Educação Física.

Both e Christofolletti (2001) abordaram a relação entre esporte e Educação Física, em que se busca o papel desejado do esporte na Educação Física escolar, face o distanciamento da tendência esportiva. Já Peres (2001) tratou do processo ensino-aprendizagem do esporte na escola. Ainda sobre o tema do papel do esporte na escola, Almeida (2011) relacionou seu papel hegemônico à mídia atual, enquanto Zardo e Daniel (2010) discutiram o porquê dessa hegemonia e propuseram os jogos cooperativos como alternativa de trabalho. Séara (2009) abordou este assunto, propondo a visão pedagógica e antipedagógica do esporte escolar e Silva et al. (2007) analisaram a hegemonia do esporte sob a perspectiva do docente.

Já Pinto (2009) discorreu sobre a influência do esporte de rendimento no esporte educacional. Neuenfeldt e Pace (2008) e Caparroz (2001) estudaram a visão do esporte enquanto conteúdo escolar. Sawitzki (2008) debateu os aspectos pedagógicos e de formação humana no esporte escolar. Mendes Júnior e Barbosa (2011) debateram o modelo esportivo adotado pelo professor nas aulas de Educação Física. O foco do trabalho de Basei et al. (2008) foi o esporte escolar e a influência desse na formação do docente de Educação Física. Azevedo e Ferreira (2011) trataram sobre as concepções existentes no esporte escolar, assim como Maia (2010).

Silva (2004) discutiu o esporte educacional enquanto elemento educativo. Casco (2001) abordou sobre a prática democrática no trabalho do esporte escolar. Antunes (2009) teve por temática os desafios do esporte no contexto escolar.

O tema do artigo de Vilela et al. (2009) foi a inclusão do necessitado especial no esporte escolar. Machado Filho (2011) abordou o histórico da inserção do esporte na escola.

Queiroz e Fernández (2010) e Perfeito (2011) versaram sobre a detecção de talentos esportivos na escola. Lucero e Lovisoló (2006) estudaram o esporte escolar na perspectiva da competição e da revelação do talento esportivo. Junior (2007) abordou sobre a relação entre mídia e esporte escolar. Fernandes e Freitas (2008) debateu a possibilidade da inserção do esporte à vela como conteúdo escolar. Florentino e Saldanha (2007) discutiram o esporte escolar na perspectiva na inclusão de todos e do papel educativo que pode ser associado ao esporte. Lemos e Câmara (2011) abordaram sobre a proposta curricular do Estado de São Paulo e Lemos (2010) estudou o esporte nos documentos oficiais para Educação Física (PCNs).

Neuenfeldt et al. (2007) estudaram o processo de seleção para equipes escolares. Vaz e Vaz (2003) abordaram a história dos Jogos Escolares maranhenses. Nascimento e Melo (1997) estudaram as Olimpíadas (ou Jogos) Escolares. Betti (2009) trabalhou com a relação: megaeventos (Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol) e o esporte na Educação Física Escolar.

O artigo de Aburachid e Greco (2009) propôs uma metodologia de ensino para os esportes de raquete nas aulas de Educação Física e, de forma semelhante, Souza Júnior e Santos (2010) versaram sobre a metodologia do ensino dos esportes de combate. Sousa et al. (2010) abordaram sobre a prática docente desenvolvida em relação ao atletismo na escola.

Paiva et al. (1999) realizaram a construção de um planejamento para o ensino da natação. Almeida (1996) trabalhou com a iniciação esportiva no âmbito escolar.

Teixeira e Teixeira (2006) investigaram as questões que permeiam a prática do futsal na escola. Ourlques (1995) discutiu a relação futebol, futebol de rua e futebol ensinado na escola. Santos (1999) realizou uma proposta de sistematização do ensino do futebol na escola. Carvalho (2011) estudou a consciência tática no futsal. Camargo et al. (2008) estudaram a orientação motivacional na aprendizagem do futsal escolar.

Quanto a métodos e técnicas dos estudos

Em relação aos métodos e às técnicas empregados nos artigos, Martines e Chaves Junior (2010) utilizaram dos procedimentos da lógica histórica, tendo como fonte de pesquisa o jornal do Colégio Estadual do Paraná, as atas dos jogos e das Olimpíadas Colegiais e o Jornal Gazeta do Povo. Barroso e Darido (2010) utilizaram-se da pesquisa-ação.

Bassani et al. (2003) utilizaram-se de observação e entrevistas advindas de aulas de Educação Física e Escola de Esporte de uma escola pública de Florianópolis.

Mello et al. (2008) trataram-se da pesquisa exploratória dos estudos culturais e da pedagogia crítica. O estudo de Both e Christofletti (2001) e Peres (2001) foram caracterizados no artigo como um ponto de vista, porém não ficou claro que método foi utilizado para a sua construção.

A técnica utilizada por Sousa et al. (2010) foi a entrevista individual, que continham questões abertas e fechadas, aplicadas a 30 professores, selecionados pela amostragem proposital; para o tratamento dos dados, foi adotada a análise de conteúdo, no método da categorização.

Basei et al. (2008) e Silva et al. (2007) realizaram um estudo de caso, por meio de entrevistas semiestruturadas; as informações foram interpretadas pela Análise de Conteúdo. Já Neuenfeldt et al. (2007) utilizaram somente do estudo de caso.

Com aplicação de questionários aos professores e alunos, Azevedo e Ferreira (2011) utilizaram-se da Análise de Conteúdo para diagnóstico dos dados. A pesquisa filosófica foi o método adotado por Fernandes e Freitas (2008).

Neuenfeldt e Pace (2008) tiveram como técnica de pesquisa as entrevistas, as observações e a aplicação de questionário. Teixeira e Teixeira (2006) realizaram observações e entrevistas. Mendes Júnior e Barbosa (2011) utilizaram entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação simples.

Sawitzki (2008) realizou um estudo de casos e a observação simples. Carvalho (2011) adotou a pesquisa qualitativa por meio de aplicação de questionário.

Realizando uma pesquisa de campo do tipo descritiva, Camargo et al. (2008) utilizaram-se dois instrumentos: Questionário do Esporte de Orientação para Tarefa ou Ego desenvolvido por Duda (1992), traduzido, adaptado e validado por Hirota e de Marco (2006); e Lista de Sintomas de Estresse Pré-Competitivo (LSSPCI), desenvolvida por De Rose Jr. (1998). Para o tratamento estatístico foi feito o Alfa de Cronbach.

Vilela et al. (2009) e Séara (2009) não especificaram a metodologia, assim como Zardo e Daniel (2010) e Maia (2010), os quais citaram somente a técnica de coleta de

dados, que foi a entrevista estruturada. Almeida (2011) realizou um relato de experiência.

De forma semelhante, Souza e Bacin (2009); Rodrigues e Darido (2008); Bracht e Almeida (2003); Neuenfeldt e Canfield (2001); Souza Júnior (2006); Assis de Oliveira (2000); Barbieri (1999); Lucena (2004); Vago (1996); Reverdito et al. (2008); Queiroz e Fernández (2010); Machado Filho (2011); Lucero e Lovisolo (2006); Auricchio (2009); Santos Junior (2007); Florentino e Saldanha (2007); Aburachid e Greco (2009); Souza Júnior e Santos (2010); Lemos e Câmara (2011); Silva (2004); Casco (2001); Antunes (2009); Perfeito (2011); Vaz e Vaz (2003); Lemos (2010); Betti (2010); Ourlques (1995); Caparroz (2001); Nascimento e Melo (1997); Santos (1999); Paiva, Souza e Oliveira (1999); Almeida (1996); e Pinto (2007) não deixaram claro que método foi usado para a construção dos estudos deles.

Quanto às modalidades esportivas tratadas nos estudos

Os estudos de Martines e Chaves Junior (2010); Souza e Bacin (2009); Rodrigues e Darido (2008), Bracht e Almeida (2003); Souza Júnior (2006); Assis de Oliveira (2000); Vago (1996); Neuenfeldt e Canfield (2001); Bassani et al. (2003); Barbieri (1999); Lucena (2004); Reverdito et al. (2008); Mello et al. (2008); Both e Christofolletti (2001); Peres (2001); Almeida (2011); Basei et al. (2008); Séara (2009); Zardo e Daniel (2010); Azevedo e Ferreira (2011); Queiroz e Fernández (2010); Maia (2010); Machado Filho (2011); Lucero e Lovisolo (2006); Santos Junior (2007); Florentino e Saldanha (2007); Silva (2007); Lemos e Câmara (2011); Neuenfeldt e Pace (2008); Silva (2004); Casco (2001); Antunes (2009); Perfeito (2011); Neuenfeldt, et al. (2007); Vaz e Vaz (2003); Lemos (2010); Mendes Júnior e Barbosa (2011); Betti (2010); Sawitzki (2008); Caparroz (2001); Almeida (1996); Nascimento e Melo (1997); e Pinto (2007) discutiram o esporte em geral. Já Barroso e Darido (2010) estudaram o voleibol.

Vilela et al. (2009) estudaram o esporte adaptado, não especificando que modalidade; Ourlques (1995) e Santos (1999) analisaram o futebol.

Sousa et al. (2010) investigaram o atletismo. Auricchio (2009) tratou dos esportes radicais, mais especificamente a escalada. Fernandes e Freitas (2008) trabalharam com o esporte à vela. Aburachid e Greco (2009) estudaram os esportes de raquete.

Souza Júnior e Santos (2010) trabalharam com os esportes de combate (lutas). Teixeira e Teixeira (2006), Carvalho (2011) e Camargo et al. (2008) elegeram o futsal. Paiva et al. (1999) estudaram a natação.

Quanto à descrição dos estudos

Martines e Chaves Junior (2010) buscaram evidências acerca das origens das práticas e competições esportivas do Estado do Paraná, em que se questiona a versão que indica o surgimento dos Jogos Colegiais do Paraná no início da década de 1950. O argumento dos autores é de que as competições esportivas já existiam no âmbito de ensino e que receberam destaque em 1953, por causa de fatores políticos.

Souza e Bacin (2009) contribuíram com a prática pedagógica no que tange o ensino da técnica esportiva na escola, demonstrando a importância da relação dialética entre as ciências naturais e as ciências sociais nesse processo. Adotando a mesma temática, Rodrigues e Darido (2008) abordaram sobre o papel da técnica desportiva; porém, esses autores investigaram a técnica sob o olhar das tendências socioculturais da Educação Física, entendendo que o ensino do esporte perpassa a técnica desportiva, em que deve ser considerado o repertório cultural dos alunos, atrelando-se o conhecimento social, político, econômico e cultural do esporte.

O escopo do trabalho de Bracht e Almeida (2003) foram as relações entre as políticas esportivas e a Educação Física, no que tange a influência do sistema esportivo no desenvolvimento do esporte escolar, subsidiado pelo Estado. Os autores pontuaram sobre a legitimação da Educação Física como componente curricular além do esporte, principalmente do esporte institucionalizado.

A fim de dialogar com o trabalho de Bracht (1992) - Educação Física e Aprendizagem Social -, Vago (1996) debateu alguns pontos abordados no livro e incorporou questões e concepções acerca desses pontos. O argumento principal de Vago (1996) foi que a escola produz uma “cultura escolar” e que, se tratando do esporte, deve ser construída uma tensão permanente entre o “esporte na escola” com o “esporte da escola”, de forma a intervir na história cultural da sociedade.

Fundamentando-se na proposta de esporte-prática de Cagigal, que compreende quatro princípios: cinestésico, lúdico, agonístico e ético, Neuenfeldt e Canfield (2001) tiveram o intuito de caracterizar o esporte escolar; acreditou-se que essa conceituação foi uma tentativa de prover uma visão de esporte que contribuísse na formação do aluno para que esse vivesse em harmonia consigo mesmo e com a sociedade.

Bassani et al. (2003) buscaram compreender o esporte no contexto escolar e a relação entre a escola, o conhecimento e a cultura na educação do corpo. Foram observadas aulas de Educação Física e da escola de esportes de uma escola pública de Florianópolis, onde esses autores tiveram como resultados a prática hegemônica do esporte e as ambiguidades entre o discurso e a prática.

Lucena (2004) questionou a partir de quando o esporte adentrou-se na escola e qual o propósito de se pensar o esporte e a ginástica na Educação Física Escolar. O autor evidenciou que os propósitos do gosto pela prática do esporte surgidos em um contexto específico também justificaram a ginástica na escola e que o esporte, a ginástica e a Educação Física foram ações complementares.

Abordando as dimensões do conteúdo do esporte escolar: conceitual, procedimental e atitudinal, Barroso e Darido (2010) se dispuseram a construir, implementar e avaliar essas dimensões no ensino do voleibol. Os autores argumentaram que as condições de trabalho e a desvalorização da Educação Física constituíram-se de obstáculos para o desenvolvimento da proposta; entretanto, como resultado final, os professores conseguiram aplicar as dimensões de ensino.

Barbieri (1999) analisou os Jogos do esporte educacional e fez uma síntese histórica dos Jogos esportivos em geral e no Brasil, propondo, no trabalho, alternativas para a realização dos Jogos, de acordo com o conceito de esporte educacional e não voltado para o rendimento esportivo. De forma semelhante, Reverdito et al. (2008) apoiaram-se no entendimento dos Jogos Escolares como forma de educabilidade do sujeito, de forma sistematizada por princípios pedagógicos e metodológicos próprios da Educação Física.

Em seu trabalho, Souza Júnior (2006) tratou do discurso da retomada da Educação Física enquanto descoberta de talentos esportivos e as implicações para o contexto do escolar, no que se refere aos princípios do esporte escolar e do esporte de rendimento. Esse autor acredita que o esporte no contexto escolar não deve ser trabalhado na concepção da aquisição atlética do aluno, mas deve ser apreendido enquanto conhecimento da cultura corporal da humanidade.

Já Assis de Oliveira (2000) abordou a escola como reprodutora dos valores dominantes e o reflexo dessa ação no trato com o esporte enquanto conteúdo, propondo algumas reflexões e exemplos. É defendido que a escola é um lugar de resistência de reprodução dos valores dominantes e que estimula a crítica e a criatividade considerando a relação entre professor-aluno e saber.

Mello et al. (2008) basearam-se nos estudos culturais para abordar sobre a construção das identidades e discutiram a influência do esporte enquanto conteúdo da Educação Física Escolar nesse processo. Afirmaram os autores que na escola e no esporte enquanto conteúdo ocorre o encontro de múltiplas culturas e com isso o encontro com o outro, com a identidade e com a diferença; a partir desse pressuposto são propostas alternativas para uma ação participativa e reflexiva.

Both e Christofoletti (2001) buscaram refletir o papel do esporte na escola; a partir dessa reflexão, os autores comentaram sobre os elementos que estão ligados ao esporte, como rendimento, saúde, lazer e educação. Esses defenderam que é necessária a diferenciação entre o esporte enquanto conteúdo das aulas de Educação Física e o enquanto treinamento da equipe da escola.

O estudo de Peres (2001) conteve três eixos de discussão. O primeiro deles é a relação esporte/escola; o autor defendeu que as características propostas para o esporte educacional, como o lúdico e a atividade prazerosa, devem ser enfatizadas. No segundo eixo Peres (2001) discutiu o papel da avaliação, acreditando essa que é um método que deve ser utilizado para determinar se o processo educacional alcança o seu fim. O último item refere-se aos métodos de aprendizagem, em que o autor argumentou que o aluno deve fazer parte do processo ensino-aprendizado.

Zardo e Daniel (2010) partiram do pressuposto que o esporte é o conteúdo hegemônico nas aulas de Educação Física e que esse deve ser trabalhado de forma diferente ao que se observa na prática, evitando-se focar no gesto motor, na competição e nas características do esporte de rendimento. Como alternativa, os autores propuseram o uso dos jogos cooperativos para trabalhar por meio do esporte outros valores e significados.

Sousa et al. (2010) tiveram o objetivo de investigar a prática docente em relação ao conteúdo atletismo na escola. Os autores descreveram que o atletismo é bem aceito pelos alunos, sendo as corridas rasas e os saltos em distâncias as provas mais praticadas, e apesar da falta de infraestrutura; o valor “respeito às regras e aos colegas” foi o mais citado.

Vilela et al. (2009) defenderam que o esporte escolar possui os elementos necessários para a inclusão do necessitado especial, apoiando-se na Declaração de Salamanca (Esporte 1994); na Carta do Direito da Criança no Esporte (Panathon/Avignone, 1995); nos Parâmetros Curriculares Nacionais; no Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP, 2000) e na Carta Brasileira de Educação Física

(CONFED, 2000) e nos cinco princípios do esporte adaptado que são os da Inclusão, Participação, Cooperação, Coeducação e Corresponsabilidade, propostos por Tubino.

Almeida (2011) relacionou a maneira de o esporte ser tratado na escola e na mídia atual, acreditando que o esporte é desenvolvido na escola voltado para o rendimento e que a mídia seria a responsável por esse papel. Esse autor sugere que é necessário que os professores, ao abordarem o esporte em suas aulas, estabeleçam essa relação de forma crítica.

A hipótese de como o esporte é tratado na formação dos profissionais de Educação Física reflete no ensino da escola foi investigado por Basei et al. (2008). Por meio desse estudo, os autores comprovaram essa teoria e defenderam que é necessária a modificação na estrutura do esporte no meio acadêmico, para que esse ao chegar à escola possa atender às necessidades dela, sem se constituir como mero reproduzidor do esporte institucionalizado.

O artigo de Séara (2009) expôs a visão pedagógica e antipedagógica, em que a primeira constitui a atribuição de sentido e significado aos movimentos esportivos e a segunda preocupa-se somente no aspecto motor/biomecânico do movimento.

Azevedo e Ferreira (2011) investigaram as concepções do esporte no meio escolar, no Colégio de Aplicação da UFSC. Os autores concluíram que os alunos e professores entendem que o esporte na escola deve ser trabalhado na perspectiva de formação, considerando as capacidades psicomotoras e as atividades lúdicas, na concepção de Tubino (1992, 1995) do Esporte de Participação. Maia (2010) realizou o estudo com o mesmo intuito, porém na cidade de Pau de Ferros, Rio Grande do Norte. A resposta dos professores também apontou que o esporte na escola deve ser desenvolvido na perspectiva do Esporte de Participação, seguida do Esporte Educacional. O autor acredita que essas duas concepções estão muito próximas, podendo ser trabalhadas em conjunto para atender ao princípio educacional.

Para Queiroz e Fernández (2010), é na escola que os alunos adquirem hábitos saudáveis, de forma que o esporte exerce importante influência nesse aspecto. A partir desse entendimento de Educação Física Escolar, os autores defenderam que a escola deve ser um espaço para a detecção de talentos para atuação futura no esporte de rendimento.

Em 2011, Machado Filho abordou historicamente como o esporte se tornou conteúdo da Educação Física Escolar no Brasil. Lucero e Lovisolo (2006) estudaram o que alunos do 5º ao 8º ano de uma instituição pública e uma particular pensam os conceitos que permeiam o esporte, demonstrando que esses estudantes possuem uma

visão tradicional do esporte. Auricchio (2009) defendeu o ensino da escalada nas aulas de Educação Física, sob a prerrogativa que os esportes radicais constituem importantes conteúdos a serem abordados em sala de aula.

Preocupando-se em estudar a relação da espetacularização esportiva advinda da mídia e as implicações na escola, Santos Júnior (2007) concluiu que é preciso contextualizar nas aulas os efeitos desse processo na sociedade, com a finalidade de contribuir para uma formação crítica e autônoma dos alunos.

O intuito de Fernandes e Freitas (2008) foi de investigar se o esporte à vela pode ser um conteúdo trabalhado no âmbito escolar, considerando seu potencial educativo e as determinações e os objetivos dos órgãos educacionais que regulamentam a escola. A conclusão foi de que esse esporte oferece condições de ser desenvolvido enquanto conteúdo da Educação Física Escolar.

Florentino e Saldanha (2007) propuseram uma reflexão acerca da pedagogia do esporte escolar, no que tange o caráter educativo e inclusivo dessa atividade. Os autores acreditam que por meio do esporte podem ser trabalhados valores para formar um aluno crítico diante a realidade.

A fim de entender porque os professores abordam o esporte como conteúdo hegemônico, Silva (2007), por meio de entrevistas com professores confirmou a hegemonia do esporte nas aulas de Educação Física, atribuindo o papel educativo do esporte, que facilita o trabalho com os alunos. O autor revelou que apesar de ser o esporte predominante, esse vem sendo trabalhado na perspectiva sociocultural.

Aburachid e Greco (2009) propuseram uma metodologia de trabalho para os esportes de raquete na Educação Física escolar, com base no ensino dos fundamentos táticos anterior aos outros fundamentos. Souza Júnior e Santos (2010) propuseram uma abordagem no ensino das lutas na escola, em que a terminologia marcial seja substituída por Jogos de Oposição, acreditando que o objetivo desse conteúdo seja o de proporcionar a vivência da corporeidade e do autoconhecimento dos alunos, contribuindo para a desmistificação do ensino de lutas na escola.

Lemos e Câmara (2011) reproduziram trechos da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para facilitar a consulta relativa aos conteúdos esportivos. Neuenfeldt e Pace (2008), ao estudarem a visão do esporte por estagiários do curso de Educação Física no trabalho da escola, observaram que esses priorizaram os conteúdos na perspectiva atitudinal, valorizando a colaboração, inclusão e coeducação.

O esporte foi discutido por Silva (2004) enquanto elemento educacional, o qual propôs uma visão que supere o esporte de rendimento, assimilando as críticas aos

diversos pontos que permeiam o esporte. Casco (2001) defendeu a experiência democrática no desenvolvimento do esporte escolar, em que o aluno é o centro do processo educacional. De acordo com a autora, ao possibilitar ao aluno o poder de escolha, permiti-se o trabalho da autonomia e cooperação.

Teixeira e Teixeira (2006) tiveram o propósito de realizar uma reflexão a partir do mundo-vida da criança na prática do futsal no âmbito escolar. A partir de entrevistas com os alunos, pais, professores e diretores e observações de aulas e jogos, os autores identificaram que o futsal praticado nas escolas pesquisadas acontecia na lógica do rendimento esportivo; esses estudiosos questionaram essa manifestação apontando a necessidade de repensar o papel dessa modalidade na escola.

Perfeito (2011) discutiu a revelação de talentos esportivos a partir da escola, abordando quanto à intensidade dos treinamentos, ao processo de *overtraining* e ao treinamento geral e específico. Em sua pesquisa, esse autor ponderou que o professor deve buscar o rendimento e que a revelação de talentos não deve ser o foco da escola; entretanto, deve-se estar atento ao surgimento de um aluno destaque, encaminhando-o a um treinamento específico. O mesmo autor pontuou que o *overtraining* dificilmente ocorre no esporte escolar e que o treinamento geral deve ser ligado ao treinamento geral, recomendando que as sessões de treinamento ocorram duas vezes na semana.

Neuenfeldt et al. (2007) estudaram os critérios de seleção de alunos para competições escolares da cidade de Lajeado, RS, em duas escolas. Os autores concluíram que os critérios de seleção incluem, prioritariamente, os alunos do terceiro ano do ensino médio, pois esses ganham isenção da taxa de vestibular; a participação no treino; e a qualidade técnica e atuação como atleta na escola “A” e na escola “B”. Com esses critérios, têm prioridade para participar das equipes aqueles alunos que treinam semanalmente.

A história dos Jogos Escolares maranhenses foi descrita por Vaz e Vaz (2003). Já Lemos (2010) propôs um esboço em relação ao esporte nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental.

Júnior e Barbosa (2011) discutiram como o esporte é trabalhado em duas escolas da Bahia. Os autores concluíram que os professores entrevistados trabalham tanto com “o esporte da escola” quanto com o “esporte na escola” e que esses professores possuíam pouco conhecimento acerca dessas perspectivas.

Uma relação entre os megaeventos e o esporte na Educação Física Escolar foi estabelecida por Betti (2010), o qual defendeu que o projeto de tornar o Brasil “potência olímpica” invertia a lógica desse projeto e que a Copa do Mundo de Futebol permite a

transversalidade dos conteúdos nas aulas na concepção de Educação Física escolar crítica e emancipatória.

Sawitzki (2008) discutiu os aspectos pedagógicos e de formação humana que permeiam o esporte escolar, concluindo que o sistema esportivo de rendimento/espetáculo influencia o esporte desenvolvido na escola, tanto nas aulas de Educação Física quanto nos Jogos Escolares. O autor ainda propôs alternativas para a prática esportiva escolar.

Ourlques (1995) refletiu acerca dos elementos do futebol, do futebol de rua e do futebol ensinado na escola. A autora acredita que tanto o futebol quanto o futebol de rua devem ser discutidos nas aulas de Educação Física, relatando uma experiência vivenciada na escola.

Por meio da concepção crítica para o ensino da Educação Física, Santos (1999) propôs a sistematização do ensino do futebol, realizada a partir da experiência vivenciada em escolinhas e aulas de Educação Física.

Paiva et al. (1999) realizaram um planejamento para o ensino da natação pautado nas teorias críticas. Caparroz (2001) refletiu acerca do esporte enquanto conteúdo da Educação Física. O autor entende que é necessário repensar as aulas de Educação Física Escolar, já que as críticas feitas ao esporte enquanto conteúdo hegemônico já ocorreu há algum tempo, mas mantiveram-se no campo teórico, não sendo extrapoladas para a prática na mesma intensidade. Esse autor argumentou que é necessário transformar o esporte enquanto conteúdo escolar, porém que nesse processo se tenha cuidado para não descaracterizá-lo.

Almeida (1996) propôs subsídios para que os professores possam desenvolver a iniciação esportiva na escola, respeitando o desenvolvimento de cada faixa etária e evitando a iniciação esportiva precoce.

A intenção de Nascimento e Melo (1997) era de oferecer uma proposta para as Olimpíadas/Jogos Escolares na perspectiva da cultura corporal, enfatizando a cooperação, a participação de todos e a não competitividade exacerbada.

Carvalho (2011) examinou a consciência tática de duas equipes escolares de futsal sub-17 do Estado do Espírito Santo. O autor concluiu que os alunos das duas equipes estudadas possuíam treinamento tático e sabiam utilizar esse recurso na situação de jogo.

Ao analisar a orientação motivacional de alunos na aprendizagem do futsal escolar, Camargo et al. (2008) avaliaram se essa orientação é direcionada para o ego ou para a tarefa, bem como identificaram o nível de estresse pré-competitivo. Os resultados

apontaram que os alunos possuíam orientação para tarefa e um nível de estresse controlado, concluindo que tal resultado é benéfico para os alunos.

A influência do esporte de rendimento no esporte educacional foi discutida por Pinto (2007), o qual defendeu a humanização do esporte enquanto elemento da cultura. Antunes (2009) analisou os desafios advindos do esporte escolar, propondo a possibilidade de contextualização do esporte na escola e a inserção de modalidades menos convencionais.

Quanto à fundamentação teórica

Tabela 2 – Fundamentação teórica dos estudos analisados

Estudo	Autores	Teorias
A história de um evento esportivo entre continuidades e rupturas: as Olimpíadas Colegiais e os Jogos Colegiais do Paraná (1938-1953)	Martines, I. C. e Chaves Junior, S. R.	Depoimentos e citações das fontes históricas consultadas
A técnica no ensino dos esportes: relações entre o campo de conhecimento das ciências sociais e das ciências naturais	Souza, M. da S. e Baccin, E. V.C.	Concepção pedagógica para o ensino da técnica esportiva no âmbito das ciências naturais e das ciências sociais: Souza (2007)
A técnica esportiva em aulas de Educação Física: um olhar sobre as tendências sócio culturais	Rodrigues, H. de A. e Darido, S. C.	Tendências sócio culturais da Educação Física: coletivo de autores (1992; Kunz (2000, 2004); Betti (1994, 1999, 2007) e Daolio (2002, 2004)
O esporte na escola e o esporte da escola - da negação radical para uma relação de tensão permanente - Um diálogo com Valter Bracht	Vago, T. M.	Concepções educacionais de Nóvoa (1994), Forquin (1992) e Chervel (1990)
Repensando o esporte na Educação Física escolar a partir de Cagigal.	Neuenfeldt, D. J. e Canfield, M.de S.	Concepções esporte-prática e princípios fundamentais: Cagigal (1972)
Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambiguidades	Bassani, J. J.; Torri, D.; e Vaz, A. F.	Conceitos da indústria cultural: teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt (principalmente de Adorno)
Algumas considerações sobre a realização dos Jogos do esporte educacional	Barbieri, C.	Concepções de Jogos Escolares: Santin (1990)
Notas para uma compreensão sobre a relação entre esporte e Educação Física na escola	Lucena, R. de F.	Conceito de esporte: Elias Fontes históricas: leis, depoimentos História da Educação Física: Soares (2002)

Voleibol escolar: uma proposta de ensino nas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal do conteúdo	Barroso, A. L. e Darido, S. C.	Dimensões do conteúdo (conceitual, procedimental e atitudinal): Zabala (1998) e Coll, Pozo, Sarabia e Valls (2000)
Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola	Reverdito, R. S.; Scaglia, A. J.; Silva, S. A. D. da; Gomes, T. M. R.; Pesuto, C.; e Baccarelli, W.	Pressupostos sobre competição esportiva: Scaglia, Montagner e Souza (2001); Barbieri (2001); Scaglia e Gomes (2005); Turpin (2002); De Rose Jr. e Korsakas (2006); Scaglia, Medeiros e Sadi (2006); Mota (2003); Paes (2006); e Fazenda (2003)
A política de esporte escolar no Brasil - a pseudovalorização da Educação Física	Bracht, V. e Almeida, F. Q. de	Relação esporte escolar e políticas públicas brasileiras: Linhales (1997) e Bracht (1997, 2001, 2002); Castellani Filho (1985); e Oliveira (2001)
A educação física no currículo escolar e o esporte: (im)possibilidade de remediar o recente fracasso esportivo brasileiro	Souza Júnior, M.	Conteúdo esporte na escola: Coletivo de Autores (1992)
Escola e esporte: campos para ocupar, resistir e produzir	Assis de Oliveira, S.	Caráter/função da escola: Freitas (1995); Cortella (1998); Pérez Gomes (1998); Wachowicz (1995) Debate esporte da escola x esporte na escola: Vago (1996); Cheptulin (1982); e Kunz (1994)
O esporte na educação física escolar: possíveis influências no processo de construção das identidades dos alunos e alternativas para transformação	Mello, C. C. de C.; Bocchini, D.; Rosa, D. W. D.; Feliciano, F.; Neves, M. R. das; e Neira, M. G.	Construção de identidades: Hall (2006) Concepções pedagógicas: Bracht (1986); Silva (2006); Nunes (2006); Neira (2007); e Vago (1996)
Educação Física Escolar e Esporte: um ponto de vista	Both, J. e Christofolletti, J. F.	Proposições pedagógicas: Ramalho (2000) e Bracht (1989)
Fundamentos do processo ensino/aprendizagem dos esportes na escola	Peres, L. S.	Processo de aprendizagem (descoberta dirigida): Marques (1995) e Ebel (1997)
A inclusão do necessitado especial no esporte escolar	Vilela, A. T.; Costa, V. L. de M.; e Tubino,	Direitos do necessitado especial: Declaração de Salamanca (Esporte, 1994);

	M. J. G.	Carta do Direito da Criança no Esporte (Panathon/Avignone, 1995); Parâmetros Curriculares Nacionais; Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP, 2000); e Carta Brasileira de Educação Física (CONFEEF, 2000) Esporte educacional: Tubino (2007)
A linguagem imagética do esporte presente na Educação Física escolar: relato da realidade produzida pela indústria	Almeida, C. A. de	Esporte espetáculo e escola: Betti (1997); Montagner (2000); Lisboa (2006); e Rodrigues e Montagner (2005)
A prática pedagógica dos professores de Educação Física e a influência do esporte: da formação à atuação profissional	Basei, A. P.; Silveira, J. da; Silva M. S.da; e Maschio, V.	Conteúdos, objetivos, método de ensino e avaliação: Darido e Rangel (2005); Kunz (1994); Libâneo (1994); Canfield (1996); Oliveira (1988, 1994); Sacristán (2000); Betti; Zuliani (2002) Concepção de esporte: Castellani Filho (1993) e Bracht (2000) Hegemonia do esporte no conteúdo escolar: Rech et al. (2000) e Kunz (1994)
A visão pedagógica e antipedagógica dos esportes coletivos na escola	Séara, E. C. R.	Visão pedagógica e anti-pedagógica do esporte: Hildebrandt (2003)
Aulas de Educação Física escolar: por que sempre esporte?	Zardo, T. do N e Daniel, V. J.	Concepção do Esporte de participação: Tubino (1992, 1995)
Concepções de esportes no contexto escolar	Azevedo, E. S. de e Ferreira, T. B.	Concepções das manifestações esportivas: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento - Tubino (1992, 1995)
Detecção de talentos na escola: possibilidades e limitações	Queiroz, A. M. e Fernández, L. C.	Concepção teórica Educação Física Escolar: paradigma da saúde – Guedes e Guedes (1997) Detecção do talento esportivo: Añó (1997)
Dimensões sociais do esporte: perspectivas trabalhadas nas escolas na cidade de Pau de Ferros, RN	Maia, M. M. de O.	Concepção das manifestações esportivas: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento: Tubino (2001) e

		Darido e Rangel (2008) Conceito esporte na escola e esporte da escola: Santos et al. (2006)
Educação Física escolar e esporte na escola: um breve histórico	Machado Filho, R.	Histórico da Educação Física: Bracht (1999); Barroso e Darido (2006); Darido (2003); e Betti (1991)
Educação Física escolar: esporte, competição e talento	Lucero, F. e Lovisolio, H.	Depoimento de alunos constituintes da amostra desse estudo
Escalada na Educação Física escolar. Orientação adequada para uma prática segura	Auricchio, J. R.	Escalada enquanto conteúdo da Educação Física escolar: Pereira (2007)
Espetacularização na TV: ações e desafios à Educação Física escolar	Santos Junior, N. J. dos	Espetacularização esportiva e implicações na Educação física: Betti (2001, 2003 e 2004)
Esporte à vela como prática da Educação Física escolar	Fernandes, R. de M e Freitas, A. M. de	Baseou-se nos PCNs Orientação didática quanto aos métodos parcial, global e misto: Xavier (2006) Funções da avaliação: Libaneo (1994)
Esporte, educação e inclusão social: reflexos sobre a prática pedagógica em Educação Física	Florentino, J. e Saldanha, R. P.	Papel do esporte além do rendimento: Paes (2002) e Florentino (2007) Esporte e sociabilização: Tubino (2005) e Weinberg e Gould (2001)
Esporte: considerações a respeito da sua utilização como meio educativo: a visão docente	Silva, D. B. da; Rangel, I. C. de A.; e Neto, S. de S.	O autor argumenta no artigo que se baseia nos Jogos cooperativos, mas não especifica autores ou linhas teóricas
Esportes de raquete na Educação Física escolar: uma proposta para crianças e adolescente	Aburachid, L. M. C e Greco, P. J.	Conceitos de aprendizagem motora: Greco e Benda (1998) e Greco (2004)
Jogos de oposição: uma nova metodologia de ensino nos esportes de combate	Souza J., T. P. de e Santos, S. L. C. dos	Jogos de oposição: Oliveira e Santos (2006)
Jogos Escolares: possíveis influências na prática pedagógica das aulas de Educação Física escolar	Oliveira, F. S. de	Teorias críticas da Educação Física: Bracht (1999, 2002 e 2005) e Kunz (2001)
Localização dos esportes nas orientações curriculares para o ensino médio e na proposta curricular no Estado de São Paulo	Lemos, F. R. M e Câmara, E.	Visão do esporte: proposta curricular do Estado de São Paulo
O ensino do esporte na Educação	Neuenfeldt, D.	Teoria crítica da Educação

Física escolar: a compreensão e a docência de estagiários do curso de Educação Física do Centro Universitário UNIVATES	J. e Pace, É.	Física: Kunz (2000); Bracht (2000); e Vago (1996)
O esporte enquanto elemento educacional	Silva, W. A.	Esporte a partir da perspectiva histórico-crítica: Carmo (1985); Pey (1991); e Bracht (1992)
O esporte escolar e a experiência democrática	Casco, P.	Não apresenta
O esporte na Educação Física: desafios e conteúdos	Antunes, A. R.	Esporte escolar: Kunz (1999) Valores Jogos: Brotto (1999)
O mundo-vida da criança na prática do esporte escolar	Teixeira, D. e Teixeira, R. T. S.	Proposições abertas: Abbagnano (2000) Sistema desportivo brasileiro: Krieger (1999) Perspectivas de abordagem do fenômeno desportivo: Sttiger (2002) Desporto da escola e na escola: Coletivo de autores (1992) e Castellani Filho (1998)
O treinamento desportivo escolar e a revelação de jovens talentos	Perfeito, R. S.	Não apresenta
Os critérios de seleção adotados pelas escolas em relação aos alunos que participam nos Jogos Escolares do ensino médio (JOGUEM) da UNIVATES/ Lajeado/RS	Neuenfeldt, D. J.; Duarte, A. J. P.; e Kempfer, P.	Esporte escolar e Educação Física: Kunz (1994) Jogos Escolares: Santin (1993)
Os escolares e os Jogos/esportes no Maranhão	Vaz, L. G. D e Vaz, D. D. B.	Fontes históricas e depoimentos
Os esportes em documentos oficiais da educação infantil e do ensino fundamental, Ciclo I	Lemos, F. R. M.;	Esportivização da Educação Física: Kunz (2004) e Betti (2009)
Um olhar sobre o esporte nas aulas de Educação Física escolar: qual o modelo adotado pelo professor?	Mendes Júnior, L. S. e Barbosa, F.N. M	Esporte da escola e esporte na escola: Bracht (1992) e Kunz (1991)
Copa do Mundo e Jogos Olímpicos inversionalidades e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física Escolar	Betti, M.	Concepção crítica-emancipatória da Educação Física escolar: Kunz (1991, 1994) e Betti (1994 e 2007)
Esporte escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana	Sawitzki, R. L.	Concepção sobre o fenômeno esportivo: Bracht (2003 e 2006) e Carvalho (1987) Concepção sobre o período de iniciação esportiva: Kunz (1994); Bompa (2002) e Wein (2001)
Futebol desporto x futebol de rua:	Ourlques, R. B.	Concepção sobre o esporte

existe outra opção para escola?	G.	desenvolvido na escola: Kunz (1994); Soares, Bracht (1992); e Taffarel e Escobar (1993). Objetivo da Educação Física na escola: Vaz (1993)
O ensino do futebol da escola a perspectiva da cultura corporal	Santos, A. S. B. dos	Concepção crítica da Educação Física e do esporte escolar: Bracht (1992); Kunz (1997) e Coletivo de Autores (1992). Método de ensino: Drietrich (1984)
Plano de ensino para a natação na escola - construção do planejamento coletivo por meio do trabalho pedagógico	Paiva, C. A.; Souza, L. S. de; e Oliveira, N. R. C. de	Pedagogia Crítica da Educação Física: Coletivo de Autores (1992) e Kunz (1994)
O esporte como conteúdo da educação física: uma “jogada desconcertante” que não “entorta” só nossas “colunas”, mas também nossos discursos	Caparroz, F. E.	Concepção de Educação Física e esporte: Bracht (1986, 1989 e 1992); Castellani (1988 e 1993); Kunz (1994); e Coletivo de Autores (1992) Transformação do esporte escola: Assis de Oliveira (2001)
Iniciação desportiva na escola - a aprendizagem dos esportes coletivos	Almeida, L. T. P. de	Fases de desenvolvimento da criança: Piaget (1980)
Olimpíadas escolares - uma proposta sob a ótica da cultura corporal	Nascimento, M. A. do e Melo V. A. de	Educação Física crítico-superadora: Santin (1987) e Bracht (1992)
A consciência tática desenvolvida nas equipes de escolas que participam do Campeonato da Federação Estadual de Futsal na categoria sub-17 do município de Vila Velha, ES	Carvalho, W. Q. de	Concepções táticas: Kroger e Roth (2005)
Orientação motivacional na aprendizagem do futsal na escola	Camargo, F. P.; Hirota, V. B.; e Verardi, C. E. L.	Orientação motivacional e nível de estresse: Hirota et. al. (2006); Hirota e De Marco (2006b); Camargo e Hirota (2007); Duda et. al (1992); Fox et. al (1992); Walling et. al (1992); Myers (1999); Machado (1997); e De Rose Jr. (2002)
Esporte educacional: uma possibilidade de restauração do esporte	Pinto, C. A. S.	Conceitos e funções do esporte, esporte educacional: Tubino (2006); Barbieri (2001); e Sadi (2005)

O atletismo na educação física escolar: possibilidades e condutas adotadas pelos professores do município de Boa Vista, RR	Sousa, G. E. M. de; Mesquita C.A. G.; e Bomfim, A. B. C.	Não apresenta
--	--	---------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de revisão sistemática permitiu mapear e observar o nível de discussão sobre as publicações acerca do esporte escolar, em periódicos do Qualis CAPES B1, B2, B3 e B4. Observou-se ainda que dentro do intervalo temporal delimitado para esta investigação (1990 - 2011), os artigos selecionados concentraram-se nos anos de 2008, 2010 e 2010.

Quanto aos estudos encontrados, os eixos temáticos mais expressivos evidenciaram o papel do esporte na Educação Física escolar, a hegemonia do esporte nas aulas de Educação Física, a relação do esporte escolar com o esporte de rendimento e a contribuição do esporte no processo de formação dos alunos.

Para sustentar as temáticas propostas, os estudiosos, em grande parte, apoiaram-se nas abordagens críticas; alguns com orientação de autores renomados, como Bracht, Adorno, Darido, Kunz, Coletivo de Autores, e nas concepções de esporte propostas por Tubino.

No que diz respeito à realização das pesquisas, notou-se uma variedade de métodos e técnicas para os estudos que delimitaram a linha metodológica. Nesse item, o que chamou a atenção foi o elevado número de autores que não deixaram claro os caminhos para a construção do estudo deles.

Com a criação desse panorama das publicações, foram verificadas as limitações de alguns estudos referentes ao rigor metodológico para coleta e análise dos dados, até mesmo quanto à apresentação dos resultados, nem sempre condizentes com os objetivos específicos dos estudos. Acredita-se que a metodologia constitui parte importante de uma pesquisa, pois permite uma compreensão das propostas dos estudos de maneira mais objetiva, além de contribuir para maior rigor científico.

A quantidade reduzida de publicações dessa temática nos periódicos nacionais foi um aspecto relevante. Dado o intervalo temporal considerado, acreditou-se que foram encontradas poucas investigações. O esporte é um conteúdo da Educação Física escolar que esteve atrelado a debates acerca da sua configuração nos estabelecimentos de ensino. A partir da intensificação do debate na década de 1990, surgiram abordagens que propuseram novas perspectivas de tratamento dos conteúdos. Todavia, o esporte

parece estar sendo desenvolvido de acordo com a fundamentação teórica adotada pelo próprio interesse do professor e da escola, o que indicou que não existe consenso sobre o trabalho desse conteúdo. Dessa forma, torna-se importante as investigações sobre essas práticas para refletir se essas cumpriram os objetivos e supriram as reais necessidades e orientações pedagógicas compatíveis com o processo educacional do aluno.

O baixo número de publicações ainda pode ser observado pela lacuna encontrada sobre estudos acerca dos Jogos envolvendo equipes escolares. Dos 55 artigos selecionados, cinco tratam de tal assunto. Esses Jogos são realizados em âmbito nacional desde 1969, o que se permitiu afirmar que são eventos consolidados no País. Entendeu-se que as pesquisas sobre essa temática tornaram-se essenciais já que permitiriam maior compreensão e conhecimento das relações estabelecidas nesses Jogos.

Observou-se que os artigos dos periódicos de classificação do Extrato B4 foram destacados, em razão de esses terem possuído maior número de publicações em comparação aos demais, bem como os estudos de autores de renome da área foram encontrados nesse extrato. Esses fatos podem ser indicativos que os assuntos relativos ao esporte escolar possuem relevância menor enquanto temas de pesquisa e debate no espaço acadêmico e que somente têm encontrado espaço para publicações em extratos com baixo fator de impacto. Com isso, torna-se necessária uma investigação neste aspecto, para que a temática esporte escolar possa ser difundida e encontre espaço, dada a importância do assunto.

Observou-se também a limitação apresentada pelo filtro do sistema de busca de alguns dos periódicos, em que, ao serem inseridas as palavras-chave adotadas, não selecionaram estudos que atenderiam aos critérios de inclusão estabelecidos. Dessa forma, percebeu-se que possivelmente alguns artigos que poderiam ter sido analisados não foram incluídos na amostra.

Este estudo apresentou algumas limitações. Acredita-se que as etapas propostas por Sampaio e Mancine (2007) constituem-se como um instrumento eficaz de um levantamento bibliográfico, porém, dado o número elevado de periódicos selecionados e o tempo escasso para análise (considerando-se que esta pesquisa deveria ser desenvolvida no período do curso de mestrado, que compreendeu dois anos), as etapas: analisar criticamente e avaliar todos os estudos incluídos e preparar um resumo crítico ficaram comprometidas.

Por fim, esta pesquisa é significativa para o meio acadêmico, pois delimitou e caracterizou as produções a respeito do esporte no campo escolar, quanto às propriedades das publicações e aos atuais assuntos discutidos na Educação Física frente às polêmicas geradas, às mudanças de currículo escolar, à importância do esporte como conteúdo dessa disciplina, aos eventos esportivos escolares e ao papel do esporte na educação escolar.

Visionando esses aspectos, o professor de Educação Física tem a possibilidade de planejar e estruturar a ação pedagógica dele, atualizando as discussões que têm sido produzidas sobre os assuntos aqui descritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABURACHID, L. M. C.; GRECO, P. J. Esportes de raquete na Educação Física escolar: uma proposta para crianças e adolescente. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 14, 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd135/esportes-de-raquete-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

ALMEIDA, C. A. de. A linguagem imagética do esporte presente na Educação Física escolar: relato da realidade produzida pela indústria. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 16, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd157/a-linguagem-imagetica-do-esporte-na-educacao-fisica.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

ALMEIDA, L. T. P. de. Iniciação desportiva na escola - A aprendizagem dos esportes coletivos. **Perspectivas em Educação Física Escolar**, v.1, n. p. 1996.

ANTUNES, A. R. O esporte nas aulas de Educação Física: desafios e conteúdos. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 14, 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd138/o-esporte-nas-aulas-de-educacao-fisica.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

ASSIS DE OLIVEIRA, S. Escola e esporte: campos para ocupar, resistir e produzir. **Pensar a Prática**, v.3, n. p. 19-35, 2000.

AZEVEDO, E. S. de; FERREIRA, T. B. Concepções de esportes no contexto escolar. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 16, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd163/concepcoes-de-esportes-no-contexto-escolar.htm>.
Data de acesso: 30/10/2011.

BARBIERI, C. Algumas considerações para a realização dos Jogos do Esporte Educacional. **Movimento**, v.5, n. 2, p. 23-32, 1999.

BARROSO, A. L. R.; DARIDO, S. C. Voleibol escolar: uma proposta de ensino nas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal do conteúdo. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v.24, n. 2, p. 179-194, 2010.

BASEI, A. P., SILVEIRA, J. de, SILVA, M. S. de, MASCHIO, V. A prática pedagógica dos professores de Educação Física e a influência do esporte: da formação à atuação profissional. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 13, 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd123/educacao-fisica-a-influencia-do-esporte-da-formacao-a-atuacao-profissional.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

BASSANI, J. J.; TORRI, D.; VAZ, A. Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambigüidades. **Movimento**, v.9, n. 2, p. 89-112, 2003.

BETTI, M. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos inversionalidades e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física Escolar. **Motrivivência**, v.Año XXI, n. 32/33, p. 16-27, 2009.

BOTH, J.; CHRISTOFOLETTI, J. F.. Educação Física Escolar e esporte: um ponto de vista. **Caderno de Educação Física**, v.3, n. 2, p. 127-135, 2001.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Editor. Ijuí: Unijuí, 2011.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. D. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v.24, n. 3, p. 87-101, 2003.

CAMARGO, F. P.; HIROTA, V. B.; VERARDI, C. E. L. Orientação motivacional na aprendizagem do futsal na escola. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v.7, n. 3, p. 53-62, 2008.

CAPARROZ, F. E. O esporte como conteúdo da educação física: uma “jogada desconcertante” que não “entorta” só nossas “colunas”, mas também nossos discursos. **Perspectivas em Educação Física Escolar**, v.2, n. 1, p. 31-47, 2001.

CARVALHO, W. Q. de. A consciência tática desenvolvida nas equipes de escolas que participam do Campeonato da Federação Estadual de Futsal na categoria sub - 17 do município de Vila Velha, ES. **Perspectivas em Educação Física Escolar**, v.3, n. 10, p. 2011.

CASCO, P. O esporte escolar e a experiência democrática. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 7, 2001. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd36/democr.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

DARIDO, S. C. **Educação Física na Escola - Questões e Reflexões**. Editor. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FERNANDES, R. de. M.; FREITAS, A. M. D. Esporte a vela como prática da Educação Física Escolar. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 12, 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd126/esporte-a-vela-como-pratica-de-educacao-fisica-escolar.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

FILHO, R. M. Educação Física e esporte na escola: breve histórico. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 16, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd155/esporte-na-escola-um-breve-historico.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

FLORENTINO, J.; SALDANHA, R. P. Esporte, educação e inclusão social: reflexos sobre a prática pedagógica em Educação Física. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 12, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd112/esporte-educacao-e-inclusao-social.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v.12, n. 3, p. 549-556, 2004.

JÚNIOR, L. S. M. e BARBOSA, F. N. M. Um olhar sobre o esporte nas aulas de Educação Física Escolar: qual o modelo adotado pelo professor? **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 15, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd152/esporte-nas-aulas-de-educacao-fisica-escolar.htm>.
Data de acesso: 30/10/2012.

JUNIOR, N. J. de S. Espetacularização na TV: ações e desafios à Educação Física Escolar. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 17, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd111/espetacularizacao-esportiva-na-tv.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

JUNIOR, T. P. de S.; SANTOS, S. L. C. d. Jogos de oposição: uma nova metodologia de ensino nos esportes de combate. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 14, 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd141/metodologia-de-ensino-dos-esportes-de-combate.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

LEMOS, F. R. M. Os esportes em documentos oficiais da educação infantil e do ensino fundamental, Ciclo I. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 15, 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd143/os-esportes-em-documentos-oficiais-da-educacao.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

LEMOS, F. R. M.; CÂMARA, E. Localização dos esportes nas orientações curriculares para o ensino médio e na proposta curricular no estado de São Paulo. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 15, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd152/esportes-nas-orientacoes-curriculares-para-o-ensino-medio.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

LINHALES, M. A. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: PRIORE, M. D.; M., V. A. de. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009.

LUCENA, R. de F. Notas para uma compreensão sobre a relação entre esporte e educação física na escola. **Movimento**, v.10, n. 3, p. 155-165, 2004.

LUCERO, F.; LOVISOLO, H. Educação Física Escolar: esporte, competição e talento. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 10, 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd92/efesc.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

MAIA, M. M. de O. Dimensões sociais do esporte: perspectivas trabalhadas nas escolas na cidade de Pau de Ferros, RN. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 15, 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd144/dimensoes-sociais-do-esporte-nas-escolas.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

MARQUES, J. F.; MARQUES, D.; SILVEIRA, J.; MATA, A. D. Revisões sistemáticas: o que são e para que servem? **Revista Portuguesa de Estomatologia, Medicina Dentária e Cirurgia Maxilofacial**, v.49, n. 3, p. 171-178, 2008.

MARTINES, I. C.; JUNIOR, S. R. C. A história de um evento esportivo entre continuidades e rupturas: as Olimpíadas Colegiais do Paraná (1938-1953). **Movimento** v.16, n. 1, p. 209-225, 2010.

MELLO, C. C. de C.; BOCCHINI, D.; WINSTON, D.; ROSA, D.,; FELICIANO, F.; NEVES, M. R. de; NEIRA, M. G. O esporte na educação física escolar: possíveis influências no processo de construção das identidades dos alunos e alternativas para transformação. **Arquivos em Movimento**, v.4, n. 2, p. 147-162, 2008.

NASCIMENTO, M. A. de; MELO, V. A. de. Olimpíadas escolares - uma proposta sob a ótica da cultura corporal. **Perspectivas em Educação Física Escolar**, v.1, n. 1, p. 1997.

NEUENFELDT, D. J.; CANFÍELD, M. S. Repensando o esporte na educação física escolar a partir de Cagigal. **Movimento**, v.7, n. 14, p. 28-36, 2001.

NEUENFELDT, D. J., DUARTE, A. J. P., KEMPFER, P. Os critérios de seleção adotados pelas escolas em relação aos alunos que participam nos Jogos Escolares do

ensino médio (JOGUEM) da UNIVATES/ Lajeado/RS. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 12, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd112/criterios-de-selecao-nos-Jogos-escolares-do-ensino-medio.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

NEUENFELDT, D. J.; PACE, É. O ensino do esporte na Educação Física escolar: a compreensão e a docência de estagiários do curso de Educação Física do Centro Universitário UNIVATES. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 13, 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd119/o-ensino-do-esporte-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

OURLQUES, R. B. G. Futebol desporto x futebol de rua: existe outra opção para escola? **Motrivivência**, n. 8, p. 277-283, 1995.

PAIVA, C. A.; SOUZA, L. S. de; OLIVEIRA, N. R. C. de. Plano de ensino para a natação na escola - construção do planejamento coletivo através do trabalho pedagógico. **Motrivivência**, n. 12, p. 134-144, 1999.

PERES, L. S. Fundamentos do processo ensino/aprendizagem dos esportes na escola. **Caderno de Educação Física**, v.3, n. 2, p. 137-143, 2001.

PERFEITO, R. S. O treinamento desportivo escolar e a revelação de jovens talentos. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 15, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd152/o-treinamento-desportivo-e-jovens-talentos.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

PINTO, C. A. S. Esporte educacional: uma possibilidade de restauração do esporte. **Revista Mineira de Educação Física**, v.17, n. 2, p. 115-117, 2009.

QUEIROZ, A. M.; FERNÁNDEZ, L. C. Detecção de talentos na escola: possibilidades e limitações. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 15, 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd144/deteccao-de-talentos-na-escola.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; SILVA, S. A. D. da; GOMES, T. M. R.; PESUTO, C. de L.; BACCARELLI W. Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. **Pensar a Prática**, v.11, n. 1, p. 37-45, 2008.

RODRIGUES, H. de A.; DARIDO, S. C. A Técnica Esportiva em Aulas de Educação Física: um olhar sobre as tendências sócio-culturais. **Movimento**, v.14, n. 2, p. 137-154, 2008.

SAMPAIO, R. F.; M. C. MANCINI. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v.11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, A. S. B. dos. O ensino do futebol da escola: a perspectiva da cultura corporal. **Motrivivência**, v.13, n. p. 185-202, 1999.

SAWITZKI, R. L. Esporte Escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana. **Motrivivência**, v.Año XX, n. 31, p. 132-142, 2008.

SÉARA, E. C. R. A visão pedagógica e antipedagógica dos esportes coletivos na escola. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 14, 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd136/a-visao-pedagogica-e-antipedagogica-dos-esportes.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

SILVA, D. B. da; RANGEL, I. C. de A., NETO, S. de S. Esporte: considerações a respeito da sua utilização como meio educativo: a visão docente. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 11, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd105/esporte-sua-utilizacao-como-meio-educativo.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

SILVA, W. A. O esporte enquanto elemento educacional. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 10, 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd79/esporte.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

SOUSA, G. E. M. de; MESQUITA C. Â. G.; BOMFIM, A. B. C. O atletismo na educação física escolar: possibilidades e condutas adotadas pelos professores do município de Boa Vista-RR. **The FIEP Bulletin**, v.80, n. p. 2010.

SOUZA JÚNIOR, M. A Educação Física no currículo escolar e o esporte: (im)possibilidade de remediar o frequente fracasso esportivo brasileiro. **Pensar a Prática**, v.4, n. p. 19-30, 2001.

SOUZA, M. d. S.; BACCIN, E. V. C. A técnica no ensino dos esportes: relações entre o campo de conhecimento das ciências sociais e das ciências naturais. **Movimento**, v.15, n. 3, p. 127-143, 2009.

STIGGER, M. P. Relações entre o esporte de rendimento e o esporte da escola. In: Stigger, M. P. and H. L. (orgs). **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. Editor. Campinas: Autores Associados, 2009.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. Editor. São Paulo: UNESP, 2009.

TEIXEIRA, D.; TEIXEIRA, D. R. T. S. O mundo-vida da criança na prática do esporte escolar. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 6, 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd99/esporte.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

VAGO, T. M. O "esporte na escola" e o "esporte da escola": da negação radical para uma relação de tensão permanente - Um diálogo com Valter Bracht. **Movimento**, v.3, n. 5, p. 5-17, 1996.

VAZ, L. G. D.; VAZ, D. D. B. Os escolares e os Jogos/esportes no Maranhão. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 9, 2003. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd61/Jogos.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

VILELA, A. T.; COSTA, V. L. de M.; TUBINO, M. J. G. A inclusão do necessitado no esporte escolar. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 14, 2009.

Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/a-inclusao-no-esporte-escolar.htm>.
Data de acesso: 30/10/2012.

ZARDO, T. de N.; DANIEL, V. J. Aulas de Educação Física Escolar: por que sempre esporte? **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 15, 2010.
Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd151/aulas-de-educacao-fisica-escolar-por-que-sempre-esporte.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

ARTIGO 2**MAPEAMENTO DA CONDIÇÃO DE TREINAMENTO DE EQUIPES
PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES NA FASE MUNICIPAL,
ESTADUAL E NACIONAL**

Artigo 2: Mapeamento da condição de treinamento de equipes participantes dos Jogos Escolares na fase municipal, estadual e nacional

RESUMO

Os Jogos Escolares são eventos realizados no Brasil desde a década de 1960, que mobilizam o contingente de instituições de ensino em caráter nacional. Dessa maneira, o objetivo geral deste estudo foi mapear o processo de treinamento das equipes escolares das modalidades de handebol, futsal, basquetebol e voleibol, em níveis municipal, estadual e nacional, analisando a possível existência de diferenças entre essas, em quatro dimensões: recursos humanos; tipo de instituição, recursos físicos, materiais e financeiros; programas desenvolvidos; e processo de treinamento. Foram aplicados questionários a 195 treinadores participantes das Olimpíadas Escolares Brasileiras, Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos Escolares de Belo Horizonte, Jogos Internos de Juiz de Fora e Seletiva de Viçosa. Os resultados apontaram disparidades nas quatro dimensões analisadas. Observou-se que para as equipes classificarem-se para o nível nacional algumas características foram determinantes. O estudo ainda evidenciou que os Jogos Escolares relacionaram-se com o esporte de rendimento, bem como identificou uma defasagem no conceito de esporte educacional, diante da realidade dos Jogos e das proposições governamentais nos dispositivos das Leis.

Palavras-chave: jogos escolares; competição escolar; esporte escolar; olimpíadas escolares.

INTRODUÇÃO

A promoção do esporte educacional é assegurada no Brasil pelo artigo 217 da Constituição Federal. A Lei Federal 9.615 reconhece o esporte em três manifestações: o desporto educacional, o de participação e o de rendimento. Dentre esses, o desporto educacional compreende as práticas nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, e tem “a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”, em que deve ser evitada a seletividade e hipercompetitividade entre os praticantes (Artigo 3, Capítulo II, Lei 9.615). Essa Lei, em conjunto com a 12.395¹¹, que trata dos recursos para promover o esporte educacional, torna possível a promoção de competições escolares nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

A competição escolar no Brasil teve início na década de 1960 pelo Ministério de Educação (MEC). Thompson et al. (2006) ratificaram que já existiam competições em nível escolar isoladas; entretanto, em 1969 foi criada a primeira competição envolvendo escolas em nível nacional. Arantes et al. (2012) estabeleceram a divisão do período de realização das competições escolares em quatro momentos: Primeira Fase – 1969-1984 – “O início”; Segunda Fase – 1985-1989 – “Esporte Educacional”; Terceira Fase – 1990-2004 - “Procurando Identidade”; e Quarta Fase – 2005-2010 – “Encontrando o Rumo”.

As competições, na Primeira Fase, foram denominadas de Jogos Estudantis Brasileiros (1969 a 1975), Jogos Escolares Brasileiros (JEBs - 1976 a 1984) e Campeonatos Escolares Brasileiros (CEB - 1979 a 1983). A promoção desses eventos ficou a cargo da Divisão de Educação Física e Desporto do MEC e posteriormente pela Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED/MEC).

Na Segunda Fase, mantiveram-se a organização e o financiamento feitos pela SEED/MEC e a competição conservou o nome JEB. Essa Fase foi marcada como um período peculiar na existência dos Jogos, pois os eventos realizados foram embasados nos princípios da participação, cooperação, coeducação, corresponsabilidade e integração (BARBIERI, 1999).

Teve-se, na Terceira Fase, a organização realizada por diferentes organismos: Secretaria de Desporto da Presidência da República (SEDES/PR), Secretaria de

¹¹ Essa Lei, de março de 2011, “altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.”

Desporto do Ministério da Educação (SEDES/MEC), Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP/MEC), Ministério do Esporte e Turismo (MET) e Ministério do Esporte (ME), Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Nesse período, ocorreu constante troca de nomenclatura: JEBs (1990 e 2003 a 2005), Jogos Estudantis Brasileiros (1991 a 1994), Jogos da Juventude (1995 a 1999) e Olimpíada Colegial da Esperança (2000 a 2002).

A partir da Quarta Fase, a organização ficou sob o comando do Ministério do Esporte e do COB e passou a ser denominada Olimpíadas Escolares.

Em 2011, realizou-se a sétima edição das Olimpíadas Escolares¹², promovida pelo COB, ME e Organizações Globo. A competição foi dividida em dois módulos: um destinado a alunos de 12 a 14 anos e outro, a alunos de 15 a 17 anos. As finalidades das Olimpíadas Escolares foram: aumentar a participação dos alunos em atividades esportivas nas escolas, possibilitar a identificação de talentos esportivos, desenvolver intercâmbio sociocultural e desportivo dos alunos atletas, aprimorar o aluno de forma integral e entendê-lo como ser social, autônomo, democrático e participante e garantir o conhecimento e acesso à prática do esporte escolar aos alunos atletas (REGULAMENTO GERAL DAS OLIMPÍADAS ESCOLARES 2011, Título I, Capítulo I, 1º artigo, pg. 5).

Para competir nas Olimpíadas Escolares 2011, as escolas passaram por Jogos classificatórios, que se iniciaram em seus municípios, para definir as escolas integrantes das Olimpíadas Escolares em uma etapa estadual. As equipes campeãs das etapas estaduais disputaram em duas divisões o título nacional. A determinação de que divisão as escolas participariam ocorreu da seguinte forma: a chamada Divisão Especial foi formada por escolas dos estados classificados do 1º ao 8º lugar na Divisão Especial de 2010 e as escolas dos estados classificados do 1º ao 4º lugar na Primeira Divisão de 2010, em cada modalidade e gênero. A Primeira Divisão foi formada pelos demais estados inscritos nas Olimpíadas Escolares 2011 (REGULAMENTO GERAL DAS OLIMPÍADAS ESCOLARES 2011, p. 25).

O Estado de Minas Gerais determinou as escolas participantes das Olimpíadas Escolares em 2011 pelo Programa Minas Olímpica/Jogos Escolares Mineiros (JEMGs) do Governo Estadual, que foi efetivado pela Secretaria de Esporte e da Juventude (SEEJ) e Secretaria de Educação. Assim como as Olimpíadas Escolares, os JEMGs

¹² Os Jogos tiveram este nome até o ano de 2012. Atendendo uma solicitação do Comitê Olímpico Internacional (COI), no ano de 2013 a competição passará a se chamar Jogos Escolares da Juventude, porém ocorrerá no mesmo formato das Olimpíadas Escolares. Isto porque o COI quer preservar o termo "Olimpíadas".

aconteceram em dois módulos (Módulo I – alunos de 12 a 14 anos e Módulo II – alunos de 15 a 17 anos), que se dividiram em quatro etapas: municipal, microrregional, regional e estadual. Para participar dessas etapas, as equipes das escolas disputaram entre si; a campeã de cada etapa classificou-se para próxima, até se determinar a campeã estadual. As escolas campeãs de cada modalidade da etapa estadual foram as representantes mineiras nas Olimpíadas Escolares 2011. Uma característica dos JEMGs foi que esses Jogos estavam sob a responsabilidade das prefeituras. Essas tiveram autonomia para determinar a equipe representante municipal nas etapas classificatórias dos JEMGs, desde que, no regulamento específico, os princípios e objetivos estivessem em sintonia com o proposto dos Jogos estaduais e consequentemente o nacional.

Portanto, em 2011, na cidade de Belo Horizonte, foram realizados os Jogos Escolares de Belo Horizonte (JEBHs) e na cidade de Juiz de Fora, os Jogos Internos de Juiz de Fora, no modelo adotado pelo JEMGs, em que as escolas foram inscritas em uma competição dividida em dois módulos e as campeãs foram as representantes municipais nos JEMGs. Na cidade de Viçosa, MG, foi realizada uma seletiva, onde as escolas que manifestaram interesse foram as representaram o município. No caso de modalidades como o futsal e o handebol que, em 2011, houve mais de uma escola interessada em participar dos JEMGs, foi feita uma disputa entre essas equipes no formato de eliminatória simples.

A partir do que foi exposto anteriormente, pode-se perceber que a competição escolar envolve representantes de instituições escolares em escala nacional. Segundo dados divulgados pela organização das Olimpíadas Escolares, todas as etapas dos Jogos atenderam pouco mais de 2 milhões de atletas e cerca de 3.900 cidades participantes¹³. No ano de 2011, as Olimpíadas Escolares do Módulo II, realizada na cidade de Curitiba, PR, tiveram a participação de 3.641 alunos atletas e 1.129 instituições de ensino.

Ressalta-se que apesar dos Jogos envolverem equipes escolares de todos os estados brasileiros, a educação básica possui 192.676 estabelecimentos de ensino em que estão matriculados 50.545.050 alunos¹⁴. Portanto, apesar dos dados divulgados exaltarem os números dos Jogos, as condições de participação e treinamento dessas equipes devem ser investigadas, já que pequena parcela desses estabelecimentos (0,58%) participa dessas competições.

¹³ Disponível em: <http://jogos Escolares.cob.org.br/o-evento>.

¹⁴ Censo Escolar 2012. Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>.

Em conjunto, as informações abordadas anteriormente findam em determinados questionamentos com relação às condições das equipes participantes das diversas etapas dos Jogos, bem como as possíveis determinantes das diferenças entre essas equipes. Portanto, o objetivo geral deste estudo foi mapear o processo de treinamento das equipes escolares das modalidades de esportes coletivos: handebol, futsal, basquetebol e voleibol, participantes dos Jogos Escolares em níveis municipal, estadual e nacional, analisando a possível existência de diferenças entre os níveis no que diz respeito ao perfil dos treinadores e sua capacitação profissional; estrutura física escolar; disponibilidade de equipamentos; locais e condições para competir; e nível de competição dos alunos.

MÉTODOS

Amostra

A amostra deste estudo foi composta pelos treinadores das equipes escolares do Módulo II, nas seguintes modalidades esportivas coletivas: basquetebol, handebol, futsal e voleibol, presentes nos três âmbitos dos Jogos Escolares, municipal, estadual e nacional. Foi aplicado um questionário por equipe, totalizando 195 treinadores avaliados. Na Tabela 1, são apresentados o total de equipes participantes em cada etapa dos Jogos e o número de treinadores que responderam o questionário.

Tabela 1 – Total de equipes participantes e número de questionários respondidos

Jogos	Total de treinadores	Treinadores avaliados	Porcentual de treinadores avaliados
Olimpíadas Escolares	96	63	65,62%
JEMG - Estadual	63	53	84,12%
JEBH	48	34	70,83%
Jogos Internos de Juiz de Fora	43	29	67,44%
Seletiva Viçosa	17	16	94,11%
Total	267	195	73,03%

Os treinadores receberam um termo de consentimento autoesclarecido, explicando os objetivos da pesquisa. Os voluntários tiveram as suas informações de caráter pessoal preservadas e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa, MG, segundo o protocolo de número 122/2011/Comitê de Ética.

Procedimentos

Elaborou-se um questionário a ser aplicado aos treinadores. A escolha desse instrumento de pesquisa foi dada em razão da amostra, pois os treinadores das Olimpíadas Escolares e dos JEMGs eram oriundos de diversos municípios e estados, o que dificultaria a visita a cada estabelecimento de ensino. Portanto, os entrevistados foram abordados na própria competição, o que implicou na necessidade de rápido contato. Entende-se que o esse instrumento apresenta como limitação a veracidade da informação coletada, já que não se tem garantia de que a resposta do treinador corresponde à realidade (THOMAS e NELSON, 2002).

A elaboração do questionário foi realizada por meio da readequação das questões de um estudo-piloto, realizado com treinadores dos Jogos Escolares Pan-Americanos, ocorrido na cidade de Juiz de Fora, MG, em 2010. A validade do conteúdo foi avaliada por dois professores da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG.

O questionário foi composto por questões objetivas, em que algumas delas foram permitidas assinalar mais de uma opção, e dissertativas, sendo essa parte dividida em quatro segmentos:

- a) Dados gerais do treinador: identificação do município e do estado; da modalidade e categoria de atuação; da idade; do estado civil; da quantidade de filhos; se esse foi atleta e o nível de competição em que atuou.
- b) Formação profissional do treinador: revelar o grau de escolaridade; ano de formação e a participação; e frequência (média anual) em cursos relacionados ao esporte.
- c) Atuação profissional do treinador: reconhecer o tempo de atuação; o motivo que o levou a atuar nessa função; se possuía outra profissão e por quanto tempo; e se já havia se aposentado em alguma profissão.
- d) Condições de treinamento da equipe escolar: verificar o tipo de instituição; o horário do treinamento; a frequência (vezes na semana); o local de realização; como foi feita a captação dos alunos para as equipes; se a escola possuía quadra e em que condições essa se encontrava; se a escola possuía materiais esportivos para a prática da modalidade; se esses estavam em condições adequadas e em quantidade suficiente; a frequência de participação de competições (anual); o responsável pelo financiamento dos custos de transporte e alimentação destinado a competições em outras cidades; se na escola possuía programa de captação de alunos atletas e como

esse era feito; e se a equipe possuía alunos que eram atletas em outras equipes competitivas, quais eram a natureza dessas equipes, quantos alunos encontravam-se nessa condição e em que nível de competição esses alunos atletas atuavam.

A coleta de dados compreendeu três diferentes momentos. Durante a etapa municipal, selecionaram-se três cidades para a coleta das informações que fossem participantes dos eventos em 2011 do Programa Minas Olímpica/ JEMGs. Considerou-se para este estudo uma cidade de pequeno porte, até 100 mil habitantes; de médio porte, até 500 mil habitantes; e de grande porte, mais de 500 mil habitantes. Dessa forma, as cidades selecionadas foram: Viçosa, Juiz de Fora e Belo Horizonte, respectivamente. A aplicação dos questionários aos treinadores ocorreu nas próprias escolas, em datas agendadas. Já na etapa estadual, aplicaram-se os questionários aos treinadores de Minas Gerais da Fase Estadual Programa Minas Olímpica/ JEMGs 2011, que foi realizada na cidade de Juiz de Fora, entre os dias 8 e 13 de agosto de 2011. Os treinadores foram abordados, no momento da competição, para esses tomarem conhecimento sobre os propósitos da pesquisa, do termo de livre consentimento autoesclarecido e do questionário. Essa estratégia foi adotada na aplicação dos questionários aos treinadores participantes da etapa nacional dos Jogos, na Divisão Especial das Olimpíadas Escolares, realizada na cidade de Curitiba, PR, entre os dias 6 e 11 de dezembro 2011.

Análise estatística

A análise de dados foi realizada no *software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS - versão 17.0* para *Windows*. As análises estatísticas incluíram a análise exploratória dos dados que compreende a média, o desvio-padrão, a frequência e os percentuais. Os resultados encontrados em cada variável de todos os Jogos foram comparados para verificar se as diferenças entre os valores encontrados foram estatisticamente significativos. Para isso, utilizou-se o teste Qui-quadrado e a Análise de Correspondência, para as variáveis nominais (qualitativas); o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov, para testar a normalidade; o teste de Kruskal-Wallis; e o teste de Mann-Whitney, com Correção de Bonferroni quando necessária, para análise das variáveis métricas (quantitativas). Concomitante a essas estatísticas, foi realizada a análise qualitativa dos dados.

RESULTADOS

Os dados da pesquisa estão apresentados em forma de tabelas e gráficos. Nesse sentido, adotaram-se as seguintes legendas: Seletivas de Viçosa (Viçosa); Jogos Internos de Juiz de Fora (JF); Jogos Escolares de Belo Horizonte (JEBHs); Jogos Escolares Mineiros/Programa Minas Olímpica (JEMGs) e Olimpíadas Escolares (OE).

Para as análises dos dados, consideraram-se quatro distintas categorias: caracterização dos recursos humanos; caracterização dos estabelecimentos de ensino, dos recursos físicos, materiais e financeiros; caracterização dos programas desenvolvidos; e caracterização do processo de treinamento.

A primeira análise realizada foi referente à caracterização dos recursos humanos, que está apresentada nas Tabelas de números 2 a 8 e nas Figuras 1 e 2. Foram entrevistados 195 treinadores, podendo ser observado que houve maior participação no total da amostra de treinadores das Olimpíadas Escolares (32,3%) e menor, da Seletiva de Viçosa (8,2%). O futsal foi a modalidade com o maior número de treinadores entrevistados (33,8%); as outras modalidades apresentaram valores próximos como: basquetebol (20,0%), handebol (24,6%) e voleibol (21,5%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Número de treinadores por modalidade

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Futsal	N	19	14	13	8	12	66
	%	30,2%	26,4%	38,2%	27,6%	75,0%	33,8%
Basquetebol	N	15	13	5	5	1	39
	%	23,8%	24,5%	14,7%	17,2%	6,3%	20,0%
Handebol	N	15	13	8	10	2	48
	%	23,8%	24,5%	23,5%	34,5%	12,5%	24,6%
Voleibol	N	14	13	8	6	1	42
	%	22,2%	24,5%	23,5%	20,7%	6,3%	21,5%
Total	N	63	53	34	29	16	195
	%	32,3%	27,3%	17,4%	27,1%	8,2%	100%

A média de idade dos treinadores da amostra foi de 37,4 anos ($\pm 9,6$ anos); desses, 84,1% eram homens (159 treinadores) e 15,8%, mulheres (30 treinadoras). Além disso, detectou-se que 40,6% eram solteiros; 48,4%, casados; e 9,9%, divorciados. Notou-se que 54,9% (105 treinadores) possuíam em média dois filhos ($\pm 1,20$).

No que se refere ao grau de escolaridade, 7,8% dos treinadores estavam cursando o ensino superior; 20,7% possuíam graduação; 56% tinham especialização; 8,8% eram mestres; 2,6% eram provisionados; e 4,1% possuíam o 2º grau completo. Observou-se que nos JEMGs, nas Olimpíadas Escolares, nos JEBHs e na Seletiva de

Viçosa o ano de formação dos treinadores concentrou-se na categoria de 2000 a 2009, enquanto nos Jogos Internos de Juiz de Fora, no período de 1980 a 1989, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Ano de formação dos treinadores

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa
1972-1979	N	6	1	0	4	0
	%	11,8%	2,0%	-	14,3%	-
1980-1989	N	8	8	2	11	4
	%	15,7%	16,3%	6,7%	39,3%	30,8%
1990-1999	N	11	6	6	5	0
	%	21,6%	12,2%	20,0%	17,9%	0%
2000-2009	N	20	20	16	5	7
	%	39,2%	40,8%	53,3%	17,9%	53,8%
2010-2011	N	6	14	6	3	2
	%	11,8%	28,6%	20,0%	10,7%	15,4%
Total	N	51	49	30	28	13

$p \leq 0,05$

No que diz respeito à frequência anual em que os treinadores participaram de cursos relacionados ao esporte nos JEMGs, JEBHs e Jogos Internos de Juiz de Fora, destacou-se a participação uma vez ao ano, em 41,5%; 52,9%; e 58,6%, respectivamente. Nas Olimpíadas Escolares, observou-se a participação de uma a duas vezes ao ano, em 35% e 33,3%, respectivamente, e na Seletiva de Viçosa houve concentração das respostas em duas categorias: entre aqueles que não participaram de nenhum curso por ano (37,5%) e os que participaram três vezes ao ano (31,3%), de acordo com a Tabela 4.

Tabela 4 - Frequência anual de participação em cursos

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Nenhuma	N	7	5	5	4	6	27
	%	11,7%	9,4%	14,7%	13,8%	37,5%	14%
Uma vez	N	21	22	18	17	4	82
	%	35,0%	41,5%	52,9%	58,6%	25,0%	42,7%
Duas vezes	N	20	14	9	8	1	52
	%	33,3%	26,4%	26,5%	27,6%	6,3%	27,0%
Três vezes	N	6	10	2	0	5	23
	%	10,0%	18,9%	5,9%	-	31,3%	11,9
Quatro vezes ou mais	N	6	2	0	0	0	8
	%	10,0%	3,8%	-	-	-	4,1%
Total	N	60	53	34	29	16	192

$p \leq 0,05$

Segundo a Tabela 5, observou-se que nos JEMGs o tempo de atuação dos treinadores foi mais representativo na categoria de 11 a 15 anos (22,6%); nas Olimpíadas Escolares, em mais de 20 anos (31,1%); nos JEBHs, de 6 a 10 anos (47,1%); nos Jogos Internos de Juiz de Fora, de 11 a 15 anos (31,1%) e mais de 20 anos (31,1%); e na Seletiva de Viçosa, de 6 a 10 anos (43,8%).

Tabela 5 - Tempo de atuação do treinador escolar

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Até 1 ano	N	1	6	3	2	0	12
	%	1,6%	11,3%	8,8%	6,9%	-	6,2%
De 1 a 5 anos	N	7	11	3	0	4	25
	%	11,5%	20,8%	8,8%	-	25,0%	13,0%
De 6 a 10 anos	N	16	9	16	6	7	54
	%	26,2%	17,0%	47,1%	20,7%	43,8%	28,0%
De 11 a 15 anos	N	8	12	5	9	5	39
	%	13,1%	22,6%	14,7%	31,0%	31,3%	20,2%
16 a 20 anos	N	10	6	3	3	0	22
	%	16,4%	11,3%	8,8%	10,3%	-	11,4%
Mais de 20 anos	N	19	9	4	9	0	41
	%	31,1%	17,0%	11,8%	31,0%	-	21,2%
Total	N	61	53	34	29	16	193

$p \leq 0,05$

De acordo com os entrevistados, a iniciativa pessoal, exercida de maneira voluntária, foi o motivo mais citado que os levaram a se tornarem treinadores, com exceção dos treinadores dos Jogos Internos de Juiz de Fora, os quais foram indicados para exercer o cargo (35,7%) e dos da Seletiva de Viçosa, os quais foram convidados para atuar na profissão (37,5%). Observou-se que, na Seletiva de Viçosa, 25% dos treinadores conduziram as equipes a pedido dos alunos. Aqueles que passaram por processo seletivo para a função encontraram-se distribuídos na maior parte entre os JEMGs (9,6%), as Olimpíadas Escolares (10%) e os JEBHs (15,6%) (Tabela 6).

Tabela 6 - Modo de seleção para treinador escolar

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Processo Seletivo	N	6	5	5	2	0	18
	%	10,0%	9,6%	15,6%	7,1%	0%	9,5%
Convite	N	16	14	9	7	6	52
	%	26,7%	26,9%	28,1%	25,0%	37,5%	27,6%
Indicação	N	6	7	4	10	1	28
	%	10,0%	13,5%	12,5%	35,7%	6,3%	14,7%

Exigência da instituição	N	3	5	3	0	0	11
	%	5,0%	9,6%	9,4%	-	-	5,8%
Iniciativa pessoal - voluntariado	N	28	19	11	5	5	68
	%	46,7%	36,5%	34,4%	17,9%	31,3%	36,1%
Pedido dos alunos	N	1	2	0	4	4	11
	%	1,7%	3,8%	-	14,3%	25,0%	5,8%
Total	N	60	52	32	28	16	188

$p \leq 0,05$

Na Figura 1, está evidenciado que em todos os Jogos os informantes possuíam ocupação além de treinador da equipe escolar. Observou-se que em todos os Jogos os treinadores declararam atuar como professores de Educação Física escolar. Na seletiva de Viçosa 100% dos treinadores relataram atuar na escola, enquanto em outros Jogos destacaram-se profissões relacionadas à Educação Física, compreendendo o trabalho de *personal trainer*, coordenador de academias, projetos sociais, preparador físico, professor de escolinhas de esporte, treinadores de outras equipes e a função de professor de nível superior.

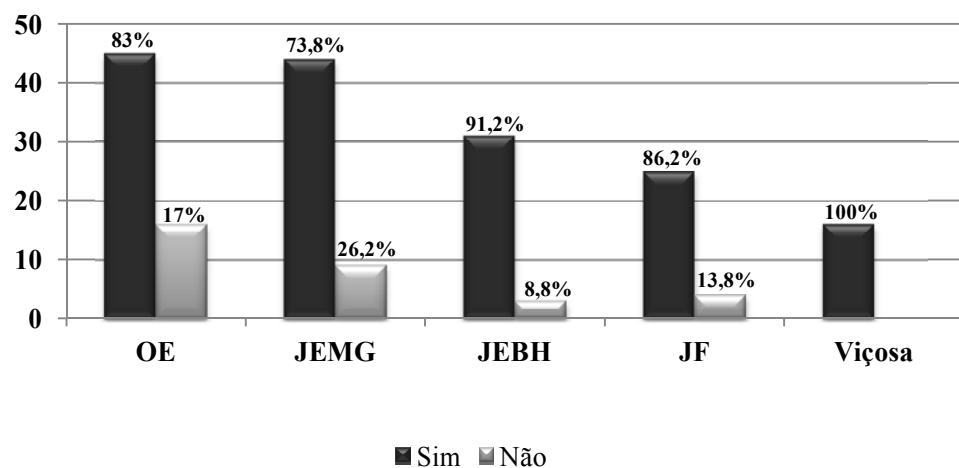


Figura 1 - Resposta dos entrevistados quanto a ter outra ocupação além de treinadores

Notou-se que, em geral, 18,8% dos técnicos atuavam em outras áreas profissionais, como fisioterapeuta, recepcionista, policial militar, professor de biologia, bancário, secretário da escola, agente de viagem etc. (Tabela 7).

Tabela 7 - Ocupação dos entrevistados fora o cargo de treinador

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Professor(a) de Educação Física	N	24	18	17	16	13	88
	%	54,5%	40,0%	56,7%	64,0%	81,3%	55,0%

Atua na área de Educação Física	N	10	6	9	4	0	29
	%	22,7%	13,3%	30,0%	16,0%	-	18,1%
Outros ¹⁵	N	7	17	1	2	3	30
	%	15,9%	37,8%	3,3%	8,0%	18,8%	18,8%
Professor Universitário	N	3	4	3	3	0	13
	%	6,8%	8,9%	10,0%	12,0%	-	8,1%
Total	N	44	45	30	25	16	160

Na Figura 2, é apresentada a experiência esportiva dos treinadores enquanto atletas. Observou-se que em todos os Jogos a maior parte deles foram atletas. No que diz respeito ao nível de competição, 72% dos treinadores dos Jogos Internos de Juiz de Fora disputaram competições em nível estadual, seguidos dos da Seletiva de Viçosa com 68,8% os dos JEMGs, com 68,6%. Considerando-se o nível nacional de competição, os JEBHs (45,5%) e as Olimpíadas Escolares (38,8%) apresentaram porcentual de treinadores mais representativo, em relação aos outros Jogos. Em nível internacional, destacou-se a participação dos treinadores dos JEMGs (11,8%) e das Olimpíadas Escolares (11,1%) (Tabela 8).

No resultado do teste Qui-quadrado, apontou-se que quando comparados os Jogos com os níveis de competição em que os treinadores participaram, as diferenças percentuais apresentadas foram significativas, indicando que cada etapa dos Jogos esteve mais associada a um nível de competição. Logo, analisando-se o Mapa Perceptual gerado pela Análise de Correspondência, percebeu-se que os treinadores da Seletiva de Viçosa estavam mais associados a competições em nível municipal e os dos Jogos Internos de Juiz de Fora e JEMGs, em níveis estaduais.

¹⁵ Foram encontradas as seguintes profissões: filósofo, recepcionista, locutor de eventos, agente dos correios, agente de viagem, gerente administrativo, professor de biologia, policial militar, bancário, secretário da escola, sonoplasta de rodeio, fisioterapeuta e comerciante.

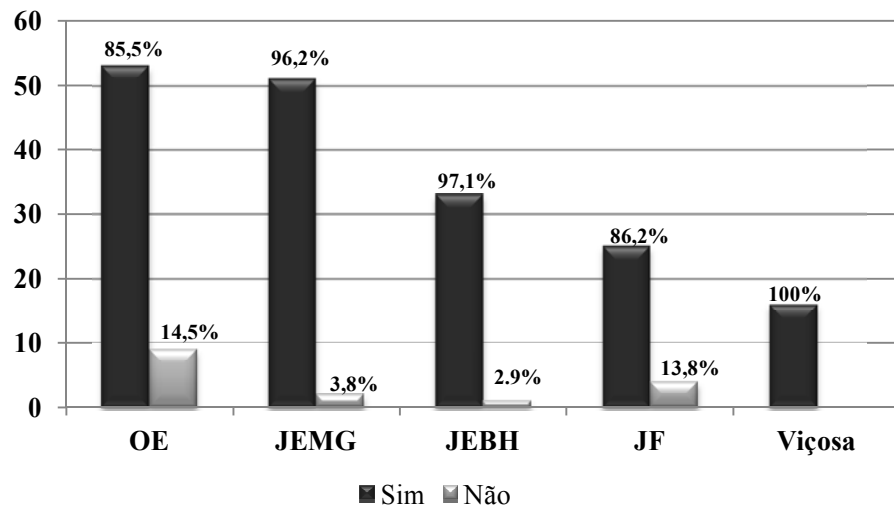


Figura 2 - Número de treinadores que foram atletas.

Tabela 8 - Nível de competição dos treinadores

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa
Municipal	N	5	4	1	2	5
	%	9,3%	7,8%	3,0%	8,0%	31,3%
Estadual	N	22	35	15	18	11
	%	40,7%	68,6%	45,5%	72,0%	68,8%
Nacional	N	21	6	15	4	0
	%	38,9%	11,8%	45,5%	16,0%	-
Internacional	N	6	6	2	1	0
	%	11,1%	11,8%	6,1%	4,0%	-
Total	N	54	51	33	25	16

$p \leq 0,05$

As análises das caracterizações dos estabelecimentos de ensino e dos recursos físicos, materiais e financeiros são apresentadas a partir da Figura 3 e das Tabelas de 9 até a 14. As Olimpíadas Escolares, os Jogos Escolares de Belo Horizonte (JEBHs) e os Jogos Internos de Juiz de Fora contaram com maior participação da rede privada, em 61,9%, 82,4% e 75,9%, respectivamente. Já os JEMGs e a Seletiva de Viçosa tiveram a participação de 56,5% e 56,3%, da rede pública, e 43,3% e 43,8%, de estabelecimentos de ensino privados, respectivamente. O teste Qui-quadrado indicou diferenças estatisticamente significantes, o que implica relatar que o tipo de instituição tem associação com os Jogos em que estava disputando.

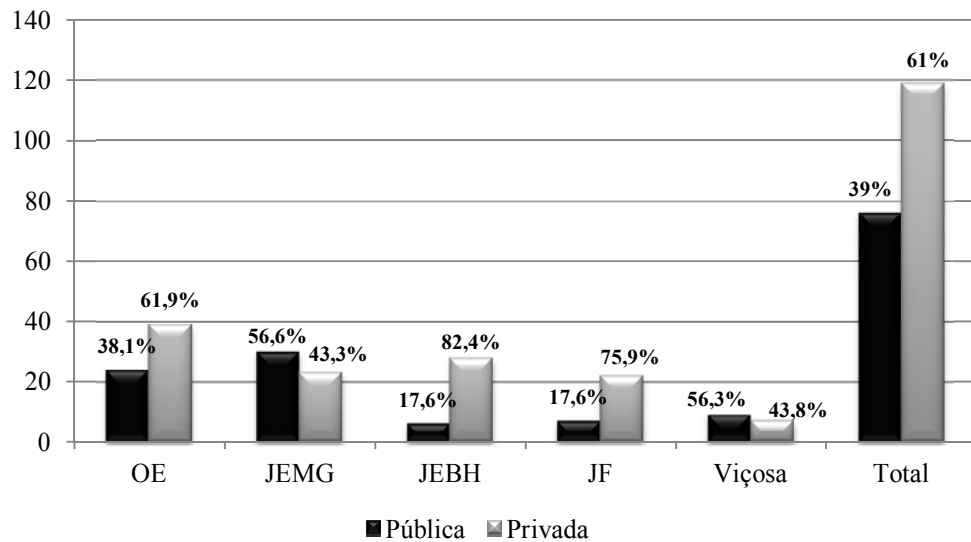


Figura 3 - Tipo de instituição presente em cada competição pesquisada.
 $p \leq 0,05$

Evidencia-se, na Tabela 9, que 92,7% das equipes foram representantes de escolas que possuíam quadra¹⁶. Nos JEBHs e Jogos Internos de Juiz de Fora, todas as equipes foram de instituições que possuíam quadras. Este parâmetro foi de 94,3% escolas dos JEMGs, 88,5% das Olimpíadas Escolares e 75% da Seletiva de Viçosa. Nas Olimpíadas Escolares houve o maior número de equipes com quadra coberta nos estabelecimentos de ensino (85,2%), seguidos pelos JEBHs (78,8%), JEMGs (78,4%), Jogos Internos de Juiz de Fora (55,2%) e pela Seletiva de Viçosa (50%). Os diferentes percentuais apresentados nos Jogos em cada um desses dois parâmetros foram estatisticamente diferentes, o que pode sugerir que as escolas, que possuíam quadras e, ou, a cobertura dessas, podem ter favorecido a equipe a participar dos níveis mais avançados dos Jogos (etapa estadual e nacional).

Ainda se tratando da estrutura física, na Tabela 9 é apresentado ainda que, entre as instituições que possuíam quadras, o julgamento dos treinadores em relação às condições dessas para a prática esportiva; no geral, 72,7% deles responderam que o espaço estava adequado. A etapa que apresentou maior percentual foi os JEBHs (85,3%) e o menor, nos JEMGs (63,3%).

Tabela 9 - Características referentes à estrutura física das escolas participantes

OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
----	-------	-------	----	--------	-------

¹⁶ Ressalta-se, neste item, que esses percentuais são relativos ao número de equipes e não ao número de escolas.

	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Possui quadra*	54	88,5%	50	94,3%	34	100%	29	100%	12	75%	179	92,7%
Não possui quadra*	7	11,5%	3	5,75%	0	-	0	-	4	25%	14	7,3%
Coberta*	46	85,2%	40	78,4%	26	78,8%	16	55,2%	6	50%	134	74,9%
Não coberta*	8	14,8%	11	21,6%	7	21,2%	13	44,8%	6	50%	45	25,1%
Condição adequada	36	69,2%	31	63,3%	29	85,3%	20	80,0%	9	75,0%	125	72,7%
Condição inadequadas	16	30,8%	18	36,7%	5	14,7%	5	20,0%	3	25,0%	47	27,3%

* $p \leq 0,05$

Já em relação aos materiais esportivos, os Jogos que apresentaram mais equipes com indicações que não possuíam materiais foram as Olimpíadas Escolares (23,7%), seguidos pelos JEMGs (21,6%). Observou-se que nos JEBHs e na Seletiva de Viçosa todas as equipes possuíam material para a prática da modalidade esportiva (Tabela 10).

Dentre as escolas que possuíam materiais, os treinadores julgaram que esses estavam em condições adequadas para prática; destacaram-se os JEBHs e os Jogos Internos de Juiz de Fora, que apresentaram 100% das escolas com materiais apropriados para as modalidades. A etapa dos Jogos que possuiu menor porcentual de instituições com materiais adequados foi a Seletiva de Viçosa (81,3%), de acordo com a Tabela 10.

No teste Qui-quadrado, apontou-se que as diferenças entre os percentuais encontrados nos Jogos foram significativas para essas duas análises, o que indicou que o fato de a escola possuir material esportivo e esse estar em condição adequada teve associação com os Jogos que esse estabelecimento participou.

Tabela 10 - Disponibilidade e adequação de material esportivo das escolas

	OE		JEMGs		JEBHs		JF		Viçosa		Total	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Possui* material	45	76,3%	40	78,4%	34	100%	23	79,3%	16	100%	158	83,6%
Não possui material*	14	23,7%	11	21,6%	0	-	6	20,7%	0	-	31	16,4%
Material adequado*	44	95,7%	37	94,9%	33	100%	23	100%	13	81,3%	150	95,5%
Material inadequado*	2	4,3%	2	5,1%	0	-	0	-	3	18,8%	7	4,5%
Quantidade suficiente	38	84,4%	34	87,2%	28	82,4%	23	100%	13	81,3%	136	86,6%
Quantidade insuficiente	7	15,6%	5	12,8%	6	17,6%	0	-	3	18,8%	21	13,4%

* $p \leq 0,05$

Observou-se, Tabela 11, que as escolas que participaram dos JEMGs (53,2%), das Olimpíadas Escolares (48,3%) e da Seletiva de Viçosa (56,3%) não assumiram o custeio do transporte para outras cidades, considerando-se todas as competições que as equipes participaram, além dos Jogos pesquisados neste estudo. Já nos JEBHs e nos Jogos Internos de Juiz de Fora, 55,9% e 62,1%, respectivamente, dessas instituições arcaram com as despesas, destacando-se que, nos JEBHs, 41,2% delas assumiram o custeio algumas vezes.

Indicou-se, no teste do Qui-quadrado, que as diferenças percentuais apresentadas pelos Jogos foram estatisticamente significantes; o Mapa Perceptual gerado por Análise de Correspondência indicou forte relação entre o não financiamento do transporte pela escola na Seletiva de Viçosa e nos JEMGs e o pagamento desse gasto pelas instituições de ensino e nos Jogos Internos de Juiz de Fora.

Tabela 11 - Custo com o transporte para competições em outras cidades

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Sim	N	16	16	19	18	5	74
	%	26,7%	30,2%	55,9%	62,1%	31,3%	38,5%
Não	N	29	28	1	9	9	76
	%	48,3%	52,8%	2,9%	31,0%	56,3%	39,6%
Às vezes	N	15	9	14	2	2	42
	%	25,0%	17,0%	41,2%	6,9%	12,5%	21,9%
Total	N	60	53	34	29	16	192

$p \leq 0,05$

Quando a escola não arcou com os custos do transporte, observou-se que essa despesa quase sempre esteve a cargo dos pais dos alunos e das prefeituras. No teste Qui-quadrado, evidenciou-se que existiram diferenças estatísticas entre os Jogos, o que pode ser demonstrado pelo fato de 100% das equipes participantes dos Jogos Internos de Juiz de Fora e 80% das dos JEBHs terem sido custeadas pelos pais dos alunos e 81,8% das da Seletiva de Viçosa e 72,5% das dos JEMGs, financiadas pelas prefeituras. Nas instituições participantes das Olimpíadas Escolares existiu maior equilíbrio entre a prefeitura (17,1%), estado (19,5%) e pais dos alunos (19,5%) (Tabela 12).

Tabela 12 - Financiadores do transporte das equipes escolares para outras cidades

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Prefeitura	N	7	24	0	0	9	40
	%	17,1%	72,7%	-	-	81,8%	37,0%

Estado	N	8	1	0	0	0	9
	%	19,5%	3,0%	-	-	-	8,3%
Pai de aluno	N	8	4	12	8	0	32
	%	19,5%	12,1%	80%	100%	0%	29,6%
Outro	N	4	0	0	0	0	4
	%	9,8%	-	-	-	-	3,7%
Prefeitura e estado	N	3	2	0	0	2	7
	%	7,3%	6,1%	-	-	18,2%	6,5%
Prefeitura e pai de aluno	N	2	2	0	0	0	4
	%	4,9%	6,1%	-	-	-	3,7%
Prefeitura e outro	N	1	0	0	0	0	1
	%	2,4%	-	-	-	-	0,9%
Estado e pai de aluno	N	4	0	2	0	0	6
	%	9,8%	-	13,3%	-	-	5,6%
Prefeitura, estado e outro	N	2	0	1	0	0	3
	%	4,9%	-	6,7%	-	-	2,8%
Clube	N	1	0	0	0	0	1
	%	2,4%	-	-	-	-	0,9%
Patrocínio	N	1	0	0	0	0	1
	%	2,4%	-	-	-	-	0,9%
Total	N	41	33	15	8	11	108

$p \leq 0,05$

Em relação à alimentação dos atletas durante as competições, evidenciou-se que em todos os Jogos, com exceção os dos Jogos Internos de Juiz de Fora, o número de escolas que não arcaram com essa despesa destacou-se das que assumiram esse compromisso (Tabela 13).

O teste Qui-quadrado demonstrou que existiram diferenças estatísticas quando foram comparados os Jogos com o custeio da alimentação pela instituição de ensino. Ressalta-se ainda que, na Seletiva de Viçosa, 87,5% das escolas não arcaram com esse custo.

Tabela 13 - Custeio da alimentação em competições em outras cidades

		OE	JEMG	JEBH	JF	Viçosa	Total
Sim	N	13	17	9	13	2	54
	%	21,0%	32,1%	26,5%	44,8%	12,5%	27,8%
Não	N	31	23	12	9	14	89
	%	50,0%	43,4%	35,3%	31,0%	87,5%	45,9%
Às vezes	N	18	13	13	7	0	51
	%	29,0%	24,5%	38,2%	24,1%	-	26,3%
Total	N	62	53	34	29	16	194

$p \leq 0,05$

Em geral, os maiores responsáveis pelo custeio da alimentação foram os pais dos alunos (43,5%), destacando-se também as prefeituras (29%). O teste Qui-quadrado indicou que existiu relação entre a instituição que financiou a alimentação e os Jogos em que esse estabelecimento participou (Tabela 14).

Em razão disso, pode-se relatar que foi superior o financiamento desse item pelos pais nos JEBHs (95,7%) e Jogos Internos de Juiz de Fora (53,8%). Já a prefeitura foi a principal responsável pela alimentação na Seletiva de Viçosa (69,2%) e nos JEMGs (50%). Apesar de ter apresentado baixo percentual em vista dos outros itens, destaca-se que as Olimpíadas Escolares foram os únicos Jogos que possuíram patrocínio (4,4% - duas escolas) (Tabela 14).

Tabela 14 - Financiadores da alimentação das equipes escolares em competições em outras cidades

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Prefeitura	N	8	15	0	4	9	36
	%	17,8%	50,0%	-	30,8%	69,2%	29,0%
Estado	N	10	1	0	2	2	15
	%	22,2%	3,3%	-	15,4%	15,4%	12,1%
Pai de aluno	N	14	9	22	7	2	54
	%	31,1%	30,0%	95,7%	53,8%	15,4%	43,5%
Outro	N	3	1	0	0	0	4
	%	6,7%	3,3%	-	-	-	3,2%
Prefeitura e estado	N	2	1	0	0	0	3
	%	4,4%	3,3%	-	-	-	2,4%
Prefeitura e pai de aluno	N	0	3	0	0	0	3
	%	-	10%	-	-	-	2,4%
Prefeitura e outro	N	1	0	0	0	0	1
	%	2,2%	-	-	-	-	,8%
Estado e pai de aluno	N	3	0	0	0	0	3
	%	6,7%	-	-	-	-	2,4%
Prefeitura, estado e outro	N	2	0	1	0	0	3
	%	4,4%	-	4,3%	-	-	2,4%
Patrocínio	N	2	0	0	0	0	2
	%	4,4%	-	-	-	-	1,6%
Total	N	45	30	23	13	13	124

$p \leq 0,05$

Nas Tabelas de 15 a 20, a categoria caracterização dos programas desenvolvidos é apresentada. No que diz respeito às equipes que possuíram programas de captação de

alunos atletas, tem-se que a utilização desse recurso foi de 50,8% das equipes nas Olimpíadas Escolares; 44,2%, nos JEMGs; e 47,1%, nos JEBHs. Já os Jogos Internos de Juiz de Fora e a Seletiva de Viçosa apresentaram maior número de escolas que não possuíam tais programas, com valores de 72,4% e 93,8%, respectivamente (Tabela 15).

Tabela 15 - Captação de alunos atletas pelas equipes

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Sim	N	23	31	16	8	1	79
	%	44,2%	50,8%	47,1%	27,6%	6,3%	41,1%
Não	N	29	30	18	21	15	113
	%	55,8%	49,2%	52,9%	72,4%	93,8%	58,9%
Total	N	52	61	34	29	16	192

$p \leq 0,05$

Observou-se que os programas concentraram-se em desconto na mensalidade e em bolsa de estudo integral; ainda existiram programas do governo como recurso de captação, utilizados nos JEMGs e nas Olimpíadas Escolares¹⁷ (Tabela 16).

Tabela 16 - Programas de captação de alunos atletas

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Programa do governo	N	4	5	0	0	0	9
	%	18,2%	23,8%	-	-	-	13,4%
Bolsa de estudo integral	N	5	2	2	4	0	13
	%	22,7%	9,5%	13,3%	50,0%	-	19,4%
Desconto na mensalidade	N	6	8	3	0	1	18
	%	27,3%	38,1%	20,0%	-	100,0%	26,9%
Bolsa de estudo integral e desconto na mensalidade	N	5	5	9	4	0	23
	%	22,7%	23,8%	60,0%	50,0%	-	34,3%
Convite	N	0	1	0	0	0	1
	%	-	4,8%	-	-	-	1,5%
Programa do governo, bolsa de estudo e desconto na mensalidade	N	2	0	1	0	0	3
	%	9,1%	-	6,7%	-	-	4,5%
Total	N	22	21	15	8	1	67

¹⁷ O questionário aplicado não possibilitou que fossem levantados os programas do governo adotados. Pelo relato anotado no caderno de campo da pesquisa, o programa do governo ligado à captação de alunos para as equipes foi o bolsa atleta. Outros programas relatados pelos treinadores de duas equipes foram de uma escola pública do Estado de Minas Gerais, que destinam algumas de suas vagas para alunos que se destacaram nos Jogos da cidade, e de uma escola pública do Estado de São Paulo, que possuía parceria médica e odontológica com a prefeitura, que oferecia essas assistências aos alunos das equipes que disputaram os Jogos.

Na Tabela 17, demonstram-se as equipes escolares que possuíam alunos que eram atletas em outras instituições esportivas; nesse item houve predomínio dos JEMGs (73,6%), das Olimpíadas Escolares (69%) e dos JEBHs (68,8%). Em relação à natureza das equipes em que esses alunos atletas estavam ligados, tem-se que, com exceção da Seletiva de Viçosa, houve predominância de atletas de clubes, em que 85,7% desses atletas foram dos JEBHs; 65%, das Olimpíadas Escolares; 58,8%, dos Jogos Internos de Juiz de Fora; e 55%, dos JEMGs (Tabela 18). Os JEMGs e as Olimpíadas Escolares tiveram em média oito atletas de outra equipe, os JEBHs e a Seletiva de Viçosa apresentaram quatro e os Jogos Internos de Juiz de Fora, três. (Tabela 19).

Tabela 17 - Equipes que possuem alunos atletas de outras equipes competitivas

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Sim	N	40	39	22	16	8	125
	%	69,0%	73,6%	68,8%	57,1%	50,0%	66,8%
Não	N	18	14	8	12	8	60
	%	31,0%	26,4%	25,0%	42,9%	50,0%	32,1%
Não sabe informar	N	0	0	2	0	0	2
	%	-	-	6,3%	-	-	1,1%
Total	N	58	53	32	28	16	187

Tabela 18 - Natureza das outras equipes que os alunos atletas participaram

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Clube	N	26	22	18	10	0	76
	%	65,0%	55,0%	85,7%	58,8%	-	60,3%
Projeto social	N	5	6	0	3	1	15
	%	12,5%	15,0%	-	17,6%	12,5%	11,9%
Projeto do governo	N	1	2	0	0	0	3
	%	2,5%	5,0%	-	-	-	2,4%
Escolinha	N	6	7	0	2	0	15
	%	15,0%	17,5%	-	11,8%	-	11,9%
Projeto do governo e escolinha	N	0	1	0	0	0	1
	%	-	2,5%	-	-	-	0,8%
Clube e escolinha	N	0	1	1	2	1	5
	%	0%	2,5%	4,8%	11,8%	12,5%	4,0%
Clube e projeto social	N	1	0	2	0	0	3
	%	2,5%	-	9,5%	-	-	2,4%
Clube e projeto do governo	N	0	1	0	0	0	1
	%	0%	2,5%	0%	-	-	0,8%

Clube, projeto social e projeto do Governo	N	1	0	0	0	2	3
	%	2,5%	-	-	-	25,0%	2,4%
Projeto social, projeto do governo e escolinha	N	0	0	0	0	2	2
	%	-	-	-	-	25,0%	1,6%
Clube, projeto social e escolinha	N	0	0	0	0	2	2
	%	-	-	-	-	25,0%	1,6%
Total	N	40	40	21	17	8	126

$p \leq 0,05$

Tabela 19 - Média de alunos atletas de outras equipes competitivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
OE	40	1	15	8,15	4,25
JEMGs	37	1	15	8,33	5,30
JEBHs	22	1	10	4,27	2,54
JF	12	1	8	3,83	2,36
Viçosa	8	1	12	4,88	3,56

$p \leq 0,05$

No que concerne ao nível de competição, obteve-se que os alunos atletas dos JEMGs (66,7%) e os dos Jogos Internos de Juiz de Fora (56,3%) disputavam competições estaduais. Nas Olimpíadas Escolares e nos JEBHs, predominou-se a participação desses em competições nacionais, em 52,5% e 45,5% respectivamente. Já na Seletiva de Viçosa, 50% dos alunos atletas disputavam competições municipais e 50%, competições estaduais. Observou-se que apenas nas Olimpíadas Escolares (12,5%) e nos JEMGs (10,3%) que foram apresentados alunos atletas em nível internacional (Tabela 20).

Tabela 20 - Nível de competição dos alunos atletas

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Municipal	N	1	3	3	7	4	18
	%	2,5%	7,7%	13,6%	43,8%	50,0%	14,4%
Estadual	N	13	26	9	9	4	61
	%	32,5%	66,7%	40,9%	56,3%	50,0%	48,8%
Nacional	N	21	6	10	0	0	37
	%	52,5%	15,4%	45,5%	-	-	29,6%
Internacional	N	5	4	0	0	0	9
	%	12,5%	10,3%	-	-	-	7,2%
Total	N	40	39	22	16	8	125

$p \leq 0,05$

A última dimensão analisada foi a caracterização do processo de treinamento das equipes, conforme as Tabelas de 21 a 25 e a Figura 4. Observou-se que 94,9% das escolas tiveram seus treinamentos no período extracurricular, enquanto na Seletiva de Viçosa nenhuma escola utilizou as aulas de Educação Física escolar para essa finalidade. Apesar de grande parte dos treinadores declararem que os treinamentos aconteceram no horário complementar, 5,1% da amostra total utilizaram a aula de Educação Física para preparar as equipes para as competições, de acordo com a Tabela 21.

Tabela 21 – Treinamento das equipes oferecidos em horário da Educação Física

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Sim	N	3	2	4	1	0	10
	%	4,8%	3,8%	11,8%	3,4%	-	5,1%
Não	N	60	51	30	28	16	185
	%	95,2%	96,2%	88,2%	96,6%	100%	94,9%
Total	N	63	53	34	29	16	195

De acordo com a Figura 4, tem-se que em geral as escolas ofereceram treinamento durante todo o período letivo (88,2%). Nesse item, destacaram-se as equipes participantes dos Jogos Internos de Juiz de Fora (93,1%) e as Olimpíadas Escolares (92,1%). Tratando-se ainda da preparação das equipes escolares para competição, na Tabela 22, são apresentados a média, o valor mínimo e o máximo de vezes que ocorriam os treinos em dia por semana, bem como o desvio-padrão das escolas que ofereceram o treinamento durante todo o período letivo. Para as Olimpíadas Escolares e os JEMGs, os treinamentos ocorreram em mais vezes na semana ($\bar{x} = 3,67 \pm 1,41$ e $\bar{x} = 3,23 \pm 1,20$, respectivamente), seguidos pelos JEBHs ($\bar{x} = 2,17 \pm 0,62$), pelos Jogos Internos de Juiz de Fora ($\bar{x} = 2,44 \pm 0,82$) e pela Seletiva de Viçosa ($\bar{x} = 1,62 \pm 0,50$). O teste de Kruskal-Wallis apontou que existe diferença estatística entre a frequência de treinamento semanal entre os Jogos.

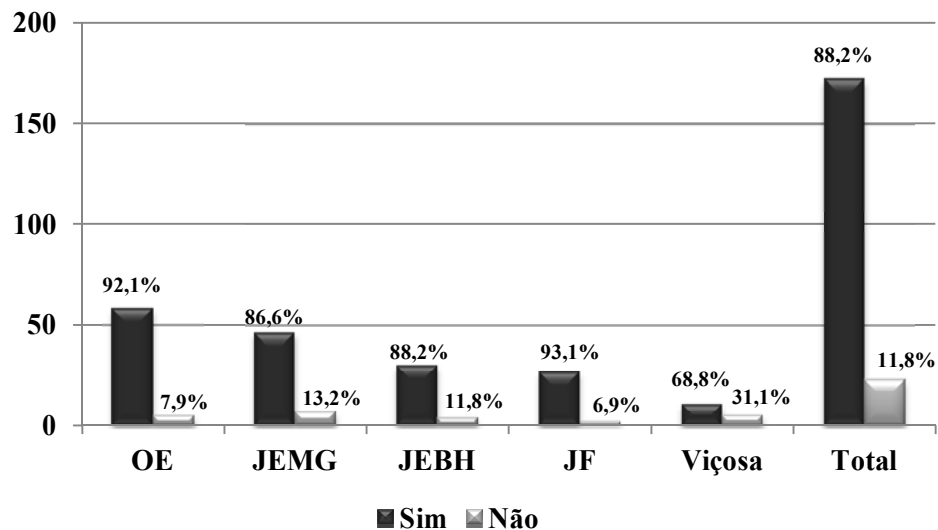


Figura 4 - Oferta de treinamento para as equipes escolares em todo período letivo

Tabela 22 – Média, desvio-padrão, valores mínimo e máximo do número de dias de treinamentos, durante a semana das equipes escolares

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
OE	61	1	6	3,67	1,41
JEMGs	47	1	6	3,23	1,20
JEBHs	34	1	3	2,17	0,62
JF	29	2	5	2,44	0,82
Viçosa	16	1	2	1,62	0,50

$p \leq 0,05$

No que diz respeito ao processo de composição das equipes escolares, tem-se que a seleção dos alunos mais habilidosos destacou-se nas Olimpíadas Escolares, nos JEMGs nos JEBHs e na Seletiva de Viçosa, apresentando valores percentuais de 25,4%, 34%, 44,1% e 87,5%, respectivamente. Já nos Jogos Internos de Juiz de Fora, 37,9% dos treinadores utilizaram-se do método de convite¹⁸ aos alunos. Outra maneira de escolha empregada pelas escolas foi pelo próprio interesse do aluno em participar da equipe, em que ocorreu em 24,6% das escolas dos JEMGs; 14,7% dos JEBHs; 13,8% dos Jogos Internos de Juiz de Fora; e em 12,7% das Olimpíadas Escolares. O oferecimento de bolsas de estudos para os alunos habilidosos ocorreu de forma mais destacada nas Olimpíadas Escolares (11,1%) (Tabela 23).

¹⁸ Entende-se que o processo de convidar os alunos para comporem as equipes constitui-se em um método de captação dos indivíduos mais habilidosos. Porém, difere-se da utilização da seletiva, uma vez que essa é oferecida oportunidade a todos os alunos e pela observação os mais aptos são escolhidos. Quando há o convite, o professor/treinador ao ter ciência da habilidade do aluno o convida para compor a equipe, sem se submeter a um processo de seleção.

Tabela 23 - Forma de composição das equipes escolares

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa
Seletiva	N	16	18	15	5	14
	%	25,4%	34,0%	44,1%	17,2%	87,5%
Convite	N	6	5	0	11	0
	%	9,5%	9,4%	-	37,9%	-
Bolsa de estudo	N	7	1	0	0	0
	%	11,1%	1,9%	-	-	-
Interesse do aluno	N	8	14	5	4	0
	%	12,7%	26,4%	14,7%	13,8%	-
Seletiva e convite	N	2	2	1	0	0
	%	3,2%	3,8%	2,9%	-	-
Seletiva e bolsa de estudo	N	8	3	1	0	0
	%	12,7%	5,7%	2,9%	-	-
Seletiva e interesse do aluno	N	2	2	1	0	1
	%	3,2%	3,8%	2,9%	0%	6,3%
Convite e bolsa de estudo	N	1	1	0	0	0
	%	1,6%	1,9%	-	-	-
Convite e interesse do aluno	N	2	1	0	2	0
	%	3,2%	1,9%	0,0%	6,9%	-
Bolsa de estudo e interesse do aluno	N	1	2	1	4	0
	%	1,6%	3,8%	2,9%	13,8%	-
Seletiva, convite e bolsa de estudo	N	4	1	1	0	0
	%	6,3%	1,9%	2,9%	-	-
Seletiva, convite e interesse do aluno	N	1	2	4	0	0
	%	1,6%	3,8%	11,8%	-	-
Convite, bolsa de estudo e interesse do aluno	N	1	1	0	1	0
	%	1,6%	1,9%	-	3,4%	-
Seletiva, convite, bolsa de estudo e interesse do aluno	N	4	0	5	2	1
	%	6,3%	-	14,7%	6,9%	6,3%
Total	N	63	53	34	29	16

Pela Tabela 24, pode-se observar que o treinamento da maioria das equipes ocorreu na própria escola (73,1% no total). Nos JEMGs e nas Olimpíadas Escolares, o treinamento foi desenvolvido em clubes, em 25% e 12,9%, respectivamente. Ainda nas Olimpíadas Escolares, 14,5% das equipes treinaram em quadras da prefeitura. Já na Seletiva de Viçosa, 25% das equipes treinaram em outras locais, como ginásios poliesportivos, quadras alugadas e centros culturais, e 18,8%, em escola e clubes.

Tabela 24 - Local em que foi desenvolvido o treinamento das equipes escolares

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Escola	N	40	29	34	29	9	141
	%	64,5%	55,8%	100%	100%	56,3%	73,1%

Clube	N	8	13	0	0	0	21
	%	12,9%	25,0%	-	-	-	10,9%
Outro	N	2	6	0	0	4	12
	%	3,2%	11,5%	-	-	25,0%	6,2%
Quadra da prefeitura	N	9	3	0	0	0	12
	%	14,5%	5,8%	-	-	-	6,2%
Escola e clube	N	3	1	0	0	3	7
	%	4,8%	1,9%	-	-	18,8%	3,6%
Total	N	62	52	34	29	16	193

$p \leq 0,05$

Na Tabela 25, é revelado o número de competições que as equipes participou por ano. Apresentou-se no teste Qui-quadrado que existiu associação entre essa frequência e os Jogos. O Mapa Perceptual gerado por Análise de Correspondência evidenciou que houve forte relação entre as Olimpíadas Escolares e a categoria com seis vezes ou mais competições ao ano (40,3%) e os Jogos Intercolegiais de Juiz de Fora com duas vezes ao ano (44,8%). Durante os JEBHs, 34,4% das equipes participaram de competições quatro vezes ao ano e 26,9%, dos JEMGs. As equipes da Seletiva de Viçosa competiram predominantemente três vezes ao ano (56,3%). Se for considerar a soma das categorias: quatro, cinco e seis vezes, ou mais, os JEMGs apresentaram 32% das equipes distribuídas nesses grupos.

Tabela 25 - Frequência anual de competições das equipes escolares

		OE	JEMGs	JEBHs	JF	Viçosa	Total
Uma vez	N	1	8	2	3	2	16
	%	1,6%	15,4%	6,3%	10,3%	12,5%	8,4%
Duas vezes	N	4	8	4	13	5	34
	%	6,5%	15,4%	12,5%	44,8%	31,3%	17,8%
Três vezes	N	15	14	9	6	9	53
	%	24,2%	26,9%	28,1%	20,7%	56,3%	27,7%
Quatro vezes	N	12	9	11	4	0	36
	%	19,4%	17,3%	34,4%	13,8%	-	18,8%
Cinco vezes	N	5	5	2	0	0	12
	%	8,1%	9,6%	6,3%	-	-	6,3%
Seis vezes ou mais	N	25	8	4	3	0	40
	%	40,3%	15,4%	12,5%	10,3%	-	20,9%
Total	N	62	52	32	29	16	191

$p \leq 0,05$

DISCUSSÃO

O principal objetivo deste estudo foi realizar o mapeamento do processo de treinamento das equipes escolares das modalidades coletivas participantes dos Jogos Escolares municipais, estadual e nacional. Tal análise é relevante a fim de melhor entender como as condições de treinamento e suas particularidades influenciaram o comportamento das equipes participantes dos Jogos Escolares desenvolvidos no Brasil. Observou-se a existência de algumas diferenças entre as equipes escolares participantes dos níveis municipal, estadual e nacional.

No que diz respeito à caracterização dos recursos humanos, ressalta-se que os treinadores das equipes encontram-se em constante melhoria de sua qualificação, já que 56% desses possuem especialização e alguns, títulos de mestres (página 64). Este argumento é reforçado pela análise da participação em cursos relacionados ao esporte, em que a maioria dos treinadores participou desses eventos pelo menos uma vez ao ano (42,7% - Tabela 4, página 65).

Os dados apresentaram que nos Jogos Internos de Juiz de Fora se destacou a prevalência de treinadores formados até 1989, o que implica que possivelmente esses possuem formação calcada nos princípios de esporte escolar subjugados pelo período da ditadura militar (Tabela 3, página 65). Tubino (2010, p. 127) apontou que foi “a partir da década de 1960 que o Estado passou a priorizar a formação e os resultados esportivos de alto rendimento, considerando a escola o “*locus*” desse processo”. Dessa forma, o governo militar investiu no esporte “na tentativa de fazer a Educação Física um sustentáculo ideológico, na medida em que ela participaria na promoção do país em competições de alto nível” (DARIDO, 2003, p. 2). A autora pontuou ainda que esse modelo esportivista preocupava-se com o rendimento, a seleção dos alunos mais habilidosos, a repetição mecânica dos gestos desportivos, bem como o papel do professor treinador.

A discussão desse cenário iniciou-se em meados da década de 1980, juntamente com o processo de redemocratização do País. O esporte era praticado na perspectiva do esporte de rendimento; a Lei Federal nº 8.672/1993 (Lei Zico) passou a reconhecer o esporte em outras manifestações, entre elas no âmbito educacional, a partir da formação, em 1985, da Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, liderado por Bruno Silveira e Manoel José Gomes Tubino, juntamente com a participação de outros educadores (TUBINO, 2010; BARBIERI, 1999).

Observou-se que nos JEMGs, nas Olimpíadas Escolares, nos JEBHs e na Seletiva de Viçosa a maior parte dos treinadores se formou no momento posterior às discussões iniciadas na década de 1980, que questionava o esporte na escola enquanto conteúdo hegemônico moldado no esporte institucionalizado. Provavelmente, esses treinadores, enquanto acadêmicos, tiveram acesso aos desdobramentos desse debate, no que diz respeito às abordagens e teorias surgidas após esse período.

Os resultados deste estudo apontaram para uma possível desvalorização da profissão, já que a carreira de treinador de equipes escolares em geral esteve mais relacionada à vontade própria em formar equipes em suas escolas e foi exercida quase sempre de forma voluntária. Os casos em que eles passaram por processo seletivo para ocupar o cargo ocorreram de maneira mais significativa nos Jogos de níveis mais elevados, como o estadual e nacional e nos JEBHs, que se tratou de uma competição em um município de grande porte e elevada competitividade entre as instituições (Tabela 6, página 66). Esse fato torna compreensível a prevalência dos profissionais que possuíam outra ocupação, além de treinador da equipe escolar encontrada neste estudo (Figura 1, página 67).

A pesquisa realizada por Millen Neto et al. (2007) nos Jogos da Amizade da cidade de Barra Mansa, RJ, corrobora com esse dado, pois os professores dessa cidade também tinham “dupla jornada”, em um período ministravam aula de Educação Física escolar e em outro treinavam as equipes. Também, o que reforça essa desvalorização é o fato de que 18,8% da amostra que atuaram como treinadores de equipes escolares não eram profissionais de Educação Física ou possuíam outras formações e, ou, exerciam funções diversificadas, sem vínculo com a área esportiva.

Apesar da prevalência de treinadores que possuíam a “dupla jornada” nos Jogos, observou-se que as Olimpíadas Escolares apresentaram 26,2% dos treinadores que exerciam apenas essa função, podendo sugerir que essas equipes possuíam maiores possibilidades de classificação para o nível estadual e nacional, já que esses profissionais puderam se ocupar somente com o processo de treinamento delas.

Ainda em relação às características dos treinadores, notou-se que existiu domínio dessa função pelos homens, pois apenas 15,8% da amostra total eram treinadoras (página 64). Um estudo de Ferreira (2012) identificou os motivos que levam à baixa representatividade feminina na atuação enquanto treinadora esportiva de alto nível, bem como conhecer as barreiras enfrentadas por essas e realizar um levantamento quantitativo da atuação das treinadoras no Brasil. A autora concluiu que o comando de equipes ainda encontra-se em domínio masculino, em razão das barreiras encontradas

por essas mulheres para se inserir nesse campo de atuação. Constituem-se como barreiras, além do domínio masculino dessa função, o preconceito, a aceitação dos pais e atletas, o conflito dado pela vida profissional *versus* a vida pessoal, a baixa remuneração e o estereótipo de homossexualidade associados às treinadoras. Foi revelado ainda que apenas 7% dentre 259 federações esportivas brasileiras possuem mulheres atuando como treinadoras. Os resultados encontrados por Ferreira (2012) pareceram indicar uma relação com os dados apresentados pelas equipes escolares pesquisadas; entretanto, salienta-se a necessidade de se estudar o papel feminino na função de treinadora escolar, para que haja melhor compreensão dessa manifestação, uma vez que a autora teve como amostra treinadoras do alto nível do esporte de rendimento.

Em relação à carreira esportiva dos treinadores, os parâmetros deste estudo revelaram que tanto no nível municipal quanto no estadual e no nacional, esses possuíram experiência enquanto atleta e que o nível das competições que participaram apresentou diferença significativa entre os Jogos. Nas Olimpíadas Escolares e nos JEMGs, a experiência em níveis de competições mais especializadas (nacional e internacional) destacou-se em relação aos outros Jogos. Quando comparadas as etapas municipais pesquisadas, nos JEBHs encontrou-se maior porcentual de treinadores que participaram de níveis mais elevados de competição em relação aos dos Jogos Internos de Juiz de Fora e da Seletiva de Viçosa (Figura 2 e Tabela 8, página 69)

A experiência no campo esportivo pode favorecer aos treinadores durante o comando de suas equipes, uma vez que a formação acadêmica ao ser complementada pelo conhecimento vivenciado enquanto atleta pode possibilitar o domínio de mais de uma vertente do fenômeno esportivo. Consequentemente, essa experiência pode contribuir para a elaboração de treinamentos e estratégias durante a competição, de maneira a atentar para mais detalhes.

Sobre a segunda dimensão, caracterização dos estabelecimentos de ensino, dos recursos físicos, materiais e financeiros, preocupou-se com o tipo de instituição presente nos Jogos. Considerando-se o total de instituições investigadas, predominou-se a participação de escolas privadas (61%) em detrimento das públicas (39%). Essa prevalência manifestou-se nas Olimpíadas Escolares, nos JEBHs e nos Jogos Internos de Juiz de Fora com 61,9%; 82,4%; e 75,9%, respectivamente (Figura 3, página 70)

Tendo em vista que no Brasil 71,9% dos estabelecimentos de ensino médio são da rede pública e 28% da rede privada¹⁹, acreditou-se que o fato de ter havido mais instituições privadas nos Jogos pode estar relacionada à utilização de competições esportivas escolares como estratégia de *marketing*. Esse mecanismo foi encontrado no estudo de Lettnin (2005), que analisou as Práticas Esportivas Extracurriculares nas redes de ensino da cidade de Pelotas, RS, e constatou que o esporte é utilizado como mecanismo de *marketing* para escolas. Melo (2005) argumentou que as instituições privadas buscam prestígio nesses Jogos, em que os resultados finais possam ser relacionados à lógica empresarial.

Em contrapartida, na Seletiva de Viçosa e nos JEMGs foi encontrado maior percentual de participação de instituições públicas. O Censo Escolar 2012 (INEP, 2013) revelou que em Minas Gerais 67,3% das instituições do ensino médio são públicas e 23,7%, privadas. Na cidade de Viçosa, esses parâmetros são da ordem de 53,8% de estabelecimentos públicos e 46,1%, privados. Portanto, na Seletiva de Viçosa, isto pode ter ocorrido em razão de esse evento ter se constituído como de menor impacto em relação aos demais, pois as escolas interessadas foram para os JEMGs e somente ocorreram disputas classificatórias nas modalidades que existiu mais de uma escola interessada (futsal e handebol). Assim, a competição foi apenas uma determinação para se decidir quais instituições seriam as representantes nos JEMGs, em que não existiu a promoção de um evento na cidade, o que o tornou menos interessante enquanto estratégia de *marketing*, não gerando interesse da rede privada. Porém, salienta-se que essas relações devem ser investigadas em outros estudos, a fim de entender o que causou o predomínio de interesse dos estabelecimentos de ensino, bem como suas particularidades.

No que concernem os recursos físicos, parece que a estrutura física, incluindo a quadra e a cobertura da quadra, pode ter favorecido a classificação para os Jogos em níveis estadual e nacional, pois as escolas participantes dos JEMGs e das Olimpíadas Escolares destacaram-se nos dois itens analisados. Considerando-se esse raciocínio, as escolas participantes dos JEBHs possuíram vantagem em relação às instituições dos Jogos Internos de Juiz de Fora e da Seletiva de Viçosa, uma vez que possuíam percentual de quadras cobertas mais alto (Tabela 9, página 70).

A escola que possui quadra disponibiliza ao treinador um espaço adequado para esse desenvolver o trabalho dele com a equipe. Caso a quadra tenha cobertura, facilita a sequência dos treinamentos, pois esses não são impedidos em razão das adversidades

¹⁹ Dados divulgados pelo INEP 2013 sobre o Censo Escolar 2012.

climáticas como os dias chuvosos e, ou, muito quentes. Dessa forma, o processo de preparação das equipes pode ser favorecido pela estrutura física que os estabelecimento de ensino possui.

Os achados sobre os recursos materiais podem ser entendidos como uma contradição, pois os maiores porcentuais de redes de ensino que não possuíam materiais esportivos foram nos Jogos em que essas estavam mais bem preparadas, vencendo outros Jogos para participar da Etapa Estadual dos JEMGs e das Olimpíadas Escolares (Tabela 10, página 71).

Uma possível explicação pode decorrer da análise desse fator em conjunto ao local de treinamento das equipes. O número de equipes que treinaram em clubes foi semelhante ao de equipes das Olimpíadas Escolares e dos JEMGs, que declararam que não possuíam material esportivo. Portanto, possivelmente essas instituições utilizaram toda a estrutura esportiva dos clubes em que estiveram vinculadas; o fato de a escola não ter oferecido os materiais para a prática esportiva parece não ter interferido no desempenho de suas equipes nos Jogos.

Ressaltou-se que, com exceção dos JEBHs e Jogos Internos de Juiz de Fora, os custos de transporte e alimentação para disputar competições em outras cidades não foram arcados pela instituição de ensino; os principais responsáveis por essas despesas foram os pais dos alunos e as prefeituras (Tabelas 11, 12, 13 e 14, páginas 72, 73 e 74). Apesar de ser “na escola que encontramos, se não a maior, uma das maiores manifestações das práticas esportivas” (REVERDITO et al., 2008), esse fator indicou que embora a escola tenha promovido essa prática, algumas dessas possuíram pouca ou nenhuma condição financeira para sustentar o modelo de competição atual, pois para disputar competições ao longo do ano a instituição dependeu de outros financiadores para cobrir as despesas básicas.

A terceira dimensão, caracterização dos programas desenvolvidos, abrangeu os aspectos relacionados à captação de alunos atletas para as equipes escolares. Verificou-se que as equipes que se classificaram para os níveis estadual e nacional utilizaram de maneira mais acentuada os recursos de captação de alunos atletas para jogar em suas equipes. Essa análise foi evidenciada nos JEBHs, quando comparada aos outros Jogos municipais desta pesquisa (Tabelas 15 e 16, página 75). Nesse item, observou-se que a rede privada pode ter tido vantagem em relação à pública, já que ela pode oferecer aos alunos descontos e bolsas de estudos, reforçando suas equipes pela captação de alunos habilidosos nas modalidades esportivas presentes nos Jogos (Tabela 16, página 75).

Tendo em vista a existência desses programas, os resultados apresentaram que em todos os Jogos as escolas possuíam alunos que eram atletas em outras equipes competitivas e os clubes esportivos sobressaíram, uma vez que foi o local de origem predominante desses atletas (Tabelas 17 e 18, página 76). Ao se confrontarem tais dados com a fala de uma treinadora de voleibol participante dos JEMGs na Etapa Estadual, registrada no caderno de campo, os resultados evidenciados parecem ir ao encontro a sua narrativa: “os Jogos Escolares configuram-se como um campeonato de clube enrustido”. Isto porque os atletas foram formados e treinados dentro do clube e os Jogos somente os dividiram em instituições escolares. Pode-se questionar se realmente a equipe foi a representante do estabelecimento de ensino ou se em algumas equipes a escola foi mera coadjuvante neste processo. Pode-se ainda indagar se uma decorrência desse fato é a diminuição de oportunidades para as instituições das cidades que não possuem clubes com estrutura propícia ao desenvolvimento de atletas, uma vez que as equipes das competições escolares também demandam melhores desempenhos para passar pelos Jogos classificatórios.

No que se refere ainda aos alunos atletas, observou-se que as equipes das Olimpíadas Escolares e dos JEMGs apresentaram as maiores médias de alunos atletas oriundos dos clubes (Tabela 19, página 77). Esses Jogos ainda possuíam de forma mais acentuada atletas que participaram de competições em níveis mais especializados, como o nacional e o internacional. Portanto, esses apontamentos demonstraram que a configuração da competição escolar no Brasil pode favorecer escolas que utilizaram programas de captação de alunos atletas de outras equipes competitivas.

A inserção de alunos atletas de outras equipes competitivas pode sugerir que o propósito dos Jogos de identificar talentos esportivos nas instituições de ensino (REGULAMENTO OLIMPÍADAS ESCOLARES, 2011, p. 5) não se concretiza plenamente, pois boa parte desses já possuía acesso ao esporte sistematizado, principalmente em clubes esportivos. Souza Júnior (2001) descreveu em seu estudo a promoção das Olimpíadas Escolares como uma das ações do Ministério do Esporte e do COB para resgatar a importância da Educação Física escolar. Essa medida teve o intuito de remediar o fracasso brasileiro na Copa do Mundo de 1998 e nos Jogos Olímpicos de Sidney em 2000, retomando a ideia de que a escola é o local ideal para a revelação dos talentos esportivos. Dessa forma, o autor defendeu a impossibilidade da escola em assumir esse papel, pois ele acredita que essa ação é incompatível com os princípios dos estabelecimentos de ensino, afirmando que “é um oportunismo vulgar que não busca verdadeiramente construir a nação esportiva, mas aquela em que poucos lucram” (p.

25). O argumento de Souza Junior (2001), o qual fundamenta a não descoberta dos talentos esportivos na escola, que pode ser extrapolada para o contexto dos Jogos Escolares, consistiu no questionamento da falta de investimentos diretos nas instituições para cumprir tal objetivo. Ele ainda defende que “é preciso reconhecer que tipo de investimentos são realmente necessários para o desenvolvimento de atletas e onde este investimentos devem ser aplicados” (p. 25). Betti (2009) afirmou que as redes de ensino não oferecem recursos humanos e infraestrutura adequada para tal propósito.

Sobre a quarta e última dimensão, caracterização do processo de treinamento, objetivou-se analisar os parâmetros relacionados à preparação das equipes. Notou-se uma predisposição das instituições em incentivar a prática esportiva, uma vez que 88,2% das escolas ofereceram treinamento durante todo o período letivo (Figura 4, página 79). Esses dados confirmaram a visão do esporte enquanto uma atividade presente em diversos setores da sociedade como argumenta Bassani et al. (2003, p. 90):

também nos ambientes escolares, como sabemos, o esporte tem uma destacada presença. Tanto como conteúdo central da Educação Física Escolar, quanto como prática extracurricular, os esportes são motivo de canalização de importantes recursos financeiros, materiais e simbólicos nas escolas brasileiras.

Os dados também revelaram que a maioria das instituições ofereceu seus treinamentos no horário extracurricular; entretanto, salientou-se que 5% dos treinadores declararam utilizar as aulas de Educação Física para preparar suas equipes. O estudo de Silva e Ribeiro (2010), que tiveram o intuito de analisar práticas pedagógicas dos professores de Educação Física quanto aos objetivos dos JEMGs de 2010, indicou que dos 20 professores entrevistados, 36,4% responderam que utilizavam as aulas de Educação Física para o treinamento técnico de suas equipes.

Segundo Gaya (2009), ao se utilizarem as aulas de Educação Física para o treinamento das modalidades esportivas, visando o desempenho em determinadas competições, os professores tornam sua prática excludente, uma vez que os alunos que não integram as equipes não possuem a mesma oportunidade de aprendizado e atenção que são oferecidas aos estudantes aptos para compor as equipes. O autor argumentou que esse é um ponto de convergência entre suas ideias e a pedagogia crítica, assim como considera os objetivos da aula de Educação Física diferentes do treinamento de equipes da escola. Both e Christofolletti (2001, p. 131) pontuaram que “é necessário separar o momento da aula de Educação Física do treinamento esportivo, para que a aula não perca seu objetivo e sua função pedagógica” e dessa maneira o esporte possa atender à formação global do indivíduo e não a de atletas. Para Lucero e Lovisilo (2006), a

condição e o tempo semanal da aula de Educação Física inviabilizam o treinamento durante as aulas, pois para realizá-lo são necessários indivíduos com capacidades físicas homogêneas, bem como a intensidade, o volume, a cobrança e as expectativas, que não se assemelham à realidade escolar.

A utilização das aulas de Educação Física para o treinamento ainda contraria as determinações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que estabelecem que “os momentos desta prática devem atender a todos os alunos, respeitando suas diferenças e estimulando-os ao maior conhecimento de si e de suas potencialidades” (PCNs, 2000, p. 37).

Como consequência do treinamento no horário das aulas de Educação Física escolar, o propósito das aulas se torna prejudicado, pois o conteúdo esportivo passa a ser o conteúdo hegemônico das aulas, excluindo-se as possibilidades de outras vivências corporais, de acordo com Bracht e Almeida (2003). Segundo Taffarel (2009), a hegemonia do esporte nas aulas de Educação Física é questionada, pois essa ação não está sintonizada com os anseios de uma sociedade justa, porque ao invés de combater as desigualdades, tal prática as acentua e assegura. A relação hegemonia do esporte e Jogos Escolares é descrita por Bracht (2005), em que esse autor defende que a criação dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) reforçou o esporte enquanto conteúdo hegemônico na escola, tendo em vista que se deslocou a legitimação da Educação Física escolar da aptidão física para a iniciação e prática esportiva.

No que diz respeito à frequência de treinamento das equipes, foram encontradas algumas diferenças. A recomendação de frequência de treinamento sistematizada para a faixa de idade pesquisada de acordo com Greco et al. (1998), é de três vezes na semana e deve ocorrer no período extracurricular. Os autores pontuaram que nesse período – a chamada de “Fase de Especialização” – é que ocorre o ápice do processo de desenvolvimento esportivo.

Portanto, esses dados parecem evidenciar que as equipes participantes das Olimpíadas Escolares e dos JEMGs, os quais apresentaram as maiores médias de treinamento semanal, aproximaram-se da frequência de treinamento recomendada para o desenvolvimento esportivo em comparação aos outros Jogos presentes neste estudo, em que as equipes apresentaram menor frequência média de treinamentos (Tabela 22, página 79). Considerando-se que para participar das Olimpíadas Escolares e dos JEMGs foi necessário passar por um processo classificatório, a frequência de treino semanal pode ter influenciado no sucesso nos Jogos das equipes que conquistaram a classificação para a etapa estadual e a nacional dos Jogos Escolares.

No que tange aos métodos de escolha dos alunos, observou-se que algumas escolas permitiram aos alunos a opção de participar das equipes, considerando-se o interesse delas; no entanto, em geral, os processos de escolha dos alunos atletas contemplaram principalmente a habilidade desses na modalidade, haja vista que a seleção e o convite ocorreram de forma destacada em todos os Jogos (Tabela 23, página 80). No estudo de Millen Neto et al. (2007), foi observado que apenas um professor não assumiu abertamente que utilizava o método de seleção dos estudantes mais habilidosos para a escolha de alunos para disputar os Jogos. Teixeira e Teixeira (2006), que refletiram sobre o mundo-vida da criança no desporto escolar, ressaltaram que os Jogos e treinos tinham características seletivas e segregacionistas, visando-se o desempenho esportivo.

Esse processo de selecionar os mais habilidosos aproxima-se do modelo esportivista inserido na escola na década de 1970, em que “o tecnicismo era a expressão de ordem, e importantes eram os talentos, as medalhas, os recordes e os sucessos em termos de resultados” (TUBINO, 2010, p. 82). Ao buscar os mais habilidosos, aqueles que possuem maior talento esportivo para a modalidade, os professores parecem ter como objetivo principal a busca por resultados nos Jogos.

Existem autores que questionam essa metodologia, como Santin (1993, p. 79), o qual alegou: “torna-se necessário pensar a partir de uma ótica educacional os critérios que fundamentam a escolha dos integrantes da delegação”. Ele propôs que a escolha não seja reduzida a somente ao aspecto rendimento, mas que os alunos sejam portadores de uma série de virtudes que os caracterizem como pessoas de bom desempenho no conjunto da vida escolar, que sejam incluídos valores como os psicológicos, morais e sociais. Porém, acredita-se que a seleção dos mais habilidosos atendeu a estrutura dos Jogos pesquisados, pois para se classificarem para as etapas superiores as equipes necessitaram de vencer essas classificatórias. Portanto, as argumentações de Santin (1993) não encontraram eco aos propósitos e fins dos fomentadores e gerenciadores do esporte escolar, embora para efeito de justificativa social as coloquem como objetivos. A divergência encontrada entre os resultados e o argumento de Santin (1993) pode indicar a necessidade de debate acerca dos propósitos dos Jogos, uma vez que o método de captação de alunos para as equipes relaciona-se com os objetivos que se pretendem com essa competição escolar.

Observou-se que as Olimpíadas Escolares, os JEMGs e os JEBHs apresentaram mais equipes distribuídas nas maiores frequências de competições (quatro, cinco e seis vezes ou mais – Tabela 25, página 81). Esses dados corroboram com a visão de que a participação em competições possibilita que as equipes sejam mais bem preparadas,

pois são expostas a situações de jogo constantemente, contribuindo para o crescimento técnico, tático, físico e emocional da equipe. Considerando-se que um dos objetivos das equipes escolares foi o de classificar para as etapas seguintes, esse item pode reforçar o argumento já exposto; o fato de ter possuído maior frequência anual de competições pode ter contribuído para a participação nas Olimpíadas Escolares e nos JEMGs.

O último fator analisado foi o local de treinamento das equipes. Apesar de não ter apresentado diferenças estatisticamente significantes, ressalta-se que houve equipes participantes dos JEMGs e das Olimpíadas Escolares que treinaram em clubes (Tabela 24, página 80) . Esse fato foi mais um indício da existência de uma relação entre equipes escolares e clubes, em que também foi discutida no estudo de Teixeira e Teixeira (2006). Os autores acreditaram que a principal preocupação dos Jogos não é a formação em longo prazo, mas o resultado imediato, que consiste na vitória, o que faz com que os Jogos se nivelem aos clubes, adaptando-se ao esporte institucionalizado.

Os dados apresentados sugerem que o esporte tem forte relação com as escolas, pois essas estiveram engajadas em ações visando à participação dos Jogos Escolares. Observou-se ainda que os Jogos reproduziram as características de competições do esporte institucionalizado, reforçando a afirmação de Bracht (2011), de que o esporte de rendimento fornece o modelo de esporte educacional.

Neste estudo, os dados indicaram que a valorização do desempenho esportivo configura-se como o objetivo principal, pois as equipes parecem focar suas ações na busca do êxito. Existem autores como Ferreira (2000) que defendem que o reflexo da busca pela vitória pode fazer com que os Jogos algumas vezes deixem de “ser grandes momentos de confraternização para transformarem-se em verdadeiras guerras”, o que faz com que as aulas de Educação Física muitas vezes assemelhem-se aos treinamentos de clubes esportivos (p. 97).

Os resultados apresentaram que a configuração dos Jogos investigados afastou-se do conceito proposto pela Lei Federal vigente (nº 9.615/1998), que entende o esporte educacional como: “praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer” (BRASIL, 1998). Esse conceito de Esporte Educacional, proposto por Tubino e adotado pela legislação que regula atualmente a prática esportiva, foi formulado em 1985 e considerou o esporte em três manifestações: esporte de participação, esporte educacional e esporte de rendimento. Porém, o próprio Tubino (2010, p. 38) alertou que “já existem sinalizações e balizamentos nítidos que

marcam a imprescindibilidade de uma ampliação conceitual do Esporte nos instrumentos legais vigentes”. Esse autor propôs a manifestação do Esporte Educação dividida em Esporte Educacional e Esporte Escolar.

A busca pelo talento esportivo foi uma questão que já foi tratada neste estudo; no entanto, sobre outra perspectiva, que ilustra a contradição entre o conceito do esporte escolar atual e os objetivos dos Jogos Escolares. Essa é uma das finalidades enumeradas nos regulamentos dos Jogos, em que Bracht e Almeida (2003), Souza Júnior (2001), Both e Christofolletti (2001) abordaram que, após o fracasso do Brasil nos Jogos Olímpicos de Sidney em 2000, o esporte escolar passou a ser visto como a solução para a formação e descoberta desses talentos. Essa ação foi vista então como a retomada do modelo piramidal do esporte, em que a escola seria a base para a formação de atletas. Com isso, o conceito de esporte educacional vigente não contempla a formação de atletas e a descoberta de talentos na escola, já que sua prática é voltada para a cidadania e prática do lazer.

Assim como a transformação do esporte, alguns autores como Santin (1993) Barbieri (1999), Ferreira (2000) e Reverdito et al. (2008) propuseram alternativas para a realização dos Jogos, que trazem características principalmente dos Jogos Escolares Brasileiros de 1989, que foi realizado nos princípios da participação, cooperação, coeducação, corresponsabilidade e integração, em que a estrutura da competição foi modificada para priorizar as pretensões educacionais. Nessas propostas, salienta-se a inclusão das medidas relativas aos Jogos no Projeto Político Pedagógico da escola e o rompimento do paradigma de ganhar a qualquer custo, do individualismo e da ênfase nos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou características importantes do esporte desenvolvido nos Jogos Escolares. Acredita-se que foram apontadas algumas questões que poderiam ser investigadas de maneira mais aprofundadas como a remuneração dos treinadores escolares e o aprofundamento dos programas de captação de alunos atletas, indicando a necessidade de mais pesquisas sobre essa temática.

Observou-se que os Jogos mobilizaram representantes escolares em caráter nacional e, no entanto, tem sido uma temática pouco investigada, conforme se constou nesta pesquisa. Portanto, é preciso que outras investigações sejam realizadas, para que, se manifesta em outros estados brasileiros.

Considerando-se que dada à limitação do instrumento de pesquisa, pois essa dependeu da veracidade dos respondentes, a utilização de métodos de pesquisa de observação dos parâmetros investigados pode constituir-se como alternativa para aprofundar a discussão iniciada neste estudo.

Uma importante contribuição foi a de que os resultados apresentados sugeriram que existe um desajuste no conceito do esporte educacional e na sua configuração na realidade esportiva na escola. O que de fato se tem feito na Educação Física escolar? Uma questão que remete à necessidade de intensificação do diálogo. Seria essa a estrutura de competição ideal para o crescimento do esporte nacional ou simplesmente os dirigentes esportivos na falta de uma solução mais adequada a sustentam como mecanismo de afirmar o dever cumprido? Isso assinala a necessidade de debates entre os envolvidos nesse processo, para que sejam alinhadas as lacunas e tragam subsídios para a questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A.; MARTINS, F.; SARMENTO, P. Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução Histórica. **Motricidade**, v.8, n. 2, p. 916-924, 2012.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBIERI, C. Algumas considerações para a realização dos Jogos do Esporte Educacional. **Movimento**, v.5, n. 2, p. 23-32, 1999.

BASSANI, J. J.; TORRI, D.; VAZ, A. F. Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambigüidades. **Movimento**, v.9, n. 2, p. 89-112, 2003.

BETTI, M. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos inversionalidades e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física Escolar. **Motrivivência**, v.Año XXI, n. 32/33, p. 16-27, 2009.

BOTH, J.; CHRISTOFOLETTI; J. F.. Educação Física Escolar e Esporte: um ponto de vista. **Caderno de Educação Física**, v.3, n. 2, p. 127-135, 2001.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Unijuí, 2011.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. D. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v.24, n. 3, p. 87-101, 2003.

BRACHT, V., PIRES, R. M. da S.; SOFISTE, A. N.; GARCIA, S. P.; ALMEIDA, F. Q.; SILVA, E. B. C. e; ANGELI, E. N. de; SILVA, M. S. da. Itinerários da Educação Física na Escola: O caso do Colégio Estadual do Espírito Santos. **Movimento**, v.11, n. 4, p. 9-21, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8, 672, 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm. Acesso em 08 de maio 2013.

BRASIL. Lei nº 9.615, 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm. Acesso em 08 de maio 2013.

BRASIL. Lei nº 9.615, 16 de março de 2011. Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12395.htm. Acesso em 08 de maio 2013.

FERREIRA, M. S. A Competição na Educação Física Escolar. **Motriz**, v.6, n. 2, p. 97-100, 2000.

FERREIRA, H. J. **A atuação de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. 2012. 79f. (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Viçosa, 2012.

GAYA, A. Sobre o esporte para crianças e jovens. In: STIGGER, M. P. e LOVISOLO, H. (orgs). **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. Campinas: Autores Associados, 2009.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N.; RIBAS, J. Estrutura temporal. In: GRECO, P. J.; BENDA, R. N. (org.). **Iniciação esportiva universal**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

JÚNIOR, M. S. A Educação Física no currículo escolar e o esporte: (im)possibilidade de remediar o frequente fracasso esportivo brasileiro. **Pensar a Prática**, v.4, n. p. 19-30, 2001.

KUNZ, E. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 2006.

LENTTNIN, C.C. **Esporte escolar: razão e finalidades**. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

LUCERO, F.; H. Lovisolo Educação Física Escolar: esporte, competição e talento. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 10, 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd92/efesc.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

MELO, P. B. **JERN's: A educação e o esporte nas escolas públicas e particulares da cidade do Natal/RN**. 2009. (Monografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

MILLEN NETO, A. R.; FARIA, C. N.; TROTTE, S. M. Educação física, políticas de esporte escolar e jogos estudantis. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do esporte; II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007, Olinda. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/268.pdf>. Acesso: 08 de maio de 2013.

OLIVEIRA, S. A. e. **Reinventado o esporte: possibilidades da prática pedagógica**.

Campinas: Autores Associados, 2001.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ENSINO MÉDIO – Brasília: MEC/SEF, 2000. 71p.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; SILVA, S. A. D. da; GOMES, T. M. R.,; PESUTO, C. de L.; BACCARELLI W. Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. **Pensar a Prática**, v.11, n. 1, p. 37-45, 2008.

Regulamento Geral das Olimpíadas Escolares 2011. Disponível em: <http://www.timebrasil.com.br/eventos/docs/Reg%202011%201517%20anos%20FINAL.pdf>. Acessado em 23 de março de 2011.

Regulamento Geral Minas Olímpica - Jogos Escolares de Minas Gerais 2011. Disponível em: <http://www.jemg.mg.gov.br/imgdb/documentos/regulamento%20geral%20jemg%202011-20110209-115019.pdf>. Acessado em 23 de março de 2010.

RODRIGUES, H. d. A.; DARIDO, S. C. A Técnica Esportiva em Aulas de Educação Física: um olhar sobre as tendências sócio-culturais. **Movimento**, v.14, n. 2, p. 137-154, 2008.

SANTIN, S. **Educação Física – outros caminhos**. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SILVA, W. F.; RIBEIRO, G. F. F. Esporte Educacional, esporte de rendimento e os (des)caminhos dos Jogos Escolares de Minas Gerais. **Revista Partes**. V. 00. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/esporteeducacional.asp>. Acessado: 08 de maio 2013.

TAFFAREL, C. N. Z. Desporto educacional: realidade e possibilidades das políticas públicas governamentais e das práticas pedagógicas nas escolas públicas. In: STIGGER, M. P. e LOVISOLO, H. (orgs). **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. Campinas: Autores Associados, 2009.

TEIXEIRA, D.; TEIXEIRA, D. R. T. S. O mundo-vida da criança na prática do esporte escolar. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 6, 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd99/esporte.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

THOMPSON, I. F.; AMARAL; GARCIA, W. J.; C. A.; MORAES, R. M. de. Jogos Estudantis Brasileiros - JEBS. In: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006.

THOMAS, J. e NELSON, J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TUBINO, M. J. G. **Estudos Brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

VAGO, T. M. O "esporte na escola" e o "esporte da escola": da negação radical para uma relação de tensão permanente - Um diálogo com Valter Bracht. **Movimento**, v.3, n. 5, p. 5-17, 1996.

ARTIGO 3**COMPARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TREINAMENTO DAS ESCOLAS
PÚBLICAS E PRIVADAS PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES
MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL**

Artigo 3: Comparação das condições de treinamento das escolas públicas e privadas participantes dos Jogos escolares municipal, estadual e nacional

RESUMO

Os Jogos Escolares ocorrem desde o final da década de 1960 no Brasil, podendo ser considerados eventos já consolidados, que envolvem representações de instituições de ensino de todos os estados brasileiros. Dessa maneira, torna-se fundamental que as implicações desses Jogos sejam avaliadas, para se conhecer melhor como os Jogos configuram-se na realidade e quais são características das equipes escolares participantes. Portanto, este estudo teve o propósito de comparar as condições de treinamento entre as escolas públicas e privadas participantes dessas competições, das modalidades coletivas de basquetebol, futsal, handebol e voleibol. Foram aplicados 195 questionários a treinadores de equipes participantes das Olimpíadas Escolares, Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos Escolares de Belo Horizonte, Jogos Internos de Juiz de Fora e Seletiva de Viçosa, em 2011. A investigação revelou que nos Jogos pesquisados as escolas públicas apresentaram algumas diferenças em detrimento das instituições privadas, nas características que permeiam a condição de treinamento. Tanto os recursos humanos, no que diz respeito à capacitação profissional, quanto os recursos materiais e físicos apontaram superioridade da rede privada.

Palavras-chave: jogos escolares; competição escolar; esporte escolar; olimpíadas escolares.

INTRODUÇÃO

O esporte é uma atividade expressiva nas várias esferas da sociedade, que caminha ao lado do desenvolvimento econômico, político, religioso e educacional; esse possui a capacidade de mobilizar milhões de pessoas, em proporções e preferências diferenciadas. Gostando ou não, o contato com o mundo esportivo acontece muito cedo, geralmente quando criança e por vários meios como a televisão. (BRACHT, 2011; ASSIS DE OLIVEIRA, 2001; SOUZA JÚNIOR, 2001). Nesse contexto, a escola estabelece uma relação especial com o esporte, já que, no Brasil, a partir da década de 1920, se entrecruza com essa instituição, que pode ser considerada atualmente como local de uma das maiores manifestações da prática esportiva (LINHALES, 2009; REVERDITO et al., 2008).

A falácia popular, bem como de alguns meios de comunicações creditavam a escola como o berço do esporte brasileiro em um passado recente, lamentando que hoje essa instituição não tenha atendido esse propósito. Seria esse o papel do esporte na escola? Essa questão é apenas um ponto de reflexão que necessita ser explorado.

Além de se constituir como conteúdo da Educação Física escolar, o esporte materializa-se nesse ambiente pelas competições escolares. A primeira competição escolar brasileira em âmbito nacional foi realizada no final da década de 1960, com o intuito de favorecer a integração nacional e de descobrir talentos esportivos, os quais pudessem representar o Brasil em eventos internacionais. Os Jogos Escolares são promovidos desde 1969 e, ao longo desses 44 anos, a principal fonte de financiamento para sua realização foi proveniente de recursos federais. A organização desses eventos esteve sob a responsabilidade de órgãos homólogos ao atual Ministério do Esporte; a partir de 1996, essa função foi compartilhada com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB)²⁰. Durante todo o processo de desenvolvimento dos Jogos, pode-se constatar que houve várias alterações na nomenclatura desses eventos: Jogos Estudantis Brasileiros (1969 a 1975), Jogos Escolares Brasileiros (1976 a 1994/ 2003 e 2004), Campeonatos Escolares Brasileiros (1978, 1980 e 1982), Jogos da Juventude (1995 a 2004), Olimpíada Colegial Esperança (2000 e 2001) e Olimpíadas Escolares (2005 a 2012)²¹ (ARANTES et al., 2012; THOMPSON et al., 2006).

²⁰ Arantes et al. (2012) argumentou que a partir de 1995 a preocupação em relacionar os Jogos Escolares ao olimpismo e dar visibilidade ao COB ficou evidenciada, destacando ainda que o nome da competição “expressa a razão de ser dos Jogos, seus vínculos e também seus objetivos” (p. 921).

²¹ O termo Olimpíadas Escolares foi utilizado até o ano de 2012, quando o Comitê Olímpico Internacional (COI) solicitou que o termo “Olimpíadas” fosse preservado; assim, em 2013, a competição ocorrerá com o nome de Jogos Escolares das Juventude.

Atualmente, para que a escola possa competir nos Jogos nacionais, é necessário passar etapas classificatórias em níveis estaduais e municipais, que são divididos em dois módulos; um destinado a alunos de 12 a 14 anos (Módulo I) e outro, de 15 a 17 anos (Módulo II).

No ano de 2011, o Módulo II das Olimpíadas Escolares foi realizado na cidade de Curitiba, PR, entre os dias 2 e 11 de dezembro. Esse evento teve a presença de 1.129 instituições de ensino, sendo 710 públicas e 419 privadas, com a participação de 3.641 alunos atletas. Os Jogos foram disputados em 13 modalidades esportivas (atletismo, basquete, ciclismo, futsal, ginástica rítmica, handebol, judô, luta olímpica, natação, tênis de mesa, voleibol, voleibol de praia e xadrez). Arantes et al. (2012) acreditaram que essa preocupação de orientar a escolha das modalidades para aquelas que são olímpicas deixa claro que a intenção dos Jogos é a de preparar os futuros atletas para os Jogos Olímpicos.

Este estudo direciona-se para as modalidades de esportes coletivos: basquetebol, futsal, handebol e voleibol. Para o ano de 2011, a competição nessas modalidades aconteceu de acordo com o seguinte sistema de participação: as equipes estaduais classificadas do 1º ao 8º lugar na Divisão Especial no ano de 2010 mais as equipes estaduais classificadas do 1º a 4º lugar na Primeira Divisão em 2010 disputaram a Divisão Especial 2011, enquanto as demais equipes inscritas disputaram na Primeira Divisão de 2011 (REGULAMENTO OLIMPÍADAS ESCOLARES, CAPÍTULO VIII, SEÇÃO II, ARTIGO 43, p. 22).

Para se determinar a equipe representante do Estado de Minas Gerais nas Olimpíadas Escolares, foi promovido em 2011 o Programa Minas Olímpica/Jogos Escolares Mineiros (JEMGs) pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Esporte e da Juventude (SEEJ) e Secretaria da Educação. Os JEMGs ocorreram em quatro etapas: municipal, microrregional, regional e estadual. As escolas disputaram a primeira etapa nos municípios delas e os primeiros colocados de cada modalidade seguiram para a etapa microrregional. De maneira semelhante, os primeiros colocados dos Jogos microrregionais foram classificados para a etapa regional; os campeões dessa terceira etapa disputaram a etapa estadual, que ocorreu em Juiz de Fora, MG, de 8 a 13 de agosto de 2011, para determinar as escolas representantes do Estado nas Olimpíadas Escolares de 2011²².

²² Disponível em: <http://Jogosescolares.esportes.mg.gov.br/jemg/>. Data de acesso: 23/03/2011.

Em Minas Gerais, os responsáveis pelos Jogos em Belo Horizonte e Juiz de Fora organizaram esses eventos nesses municípios para apontar os representantes municipais na primeira etapa dos JEMGs 2011.

A prefeitura municipal de Viçosa, MG, optou por outra dinâmica para a seletiva, solicitando que as escolas interessadas em disputar os JEMG 2011 se inscrevessem. Nas modalidades em que houve mais de uma instituição interessada (futsal e handebol), foi realizada uma seletiva no formato de eliminatória simples para determinar a representante nos JEMGs. (REGULAMENTO GERAL DOS JOGOS ESCOLARES DE BELO HORIZONTE, 2011, REGULAMENTO GERAL DOS JOGOS INTERNOS DE JUIZ DE FORA E REGULAMENTO GERAL DA SELETIVA DE VIÇOSA PARA OS JEMG 2011).

Observou-se, portanto, que os Jogos Escolares são eventos consolidados, que envolvem representantes de instituições de ensino de todo o País. Tubino (2010, p. 140) afirmou que se trata de “uma experiência única no mundo: pela quantidade de participantes e pelas diversidades contextuais, culturais, demográficas e geográficas (extensão do país)”. Ainda que Tubino tenha superdimensionado a participação, de fato as diversidades culturais e a extensão geográfica do Brasil são peculiaridades que demonstram a fragilidade de se organizar um evento nessa dimensão.

Em 2013, foi divulgado pelos organizadores do evento que os Jogos envolvem mais de 2 milhões de atletas e cerca de 3.900 cidades, considerando-se as etapas classificatórias²³, o que demonstra a abrangência do programa do governo sobre os Jogos Escolares.

Apesar de esses números oficiais serem colocados como glorificação de um programa governamental, necessita-se refletir sobre as condições de participação e competição de alguns municípios. Segundo o Censo Escolar 2012, a educação básica possui 192.676 estabelecimentos de ensino, onde estão matriculados 50.545.942 alunos; 83,5%, em escolas públicas, e 16,5%, na rede privada. Um aspecto importante é que esses números evidenciam que apesar de os Jogos envolverem a participação de representantes de todos os estados brasileiros, o programa atende a uma pequena parcela dessa população. Outra questão a ser considerada é o fato de que os Jogos têm evidenciado a tensa relação entre o esporte propagado pelo governo e a Educação Física na sociedade, pois o esporte tem sido o principal sinônimo da Educação Física, uma reprodução direta das manifestações esportivas institucionalizadas (SOUZA e BACIN,

²³ Disponível em: <http://Jogos Escolares.cob.org.br/o-evento>. Data de acesso: 06/05/2013.

2009; REVERDITO et al., 2008; RODRIGUES e DARIDO, 2008; NEUENFELD e CANFIELD, 2001; BRACHT, 2003; 1992).

Diante da dimensão que essas competições escolares assumem, torna-se fundamental que as implicações desses Jogos sejam avaliadas. Dessa maneira, este estudo tem o propósito de comparar as condições de treinamento entre as escolas públicas e privadas participantes dos Jogos Escolares, nas modalidades coletivas de basquetebol, futsal, handebol e voleibol.

A justificativa para tal objetivo está pautada na premissa realizada por Reverdito et al. (2008), a qual afirmou que no País “poucos os autores que se dedicam efetivamente ao estudo da teoria e prática da competição escolar” (p.37). Entendeu-se que esses estudos sejam importantes para se conhecer melhor como os Jogos Escolares configuram-se na realidade e quais são as características das equipes escolares participantes.

METODOLOGIA

Amostra

A amostra foi composta de treinadores das equipes escolares do Módulo II (alunos de 15 a 17 anos) nas modalidades coletivas de basquetebol, futsal, handebol e voleibol, participantes das Olimpíadas Escolares, dos JEMGs, dos JEBHs, dos Jogos Internos de Juiz de Fora e da Seletiva de Viçosa. Foi aplicado um questionário por equipe participante desses jogos, totalizando 195 treinadores das distintas etapas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Apresentação do número e da porcentagem da amostra, em relação aos treinadores

Jogos	Total de treinadores	Treinadores avaliados	Porcentual de treinadores avaliados
Olimpíadas Escolares	96	63	65,62%
JEMGs - Estadual	63	53	84,12%
JEBHs	48	34	70,83%
Jogos Internos Juiz de Fora	43	29	67,44%
Seletiva Viçosa	17	16	94,11%
Total	267	195	73,03%

Instrumento

O instrumento de avaliação utilizado foi um questionário elaborado pela readequação de um estudo-piloto realizado nos Jogos Escolares Pan-Americanos, que aconteceu em 2010, na cidade de Juiz de Fora. A validade do conteúdo foi obtida pelo julgamento de dois professores do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

Os treinadores receberam um termo de consentimento autoesclarecido explicando os objetivos da pesquisa. Os voluntários tiveram as suas informações de caráter pessoal preservadas e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, segundo o protocolo de número 122/2011/Comitê de Ética.

O questionário foi dividido em quatro partes e utilizou-se de questões dissertativas e objetivas, em que, em determinadas questões, foi permitido ao avaliado assinalar mais de uma opção. A divisão do questionário foi realizada da seguinte maneira:

- a) **Dados gerais do treinador:** discriminar identificação do município, do estado, da modalidade e da categoria de atuação; idade do treinador; estado civil; número de filhos; se foi atleta; e nível de competição que atuou.
- b) **Formação profissional do treinador:** revelar grau de escolaridade, ano de formação e participação e frequência (média anual) em cursos relacionados ao esporte.
- c) **Atuação profissional do treinador:** reconhecer o tempo de atuação; o motivo que o levou a atuar nessa função; se possuía outra profissão e por quanto tempo; e se já está aposentado em alguma profissão.
- d) **Condições de treinamento da equipe escolar:** verificar o tipo de instituição; o horário do treinamento; a frequência (vezes na semana); o local de realização; como foi feita a captação dos alunos para as equipes; se a escola possuía quadra e em que condições essa se encontrava; quanto à escola possuir materiais esportivos para a prática da modalidade, se esses estavam em condições adequadas e em quantidade suficiente; a frequência de participação de competições (anual); o responsável pelo financiamento dos custos de transporte e alimentação destinados a competições em outras cidades; sobre os programas de captação de alunos atletas; quanto à equipe possuir alunos atletas de outras equipes competitivas, quais eram as equipes, quantos alunos encontravam-se nessa condição e em que nível de competição esses alunos atletas atuavam.

Coleta de dados

Os questionários foram aplicados aos treinadores das escolas participantes dos Jogos Escolares em três etapas.

1) Municipal

Essa etapa foi composta por treinadores de três cidades mineiras participantes do Programa Minas Olímpica/JEMGs, em 2011, do Módulo II, classificadas em pequeno, médio e grande porte. Considerou-se para este estudo uma cidade de pequeno porte até 100 mil habitantes; de médio porte até 500 mil habitantes e de grande porte, mais de 500 mil habitantes; dessa forma, as cidades selecionadas foram Viçosa, Juiz de Fora e Belo Horizonte, respectivamente. Os questionários foram aplicados aos treinadores nas próprias escolas, em uma data agendada.

2) Estadual

A aplicação de questionários nessa etapa se destinou aos treinadores das equipes classificadas para a etapa Estadual dos JEMGs, que ocorreu durante a competição, entre os dias 8 e 13 de agosto, na cidade de Juiz de Fora, excluindo-se os que já haviam participado das etapas municipais.

3) Nacional

A última etapa para aplicar o questionário ocorreu durante a Divisão Especial das Olimpíadas Escolares, realizada com os treinadores participantes dessa etapa, com exceção dos que já haviam respondido nas etapas estadual e municipal. Esses Jogos ocorreram entre os dias 6 e 11 de dezembro, na cidade de Curitiba, PR.

Análise dos dados

Os dados foram analisados no *software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS - versão 17.0* para *Windows*. As análises estatísticas incluíram a análise exploratória dos dados, que compreendeu a média, o desvio-padrão, a frequência e os valores percentuais. Para as variáveis qualitativas, realizou-se o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov. Em razão de nenhuma variável ter apresentado distribuição normal, foi utilizado o teste de Mann-Whitney para verificar se as médias dos dois tipos de instituições avaliadas (pública e privada) apresentaram diferenças estatísticas. Para as variáveis qualitativas, as instituições foram comparadas com o intuito de verificar se as diferenças entre os valores encontrados foram estatisticamente significativos pelo teste

Qui-quadrado; utilizou-se a Análise de Correspondência para verificar a relação entre as variáveis.

RESULTADOS

Os resultados e a discussão foram apresentados e analisados em duas dimensões: quanto à caracterização dos treinadores; e quanto às condições de treinamento das equipes.

1) Quanto à caracterização dos treinadores

O estudo investigou 195 treinadores, em que 53,2% foram responsáveis por equipes masculinas e 46,6%, femininas. A média de idade desses treinadores foi de 37 anos ($\pm 9,62$). Nessa amostragem, 40,6% assinalaram que são solteiros; 48,4%, casados; 9,9%, divorciados; e 1% marcou a opção outros para o estado civil. Desses treinadores, 6,4% formaram-se entre 1972 e 1979; 19,3% entre 1980 e 1989; 16,4% entre 1990 e 1999; 39,8% entre 2000 e 2009, e 18,1% entre 2010 e 2011. No que diz respeito ao sexo dos treinadores, observou-se que tanto na rede pública quanto na privada o número de treinador do sexo masculino foi predominante, apresentando 73% e 91,3%, respectivamente.

Em geral, 56% da amostra possuíam especialização; no entanto, observou-se diferença estatisticamente significativa, em que o número de treinadores especializados foi maior na instituição privada em relação à pública, com valores de 63,5% *versus* 44%, respectivamente (Tabela 2). Quando foram somadas as categorias, 2º grau completo, provisionado e superior incompleto, o percentual de treinadores que não possuíam formação acadêmica da rede pública foi maior em relação à rede privada, com 27,95% e 5,8%, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Número e porcentagem do grau de escolaridade dos treinadores

		Pública	Privada	Total
2º Grau	N	7	1	8
	%	9,3%	0,8%	4,1%
Provisionado	N	4	1	5
	%	5,3%	0,8%	2,6%
Superior Incompleto	N	10	5	15
	%	13,3%	4,2%	7,8%
Superior Completo	N	14	26	40
	%	18,7%	22,0%	20,7%
Especialização	N	33	75	108
	%	44,0%	63,6%	56,0%

Mestrado	N	7	10	17
	%	9,3%	8,5%	8,8%
Total	N	75	118	193

$p \leq 0,05$

Encontrou-se diferença estatística no tempo de atuação como treinador escolar e na participação de cursos relacionados ao esporte. Em média, os treinadores das instituições privadas exerceram a função por 14 anos ($\pm 7,97$) e das públicas, por 11,2 anos ($\pm 8,82$) ($p=0,006$). Teve-se que 90,6% dos treinadores da rede privada participaram de cursos relacionados ao esporte e esse percentual foi de 78,7% para rede pública (Figura 1).

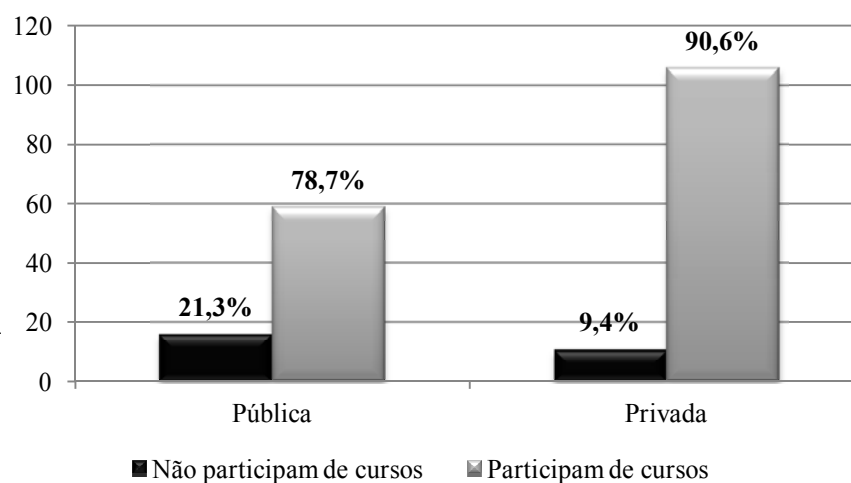


Figura 1 - Participação dos treinadores em cursos relacionados ao esporte.

Em relação à frequência de participação anual em cursos relacionados ao esporte, também ocorreu diferença significativa, em que na rede pública 30,7% dos treinadores participaram em média uma vez ao ano; 24%, duas vezes; 17,3%, três vezes; e 6,7%, quatro ou mais vezes ao ano. Já nas instituições privadas, observou-se que 50,4% participaram uma vez; 29,1%, duas vezes; 8,5%, três vezes; e 2,6%, quatro ou mais vezes ao ano. Quando somadas as frequências de uma e duas vezes ao ano, o percentual de treinadores foi maior nas escolas privadas (79%) em relação à pública (54%) (Tabela 3).

Tabela 3 – Número e porcentagem da frequência anual de participação em cursos relacionados ao esporte

		Pública	Privada	Total
Nenhuma	N	16	11	27
	%	21,3%	9,4%	14,1%
Uma vez	N	23	59	82

	%	30,7%	50,4%	42,7%
Duas vezes	N	18	34	52
	%	24,0%	29,1%	27,1%
Três vezes	N	13	10	23
	%	17,3%	8,5%	12,0%
Quatro vezes ou mais	N	5	3	8
	%	6,7%	2,6%	4,2%
Total	N	75	117	192

$p \leq 0,05$

No que tange a carreira esportiva, na Tabela 4, evidencia-se que 91,8% dos treinadores foram atletas e que competiram predominantemente em nível estadual. Apesar de o teste Qui-quadrado não apontar diferença estatística significativa quando comparados o valor encontrado das instituições públicas e privadas, observou-se que os treinadores das equipes das escolas públicas encontraram-se concentrados principalmente no nível estadual, enquanto os da rede privada, apesar de também apresentarem elevado número em nível estadual, participaram de forma mais representativa em competições nacionais (Tabela 5).

Tabela 4 - Número e porcentagem de treinadores que foram atletas

		Pública	Privada	Total
Sim	N	71	107	178
	%	93,4%	90,7%	91,8%
Não	N	5	11	16
	%	6,6%	9,3%	8,2%
Total	N	76	118	194

Tabela 5 – Número e porcentagem do nível de competições dos treinadores ex-atletas

		Pública	Privada
Municipal	N	8	9
	%	11,3%	8,3%
Estadual	N	46	55
	%	64,8%	50,9%
Nacional	N	12	34
	%	16,9%	31,5%
Internacional	N	5	10
	%	7,0%	9,3%
Total	N	71	108

2) Condição de treinamento das escolas

Na figura 2, é revelada a participação das instituições públicas e particulares nos Jogos pesquisados. As Olimpíadas Escolares, os Jogos Escolares de Belo Horizonte (JEBH) e os Jogos Internos de Juiz de Fora contaram com maior participação da rede

privada, com 61,9%; 82,4%; e 75,9%, respectivamente. Já os Jogos Escolares Mineiros (JEMGs) e a Seletiva de Viçosa (Viçosa) tiveram a participação de 56,5% e 56,3%, de instituições públicas; e 43,3% e 43,8%, da rede privada, respectivamente. O teste Qui-quadrado indicou diferenças estatisticamente significantes, o que implica dizer que o tipo de instituição teve associação com os Jogos em que estava disputando.

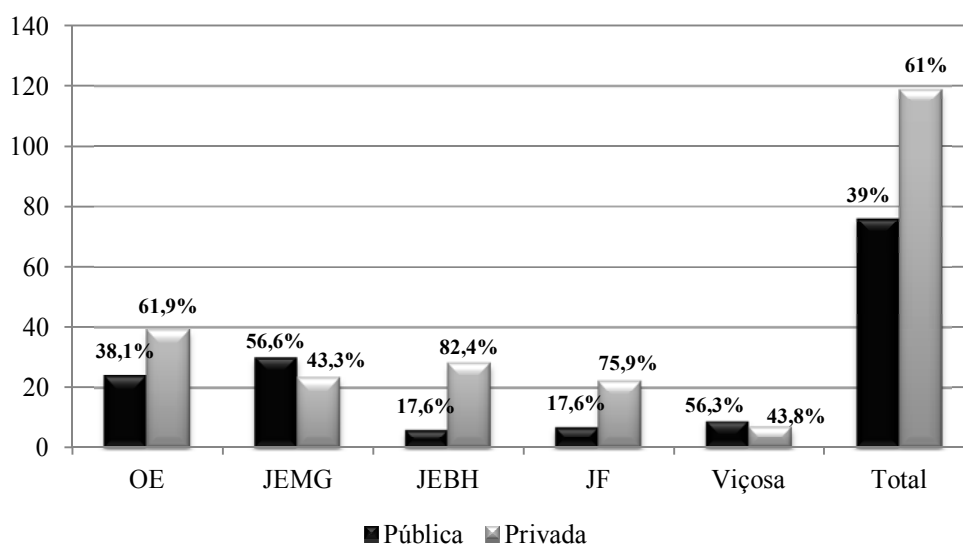


Figura 2 - Tipo de instituição presente em cada competição pesquisada.
 $p \leq 0,05$

No que se refere à preparação das equipes para os Jogos, 96,6% das instituições privadas ofereceram treinamento durante todo o período letivo, enquanto nas públicas 75% afirmaram essa situação. Esses valores foram estatisticamente significativos (Figura 3).

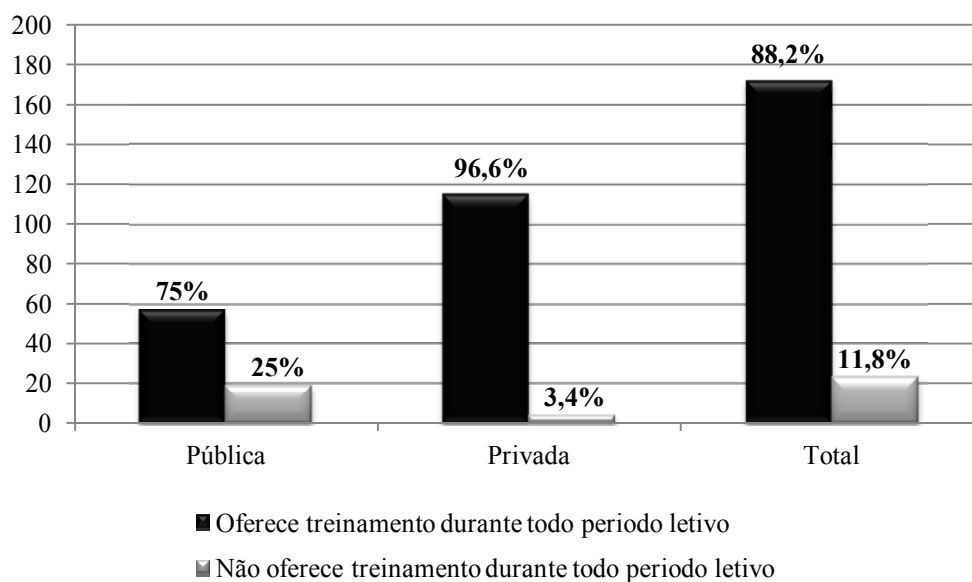


Figura 3 – Treinamento para preparação das equipes para os jogos.
 $p \leq 0,05$

É revelado, na Figura 4, que 94,9% dos treinadores declararam que realizaram o treinamento no período extracurricular. O treinamento ocorreu em média 3,1 ($\pm 1,39$) vezes na semana na rede pública e aproximadamente 2,8 ($\pm 1,22$) vezes na semana nas instituições privadas.

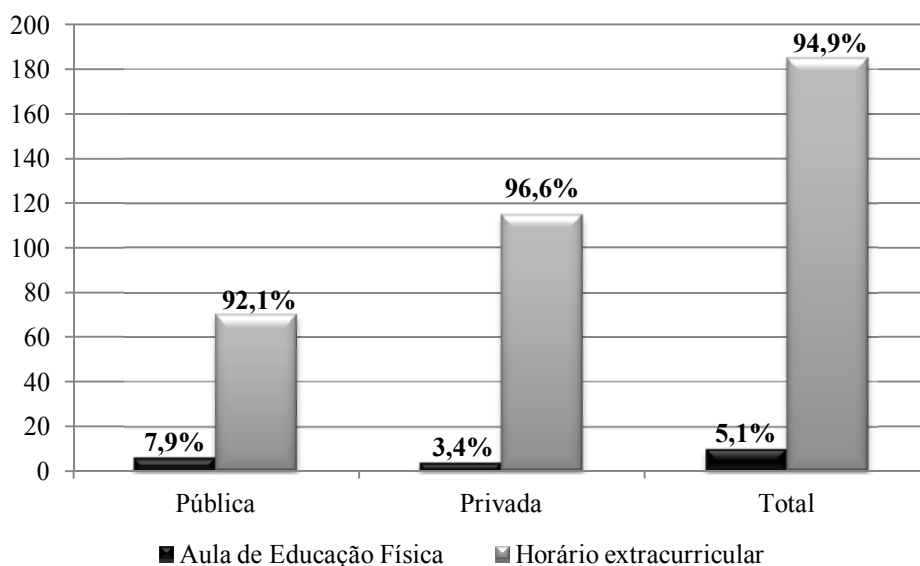


Figura 4 – Horário de treinamento das equipes escolares.

Na Tabela 6, observa-se que 97,5% dos treinadores da rede privada e 85,3% da rede pública declararam que as escolas possuíam quadra; entretanto, as frequências são

estatisticamente diferentes. De modo semelhante, foram encontradas diferenças significativas no que concerne às condições dessas quadras, 80% dos entrevistados das instituições privadas e 59,7% das públicas revelaram que estavam em condições adequadas para a prática da modalidade esportiva. Teve-se ainda que em 76,9% dos estabelecimentos de ensino públicos, essas quadras eram cobertas enquanto esse parâmetro foi de 73,3%, para as escolas privadas.

Tabela 6 - Estrutura física da escola para a prática da modalidade esportiva

	Pública		Privada		Total	
	N	%	N	%	N	%
Possui quadra*	64	85,3%	115	97,5%	179	92,7%
Não possui quadra*	11	14,7%	3	2,5%	14	7,3%
Quadra coberta	50	76,9%	84	73,7%	134	74,9%
Quadra não coberta	15	23,1%	30	26,3%	45	25,1%
Condições adequadas*	37	59,7%	88	80%	125	72,7%
Condições inadequadas*	25	40,3%	22	20%	47	27,3%

* $p \leq 0,05$

No que diz respeito ao material esportivo, o teste Qui-quadrado indicou que as diferenças apresentadas entre as instituições públicas e privadas foram estatisticamente significantes. Na Tabela 7, é apresentado que 68,5% dos treinadores das instituições públicas declararam que a escola possuía material esportivo. Dentre esses treinadores, 87,8% disseram que os materiais encontravam-se adequados e 72,9% relataram que havia quantidade suficiente para o treinamento das equipes escolares. Já na rede privada, 93,1% das instituições possuía material e, dessas, 99,1% dos treinadores revelaram que os materiais eram adequados para a prática da modalidade em questão, enquanto 92,7%, afirmaram que havia quantidade suficiente.

Tabela 7 - Quanto aos materiais esportivos disponíveis para as equipes escolares

	Pública		Privada		Total	
	N	%	N	%	N	%
Possui material	50	68,5%	108	93,1%	158	83,6%
Não possui material	23	31,5%	8	6,9%	31	16,4%
Materiais adequados	43	87,8%	107	99,1%	150	95,5%
Materiais inadequados	6	12,2%	1	0,9%	7	4,5%
Quantidade suficiente	35	72,9%	101	92,7%	136	86,6%
Quantidade insuficiente	13	27,1%	8	7,3%	21	13,4%

$p \leq 0,05$

Evidencia-se na Figura 5 que para as duas redes de ensino, os treinos das equipes escolares aconteceram predominantemente na própria escola. Porém, as instituições privadas concentraram os treinamentos na própria escola e também em clubes esportivos, 83,3% e 10,1%, respectivamente. Já os estabelecimentos de ensino público distribuíram o treinamento em vários locais; o mais utilizado foi a própria escola (56,8%), seguido por outros lugares²⁴ (14,9%), em clubes (12,2%) e em quadras da prefeitura (10,8%).

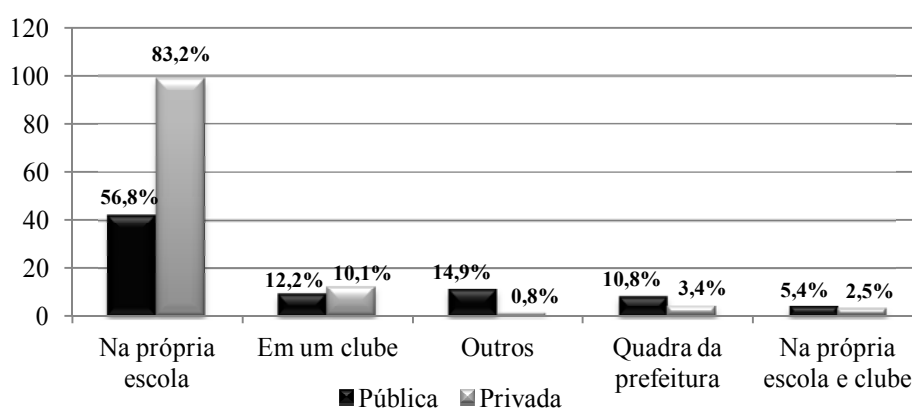


Figura 5 - Locais onde foram desenvolvidos os treinamentos das equipes escolares.
 $p \leq 0,05$

Quanto ao transporte, na Tabela 8, é indicado que 57,3% das instituições privadas financiaram o transporte para competições²⁵ quando essas ocorreram fora de suas cidades; nas escolas públicas esse percentual foi de 9,3%. O teste Qui-quadrado indicou que essas diferenças percentuais foram estatisticamente significantes.

Tabela 8 - Financiamento do transporte para disputar competições em outras cidades

		Pública	Privada	Total
Sim	N	7	67	74
	%	9,3%	57,3%	38,5%
Não	N	55	21	76
	%	73,3%	17,9%	39,6%
Às vezes	N	13	29	42
	%	17,3%	24,8%	21,9%
Total	N	75	117	192

$p \leq 0,05$

²⁴ Compreende ginásios poliesportivos, quadras alugadas e centros culturais.

²⁵ Nesse item foram consideradas todas as competições disputadas pelas escolas e não somente os Jogos pesquisados neste estudo.

Nas situações em que a escola não custeou o transporte para as competições em outras cidades, a prefeitura foi a principal financiadora das instituições públicas (54,1%), enquanto para a rede privada foram os pais dos alunos (46,1%) (Tabela 9).

Tabela 9 - Financiadores do transporte para a participação das equipes escolares em competições

		Pública	Privada	Total
Prefeitura	N	33	7	40
	%	54,1%	14,9%	37,0%
Estado	N	5	4	9
	%	8,2%	8,5%	8,3%
Pais dos alunos	N	10	22	32
	%	16,4%	46,8%	29,6%
Outros	N	2	2	4
	%	3,3%	4,3%	3,7%
Prefeitura e estado	N	2	5	7
	%	3,3%	10,6%	6,5%
Prefeitura e pais dos alunos	N	2	2	4
	%	3,3%	4,3%	3,7%
Prefeitura e outros	N	1	0	1
	%	1,6%	-	,9%
Estado e pais dos alunos	N	3	3	6
	%	4,9%	6,4%	5,6%
Prefeitura, estado e outros	N	1	2	3
	%	1,6%	4,3%	2,8%
Clube	N	1	0	1
	%	1,6%	-	0,9%
Patrocínio	N	1	0	1
	%	1,6%	-	0,9%
Total	N	61	47	108

$p \leq 0,05$

Já em relação à alimentação, 61,3% das instituições públicas e 36,1% das escolas privadas não arcaram com esse custo quando as equipes disputaram competições fora da cidade (Tabela 10). Essas diferenças foram estatisticamente diferentes, o que indicou que mais escolas privadas financiaram esse item.

Tabela 10 - Financiamento da alimentação dos atletas

		Pública	Privada	Total
Sim	N	11	43	54
	%	14,7%	36,1%	27,8%
Não	N	46	43	89
	%	61,3%	36,1%	45,9%
Às vezes	N	18	33	51
	%	24,0%	27,7%	26,3%

Total	N	75	119	194
--------------	---	----	-----	-----

$p \leq 0,05$

Nas instituições públicas a prefeitura foi a principal responsável pelo financiamento da alimentação, em 45% das escolas. Já as escolas privadas foram financiadas principalmente pelos pais dos alunos (67,2%); essas diferenças foram estatisticamente significantes (Tabela 11).

Tabela 11 - Financiadores da alimentação para a participação das equipes escolares em competições

		Pública	Privada	Total
Prefeitura	N	27	9	36
	%	45,0%	14,1%	29,0%
Estado	N	10	5	15
	%	16,7%	7,8%	12,1%
Pais dos alunos	N	11	43	54
	%	18,3%	67,2%	43,5%
Outros	N	3	1	4
	%	5,0%	1,6%	3,2%
Prefeitura e estado	N	3	0	3
	%	5,0%	-	2,4%
Prefeitura e pais dos alunos	N	1	2	3
	%	1,7%	3,1%	2,4%
Prefeitura e outros	N	1	0	1
	%	1,7%	-	0,8%
Estado e pais dos alunos	N	2	1	3
	%	3,3%	1,6%	2,4%
Prefeitura, estado e outros	N	1	2	3
	%	1,7%	3,1%	2,4%
Patrocínio	N	1	1	2
	%	1,7%	1,6%	1,6%
Total	N	60	64	124

$p \leq 0,05$

No que tange à frequência anual de competições das equipes, observou-se que tanto para a rede pública quanto para a privada, foi predominante a participação em competições três vezes ao ano. Porém, quando se somou as demais categorias, quatro vezes, cinco vezes e seis vezes ou mais, houve maior participação das instituições privadas (Tabela 12).

Tabela 12 - Frequência anual de competição das equipes escolares

		Pública	Privada	Total
Uma vez	N	13	3	16
	%	17,8%	2,5%	8,4%

Duas vezes	N	14	20	34
	%	19,2%	16,9%	17,8%
Três vezes	N	18	35	53
	%	24,7%	29,7%	27,7%
Quatro vezes	N	9	27	36
	%	12,3%	22,9%	18,8%
Cinco vezes	N	3	9	12
	%	4,1%	7,6%	6,3%
Seis vezes ou mais	N	16	24	40
	%	21,9%	20,3%	20,9%
Total	N	73	118	191

$p \leq 0,05$

Na Figura 6, revela-se que 15,1% das instituições públicas possuíam programa de captação de alunos atletas. A rede privada apresentou 57,1% nessa condição. Essas diferenças foram estatisticamente significativas, de acordo com o teste Qui-quadrado.

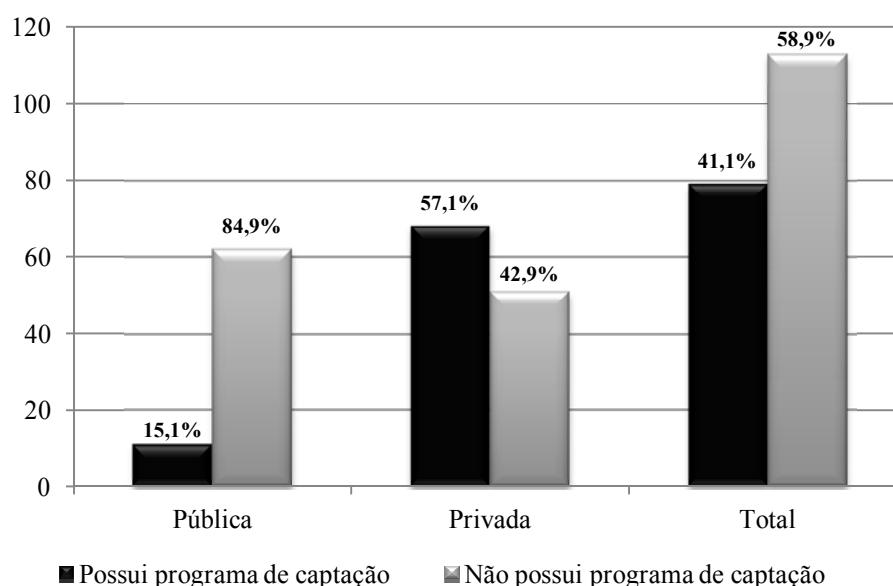


Figura 6 - Número de instituições que possuem programa de captação de alunos atletas
 $p \leq 0,05$

Nas instituições públicas, foram predominantes os programas de captação do governo (87,5%). O questionário da pesquisa não atentou em especificar o programa realizado pelo governo; entretanto, observou-se, nas anotações realizadas no caderno de campo contendo relatos de alguns professores, que os programas utilizados foram em sua maioria o “bolsa atleta”, e uma escola que destinava vagas para alunos que se destacavam nos Jogos da cidade. Outra escola possuía uma parceria com a prefeitura da cidade que oferecia plano de saúde para os alunos atletas. Já as instituições privadas

ofereceram bolsas de estudos integrais e desconto na mensalidade, 22% e 30,5%, respectivamente, como mecanismo principal de captação de alunos atletas (Tabela 13).

Tabela 13 - Programa de captação adotado pelas escolas

		Pública	Privada	Total
Programa do governo	N	7	2	9
	%	87,5%	3,4%	13,4%
Bolsa de estudo integral	N	0	13	13
	%	-	22,0%	19,4%
Desconto na mensalidade	N	0	18	18
	%	-	30,5%	26,9%
Bolsa de estudo integral e desconto na mensalidade	N	0	23	23
	%	-	39,0%	34,3%
Convite	N	1	0	1
	%	12,5%	-	1,5%
Programa do governo, bolsa de estudo e desconto na mensalidade	N	0	3	3
	%	-	5,1%	4,5%
Total	N	8	59	67

$p \leq 0,05$

Na Tabela 14, é indicado que 62,2% das escolas públicas possuíam alunos que são atletas em outras equipes competitivas, enquanto nas instituições privadas esse valor atingiu 69,9%.

Tabela 14 - Número de alunos atletas por escola

		Pública	Privada	Total
Sim	N	46	79	125
	%	62,2%	69,9%	66,8%
Não	N	28	32	60
	%	37,8%	28,3%	32,1%
Não sabe informar	N	0	2	2
	%	-	1,8%	1,1%
Total	N	74	113	187

Apresenta-se, na Tabela 15, a natureza da equipe competitiva dos alunos que foram atletas em outras equipes. Notou-se que foi predominante tanto na rede pública quanto na rede privada a participação de atletas de clube, 45,7% e 68,8%, respectivamente. Percebeu-se que o teste Qui-quadrado apontou que esses valores foram estatisticamente significantes, o que sugeriu que nas escolas privadas a maior incidência de atletas de clubes em comparação à rede pública foi relevante.

Tabela 15 - Natureza das outras equipes que os alunos atletas participavam

		Pública	Privada	Total
Clube	N	21	55	76
	%	45,7%	68,8%	60,3%
Projeto social	N	9	6	15
	%	19,6%	7,5%	11,9%
Projeto do governo	N	3	0	3
	%	6,5%	-	2,4%
Escolinha	N	6	9	15
	%	13,0%	11,3%	11,9%
Projeto do governo e escolinha	N	0	1	1
	%	-	1,3%	0,8%
Clube e escolinha	N	1	4	5
	%	2,2%	5,0%	4,0%
Clube e projeto social	N	0	3	3
	%	-	3,8%	2,4%
Clube e projeto do governo	N	1	0	1
	%	2,2%	-	0,8%
Clube, projeto social e projeto do governo	N	3	0	3
	%	6,5%	-	2,4%
Projeto social, projeto do governo e escolinha	N	2	0	2
	%	4,3%	-	1,6%
Clube, projeto social e escolinha	N	0	2	2
	%	-	2,5%	1,6%
Total	N	46	80	126

$p \leq 0,05$

Ainda em relação à análise sobre os alunos que são atletas em outras equipes competitivas, observou-se que as instituições públicas tiveram em média 8,09 ($\pm 4,54$) alunos atletas em suas equipes, enquanto nas escolas privadas a média foi de 6,07 ($\pm 3,97$). O teste Qui-quadrado indicou que essas diferenças nas médias foram estatisticamente significativas. Esses atletas disputaram predominantemente competições em níveis estadual e nacional, em que 64,4% e 24,4%, respectivamente, são de escolas públicas e 40% e 32,5%, respectivamente, de instituições privadas, de acordo com a tabela 16.

Tabela 16 - Nível de competição dos alunos atletas

		Pública	Privada	Total
Municipal	N	4	14	18
	%	8,9%	17,5%	14,4%
Estadual	N	29	32	61
	%	64,4%	40,0%	48,8%
Nacional	N	11	26	37
	%	24,4%	32,5%	29,6%

Internacional	N	1	8	9
	%	2,2%	10,0%	7,2%
Total	N	45	80	125

$p \leq 0,05$

DISCUSSÃO

Objetivaram-se com este estudo comparar as instituições públicas e privadas no que diz respeito às condições de suas equipes esportivas participantes dos Jogos Escolares e identificar as possíveis diferenças existentes. Os resultados evidenciaram que existiram disparidades em alguns parâmetros investigados, que diferem as condições de treinamento das equipes participantes dos Jogos, de acordo com o tipo de rede de ensino avaliada.

No que se refere às características dos treinadores, o primeiro item que apresentou diferença entre as instituições foi o grau de escolaridade. Os resultados indicaram que os técnicos da rede privada apresentaram-se mais qualificados, uma vez que, além do percentual daqueles que possuíam especialização ter sido mais elevado (63%), em relação à rede pública (44%), o número de treinadores sem formação acadêmica nas instituições públicas foi maior (27,9%), em comparação com as escolas privadas (5,8%) (Tabela 2, página 106). Outro item que reforçou a análise foi o percentual de participação em cursos por ano. Apesar de os treinadores do ensino público terem se concentrado nas frequências mais altas de participação anual de cursos (três e quatro vezes ou mais no ano), nas instituições privadas mais treinadores participaram de cursos relacionados ao esporte ao menos uma vez ao ano, em relação à rede pública (90,6% e 78,7%, respectivamente – Tabela 3, página 107).

Nas duas redes de ensino, os treinadores declararam ter sido atletas; entretanto, observou-se que os da instituição privada possuíam mais participação nos níveis elevados de competição como o nacional e internacional (Tabelas 4 e 5, página 108). Partindo do pressuposto que a experiência enquanto atleta pode se constituir como transferência positiva para a função de treinador, uma vez que propicia mais possibilidade de conhecimento da modalidade esportiva, a rede privada destacou-se, pois seus treinadores podem ter vivenciado o processo de treinamento e competição mais especializado. Tal fato implicou em atentar para mais particularidades da modalidade, pois esses entrevistados podem ter maior sensibilidade para entender o sentimento dos atletas, em razão de, provavelmente, terem vivido situações semelhantes.

Em conjunto, os dados oriundos das características dos treinadores evidenciaram superioridade na qualificação profissional e experiência esportiva da rede privada em comparação com a pública, por causa do investimento em cursos específicos relacionados ao esporte, da formação em Educação Física e do título de especialização, associado à maior participação dos treinadores enquanto atletas em competições em âmbitos nacional e internacional, o que pode agregar valor a esse profissional, propiciando maior bagagem de conhecimentos acerca da modalidade esportiva em que atua.

Em relação às condições de treinamento, incorporaram-se aspectos como a preparação das equipes para as competições; a estrutura física e material disponível; a experiência esportiva dos alunos atletas e o índice de participação das duas redes de ensino na competição em geral e em cada nível (municipal, estadual e nacional).

O treinamento das equipes foi oferecido predominantemente no período extracurricular, com frequência média de três vezes por semana nas duas redes de ensino (Figura 4, página 110). Porém, a oferta de treinamento durante todo o período letivo foi superior nas escolas privadas, em que os treinamentos iniciaram-se juntamente com o começo das aulas, o que implicou que as equipes dessa instituição puderam se preparar para os Jogos por período maior e possivelmente constituiu-se como vantagem, pois puderam dedicar mais tempo para o treinamento (Figura 3, página 110). Os resultados encontrados parecem convergir com o estudo de Melo (2009), o qual determinou os motivos da predominância da rede privada nos melhores resultados dos Jogos Escolares do Rio Grande do Norte (JERNs), em quase 30 anos. A fim de atingir tal análise, foram selecionadas duas escolas, uma particular e uma pública, da cidade de Natal, RN, que disputaram os Jogos. Por meio de entrevista com os treinadores, a autora constatou que a instituição privada se preparava para os JERNs com quase um ano de antecedência, planejando os objetivos a serem alcançados. Em contrapartida, na rede pública esse planejamento antecipado ocorria em poucas vezes ou nem havia, o que levava os treinamentos se intensificarem nos meses anteriores à competição.

Resultados semelhantes foram encontrados por Neuenfeldt et al. (2007), os quais, por meio de estudo de casos, investigaram duas escolas da cidade de Lajeado, RS, que disputaram os Jogos Escolares do Ensino Médio (JOGUEM). Os resultados apresentaram que a o ensino público não possuía equipe regular e a preparação para os Jogos ocorria às vésperas da competição. Já a rede privada promovia o treinamento de várias modalidades e existia um professor/treinador responsável pelas atividades das equipes, que incluíam, além do treinamento, a participação em competições. Já Junior

(2010) investigou sobre as condições de participação das escolas nos Jogos Colegiais do Paraná (JOCOP). Com aplicação de questionários a 81 treinadores na fase regional dos JOCOP-2009, esse autor revelou que 99% das instituições que não ofereceram treinamento no contraturno foram da rede pública e ainda que 98% da rede privada utilizaram treinamentos no período extracurricular. Esses estudos associados aos desta pesquisa evidenciam que a rede privada destacou-se na preparação para os Jogos em detrimento da pública, uma vez que o oferecimento de treinamento ao longo do período letivo foi mais representativo.

No que tange à estrutura física, salienta-se que o número de equipes que possuía quadra pode ter sido superestimado, pois foi considerado apenas o número de equipes na competição e não o número de escolas (Tabela 6, página 111). Isto implica que a mesma instituição pode ter sido representada em mais de uma modalidade e com isso elevado esse indicativo. Tendo isso em vista, os dados do Censo Escolar 2012 (INEP, 2013)²⁶ revelaram que 74,5% das escolas brasileiras que ofereciam o ensino médio da rede pública possuíam quadra; esse porcentual foi de 79,1% para a rede privada, contrariando o apontado por Júnior (2010), quando esse autor revelou que, nas instituições pesquisadas dos Jogos Colegiais do Paraná, 90% das escolas públicas não possuíam quadras, enquanto esse porcentual foi de 10%, para as instituições privadas. No município de Viçosa, MG, o ensino médio é oferecido em seis instituições públicas e em sete da rede privada, observando-se que somente um estabelecimento da rede pública possui quadra esportiva coberta.

Os achados deste estudo convergem com dados apresentados por Júnior (2010), pois houve superioridade no valor porcentual pelas instituições privadas (97,5%) em relação à rede pública (85,3%), nos Jogos investigados. Acredita-se que esse fator pode configurar-se como vantagem para as escolas que possuíam as quadras, uma vez que a possibilidade de promover a preparação da equipe na própria instituição incide na maior disponibilidade de espaço para desenvolver os treinamentos, evitando a dependência de parcerias com outros locais que possuem estrutura esportiva adequada.

Esse argumento corrobora com os valores encontrados na variável local de treinamento das equipes escolares. O treinamento na própria escola ocorreu de forma mais representativa na escola privada (83,2%), quando comparada com o ensino pública (56,8%) (Figura 5, página 112). Tal característica ainda pode ter contribuído para o

²⁶ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf.

maior porcentual de escolas privadas que ofereceram o treinamento durante todo o período escolar, quando comparado com o da rede pública, em razão de a equipe possuir espaço acessível para desenvolver as atividades dela.

De maneira semelhante, a disponibilidade de materiais esportivos também pode ter favorecido a rede privada. Foi apresentado que nos três itens relativos aos materiais, que diz respeito à posse, quantidade e adequação, as instituições privadas apresentaram porcentuais superiores de 93,1%; 99,1%; e 92,7%, respectivamente, em comparação à rede pública que foi de 68,5%; 87,8%; e 71,9%, respectivamente (Tabela 7, página 111). O fato de possuírem material esportivo adequado e em quantidades suficientes ampliam as possibilidades de treinamento, uma vez que o treinador pode explorar as opções no desenvolvimento das atividades, o que facilita o planejamento e as ações necessárias para que os alunos atletas se preparem de maneira satisfatória.

O estudo de Melo (2009) apoiou os resultados, já que foi revelado que a estrutura da escola privada foi superior à pública, enfatizando que a estrutura física e material do ensino público encontravam-se precárias. Tanto a estrutura física quanto a questão do material esportivo revelaram a falta de investimentos no esporte escolar das redes públicas. Luguetti et al. (2011) analisaram as condições das Práticas Esportivas Escolares (PEEs) em 61 escolas do ensino fundamental de Santos, SP, identificando que essas Práticas atendiam poucas crianças. Os autores defenderam que a democratização dessa prática pode ser viabilizada pela “organização e execução de projetos entre as diversas secretarias (Educação, Esportes, Turismo, Cultura etc.)” (p. 244) para garantir os recursos para equipamentos, remuneração de profissionais e espaços adequados. Com isso, é importante destacar que, para promover os Jogos, torna-se necessário disponibilizar recursos físicos, materiais e humanos a todas as escolas, para que essas instituições possam se preparar de maneira adequada.

No que concerne à frequência anual de competição das equipes, observou-se que apesar de maior frequência de respostas de ambas às redes de ensino ter ocorrido na opção três vezes ao ano, as instituições privadas apresentaram maiores porcentuais nas categorias: quatro vezes, cinco vezes e seis vezes ou mais ao ano. Essa maior frequência pôde indicar a melhor preparação dessas equipes, em decorrência da estrutura dos Jogos Escolares, já que teve-se a valorização da vitória, dado pelo processo classificatório, em que para se disputar o evento nacional (Olimpíadas Escolares) foi necessário vencer os Jogos municipais e estaduais (Tabela 12, página 114). A ênfase na vitória pressupõe a necessidade de otimização dos aspectos táticos, técnicos e físicos e, com isso, a participação em competições possibilita que esses atributos sejam aplicados em situação

real de jogo, incidindo na melhor preparação das equipes. Essa busca pelo melhor desempenho, bem como a reprodução da estrutura e organização das competições oficiais nos Jogos Escolares, sugere que essa competição pode ter reproduzido elementos do esporte de rendimento (FERREIRA, 2000).

Uma possível justificativa para a maior incidência de participação em competições pela rede privada pode ter sido relacionada ao investimento no custeio de transporte e alimentação para que as equipes dessas instituições disputassem competições em outras cidades. Nesse item, as escolas privadas apresentaram percentuais mais elevados (57,3% e 36,1%, respectivamente), quando comparados os das públicas (9,3% e 14,7%, respectivamente) (Tabelas 8 e 10, páginas 112 e 113).

Como visto, a instituição privada possuiu mais recursos para viabilizar a participação em competições ao longo do ano e com isso permitiu que suas equipes se preparassem melhor para os Jogos. Mesmo quando a escola privada não se responsabilizou por esses custos, essa parece ter tido vantagem em comparação à rede pública, pois os pais dos alunos da rede privada assumiram esse papel, ao contrário das escolas públicas que dependeram principalmente da prefeitura de suas cidades (Tabelas 9 e 11, páginas 113 e 114).

A análise da experiência esportiva dos alunos que compuseram essas equipes também evidenciou as disparidades entre as redes de ensino. Tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, as equipes possuíram alunos que foram atletas em outras equipes competitivas, porém a origem dessas equipes foi diferente. Nas instituições privadas, foi predominante a participação de atletas de clubes esportivos (68%), enquanto, nas escolas públicas, os alunos atletas participaram de equipes de clubes (45,7%) e de projetos sociais (19,6%) (Tabelas 14 e 15, páginas 116 e 117). Os dados aproximam das investigações do estudo de Júnior (2010), em que do total de equipes que tiveram atletas que treinaram em clubes esportivos, 90% dessas foram oriundas de estabelecimentos de ensino privado e 10%, do público.

Como já mencionado anteriormente, os resultados revelaram que os Jogos Escolares reproduziram alguns aspectos das competições do esporte de rendimento. Com isso, os clubes têm importante participação em razão de serem “o berço da prática esportiva” (COSTA e DINIZ, 2005), sendo as instituições que representam o esporte sistematizado em grande parte desse tipo de competição. Portanto, possuir alunos atletas ligados a esses de maneira preponderante, provavelmente constituiu-se como benefício para a rede privada.

Os resultados desta pesquisa indicaram que a rede pública possuiu maior média de alunos atletas em suas equipes (média de 8 alunos atletas em suas equipes e de 6 alunos atletas, respectivamente – página 117). Todavia, observou-se que o nível de competição pode se constituir como um elemento determinante em relação ao número de atletas, pois os alunos atletas das instituições públicas disputaram predominantemente competições estaduais (64%), enquanto os da rede privada concentraram-se entre os níveis estadual (40%), nacional (32,5%) e internacional (10%) (Tabela 16, página 117). Nesses níveis mais elevados (nacional e internacional), em geral, ocorrem a participação de atletas que são mais preparados nos aspectos técnicos, táticos, físicos e psicológicos. Logo, se as equipes possuem mais atletas com essas qualificações, isso se torna um diferencial na busca por melhores resultados.

A captação desses alunos, os quais foram atletas de outras equipes competitivas, foi maior na rede privada (57,1%) e pode ser explicada por causa de esse tipo de instituição ter a possibilidade de oferecer benefícios como as bolsas de estudo integral e os descontos na mensalidade. O percentual das escolas públicas que possuíam programas de captação de alunos atletas foi de 87,5%, advindos de programas do governo (Figura 6, página 115 e Tabela 13, página 116).

Os resultados apresentados justificam a maior participação das instituições privadas nos Jogos Escolares de maneira geral, em razão de os diversos parâmetros terem indicado que essas possuem melhores condições de preparação. Observou-se que 61% da amostra total eram de escolas privadas e 39%, da rede pública. Esse parâmetro para as Olimpíadas Escolares nas modalidades pesquisadas apresentaram 61,9% de equipes representantes de instituições privadas e 38,1% de públicas (Figura 2, página 109). Notou-se que os valores demonstraram-se divergentes aos dados apresentados pela organização dos jogos, considerando-se todas as modalidades (atletismo, basquetebol, *badminton*, ciclismo, futsal, handebol, ginástica rítmica, judô, natação, tênis de mesa, voleibol e xadrez). De acordo com o *site* das Olimpíadas Escolares²⁷ de 2011, o Módulo II contou com a participação de 710 escolas públicas (62,8%) e 419 privadas (37,2%). Contudo, das 96 equipes que disputaram a Divisão Especial dos esportes coletivos pesquisados (basquetebol, futsal, handebol e voleibol), nessa edição, 68,7% foram provenientes de escolas privadas (66 instituições) e 31,2%, de públicas (30 instituições), o que indica que a amostra do estudo refletiu a população pesquisada.

²⁷ Disponível em: <http://Jogos Escolares.cob.org.br/o-evento>.

O Censo Escolar 2012 (INEP, 2013)²⁸ revelou que no Brasil 71,9% das instituições que oferecem o ensino médio eram da rede pública e 28%, da rede privada. Esses indicativos reforçam a afirmação de que as escolas privadas possuem melhores condições de treinamento ou de seleção das suas equipes. Apesar de no País o número de instituições públicas que têm ensino médio ser predominante, a última etapa dos Jogos evidenciou que as equipes mais qualificadas naquele momento eram das instituições privadas (61,9%).

Em Minas Gerais, o Censo Escolar 2012 (INEP, 2013) divulgou que a rede pública (federal, estadual e municipal) possuía 67,3% dos estabelecimentos de ensino e a rede privada, 23,7%. Os resultados desse estudo revelaram que os JEMGs apresentaram 56,6% de participação das escolas públicas e 43,3% da rede privada. Apesar de nos JEMGs ter predominado a participação de escolas públicas, pode-se notar que o percentual de equipes de instituições privadas ainda foi significativo, considerando-se a superioridade do número total de instituições públicas no Estado.

Em nível municipal, os JEBHs e os Jogos Internos de Juiz de Fora também possuíram maior participação de instituições privadas, 84,2% e 75,9%, respectivamente, enquanto a Seletiva de Viçosa, MG, foi da rede pública, com 56,3% (Figura 2, página 109). De acordo com os dados do Censo Escolar 2012 (INEP, 2013), esses municípios também apresentaram predominância de instituições públicas em detrimento das redes privadas que oferecem o ensino médio, como Belo Horizonte apresentou 53,3% de estabelecimentos públicos e 46,6%, privados; Juiz de Fora, 61% de instituições públicas e 38,9%, privadas; e Viçosa, 53,8% de escolas públicas e 46,1%, privadas. Portanto, acredita-se que uma possível explicação para o investimento em equipes escolares pela rede privada pode ser em razão do *marketing* esportivo.

O *marketing* vinculado a equipes escolares pode ser elucidado por algumas motivações. Lettnin (2005) avaliou o funcionamento, a razão e o significado da implementação de Práticas Esportivas Extracurriculares em escolas particulares da cidade de Pelotas, RS. Um dos significados encontrado pela autora para o oferecimento dessa prática esportiva foi o *marketing*. Portanto, o motivo do investimento nesse setor seria a promoção do nome da instituição de ensino, em que o aluno é considerado um cliente potencial. Melo (2005) afirmou que a rede particular busca nas competições escolares o prestígio, em que a lógica da competição alia-se a lógica empresarial; dessa forma, essas instituições passam a planejar o esporte, contratam treinadores e oferecem bolsas de estudos, visando os melhores resultados nos Jogos.

²⁸ Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>.

A partir desses investimentos, a escola possui melhores condições e maiores chances de conquistar os títulos esportivos. Essas conquistas podem ser vinculadas à instituição como responsável pela formação de “alunos campeões” e essa reputação pode atrair os pais, já que ser bem-sucedido é uma virtude apreciada pela sociedade, bem como os outros valores da sociedade capitalista incorporados ao esporte, como a competição, a seleção, a comparação, a *performance* e a vitória (VAGO, 1996). As conquistas esportivas ainda podem gerar nos alunos um laço com a instituição, uma vez que tanto os alunos que integram as equipes quanto aqueles que participam dos Jogos como espectadores e torcedores criam um sentimento de orgulho por pertencer ao estabelecimento de ensino em que estão matriculados. Isso confere glória à escola e ainda promove a visibilidade da instituição na região em que está inserida.

Portanto, em cidades como Belo Horizonte e Juiz de Fora, esses podem ser os motivos que culminaram na maior participação das instituições privadas nos Jogos. Já no município de Viçosa, a determinação das equipes representantes nos JEMGs não foi realizada explorando esse caráter dos Jogos, uma vez que não houve uma competição em que as campeãs participariam dos JEMGs. As instituições que tiveram o interesse em representar o município se inscreveram, e somente no futsal e no handebol tiveram mais de uma escola inscrita. Para determinar o representante municipal nos JEMGs, nesses casos, ocorreu um jogo no formato de eliminatória simples. O fato de não ter acontecido ampla competição, com repercussão social, pode ter sido o fator que determinou o desinteresse das instituições de ensino privadas viçosense em participar da competição naquele ano.

Um estudo que reforçou tal argumento foi realizado por Silveira et al. (2005). Os autores tiveram o intuito de relatar um torneio realizado em Belo Horizonte, que visou à superação do modelo tradicional de competição esportiva escolar. No Torneio Escolar de Esporte, realizado em 2003 e 2004, as regras e a estrutura de competição foram modificadas a fim de atender os princípios da educação inclusiva, criativa, crítica e não seletiva. Nessa competição, houve a participação de instituições públicas e privadas. As modificações das regras e do formato desse torneio fizeram com que a vitória e o rendimento esportivo não fossem o objetivo principal, mas sim a participação de todos os alunos inscritos. Os autores relataram que algumas instituições não valorizaram o torneio e priorizaram a participação em competições promovidas por outras instituições, que não as educacionais, como as federações, já que conferiam *status* às suas escolas e destaque na mídia por causa dos troféus e resultados alcançados.

A melhor condição de treinamento das escolas privadas pode ser reforçada pela análise do resultado final dos Jogos. Nas Olimpíadas Escolares de 2011, as instituições privadas foram as campeãs nas modalidades basquetebol feminino e masculino, handebol feminino e masculino e no voleibol masculino; as redes públicas, no futsal masculino e feminino e no voleibol feminino. Nos JEMGs, somente a equipe de handebol feminino representante do Estado na etapa nacional foi oriunda da rede pública. Nos JEBHs, todas as escolas representantes da capital na fase estadual dos JEMGs foram de instituições privadas. Já as campeãs dos Jogos Internos de Juiz de Fora, que jogaram a última etapa dos JEMGs, nas modalidades futsal e handebol feminino, foram de instituições públicas; as demais, da rede privada. Na cidade de Viçosa, duas escolas públicas participaram da etapa microrregional dos JEMGs nas modalidades futsal e voleibol feminino. As outras modalidades foram representadas pela rede privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Jogos Escolares são uma manifestação que envolve representantes educacionais de todo os estados brasileiros. Entender como essa competição se configura, bem como as características e implicações dessa, torna-se fundamental, uma vez que possibilita avaliar e analisar se os Jogos cumprem os objetivos propostos, dentro do programa de governo, como seu papel na complementação da formação global do aluno.

Esta investigação revelou que nos Jogos pesquisados alguns parâmetros apresentaram diferenças entre as escolas públicas e as instituições privadas, nas características que permeiam as condições de treinamento. Tanto os recursos humanos, no que diz respeito à capacitação profissional, quanto os recursos materiais e físicos apontaram superioridade da rede privada. Esse argumento ainda pode ser reforçado pelo resultado final dos Jogos, em que as instituições privadas destacaram-se nas primeiras colocações.

Acredita-se que uma das causas para o investimento da rede privada no processo de treinamento e nas competições envolvendo escolares pode ser justificada a partir da ótica do *marketing*, em que se torna elemento funcional para as escolas privadas, o que não faz sentido para a rede pública, pois não é uma política de diretriz da educação pública. É mais econômico e menos dispendioso ao poder público delegar, ainda que de forma tácita, a responsabilidade de fomento do esporte de base às instituições privadas.

Nesse sentido, o esporte vem ocorrendo de forma “natural” e governo assume apenas o papel de promover as competições. Levar o esporte à escola implica em melhoria das condições de prática: infraestrutura das aparelhagens esportivas, melhores recursos materiais e qualificação e remuneração profissional, entre outros.

Acredita-se que além de esse estudo ter contribuído para o levantamento das condições de treinamento de instituições públicas e particulares, a principal relevância dos resultados foi refletir sobre as seguintes questões:

- Esses são o esporte e a configuração de competição adequados para a escola?
- Por que os Jogos são promovidos sem o investimento necessário nas instituições e nas variáveis do treinamento, principalmente na rede pública, para que as equipes possam disputá-los com o princípio da igualdade?
- Se um dos objetivos listados no regulamento é o de revelar talentos, como os treinadores/professores responsáveis o farão se algumas escolas não possuem estrutura adequada para desenvolvê-los?
- Como atender o princípio do direito dos alunos em participar dos Jogos, se essas atividades são elitizadas e não proporcionam a condição de que todos possam vivenciá-las?

Esses argumentos demonstram a necessidade de investimentos na rede pública para que, além da prática esportiva dessas equipes representantes das instituições, o profissional de Educação Física possa ter condições adequadas para a sua atuação profissional.

Este estudo não teve o intuito de responder esses questionamentos gerados, mas sim o de mapear a realidade dos Jogos. Entende-se que a observação dos itens investigados permitiria maior compreensão desses resultados e ao se observar a realidade enriqueceriam essas análises, bem como o estudo de Jogos em municípios de outros estados brasileiros.

As limitações do estudo foram de não ter se questionado acerca da remuneração dos treinadores das equipes, principalmente os da rede privada, assim como não ter se aprofundado sobre os programas de captação de alunos atletas.

Portanto, acredita-se que os resultados e os questionamentos gerados a partir da pesquisa indicam a necessidade de mais estudos acerca dos Jogos Escolares, para que essas atividades possam ser mais bem compreendidas e que motive um debate sobre a competição escolar, em que os envolvidos possam refletir se a atual configuração de esporte e competição esportiva atende às reais necessidades da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A., F. MARTINS, SARMENTO, P. Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução Histórica. **Motricidade**, v.8, n. S2, p. 916-924, 2012.

ASSIS de OLIVEIRA, S. **Reinventado o esporte: possibilidades da prática pedagógica**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Unijuí, 2011.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. D. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v.24, n. 3, p. 87-101, 2003.

BRACHT, V. **Aprendizagem social e Educação Física**. Porto Alegre: Magister, 1992.

COSTA, F. J. da; DINIZ, S. H. S.. O marketing esportivo nas organizações escolares: uma análise nas escolas católicas de Fortaleza. In: – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, **Anais do EGEPE**. Curitiba, 2005, p. 847-858. Disponível em: [http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/curitiba/\[72\].pdf](http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/curitiba/[72].pdf). Acessado dia 08 de maio de 2013.

FERREIRA, M. S. A Competição na Educação Física Escolar. **Motriz**, v.6, n. 2, p. 97-100, 2000.

JUNIOR, H. S. Os Jogos Colegiais do Paraná e a relação quantidade/qualidade na escola pública. Curitiba: SEED/PR. 2010.

LENTTNIN, C.C. **Esporte escolar: razão e finalidades**. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

LINHALES, M. A. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009.

LUGUETTI, C. N., F. D. C. BASTOS; BÖHME, M. T. S. Gestão de práticas esportivas escolares no ensino fundamental no município de Santos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, v.25, n. 2, p. 237-249, 2011.

MELO, P. B. **JERN's**: A educação e o esporte nas escolas públicas e particulares da cidade do Natal/RN. 2009. (Monografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

NEUENFELDT, D. J.; CANFÍELD, M. S. Repensando o esporte na educação física escolar a partir de Cagigal. **Movimento**, v.7, n. 14, p. 28-36, 2001.

NEUENFELDT, D. J., DUARTE, A. J. P., KEMPFER, P. Os critérios de seleção adotados pelas escolas em relação aos alunos que participam nos Jogos Escolares do ensino médio (JOGUEM) da UNIVATES/ Lajeado/RS. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, Año 12, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd112/criterios-de-selecao-nos-Jogos-escolares-do-ensino-medio.htm>. Data de acesso: 30/10/2012.

Regulamento Geral das Olimpíadas Escolares 2011. Disponível em: <http://www.timebrasil.com.br/eventos/docs/Reg%202011%201517%20anos%20FINAL.pdf>. Acessado em 23 de março de 2011.

Regulamento Geral Minas Olímpica - Jogos Escolares de Minas Gerais 2011. Disponível em: <http://www.jemg.mg.gov.br/imgdb/documentos/regulamento%20geral%20jemg%202011-20110209-115019.pdf>. Acessado em 23 de março de 2010.

Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Belo Horizonte, 2011.

Regulamento Geral dos Jogos Internos de Juiz de Fora, 2011.

Regulamento da Seletiva de Viçosa, 2011.

REVERDITO, SCAGLIA, R. S., A. J., SILVA, S. A. D. d., GOMES, T. M. R., PESUTO, C. de L., BACCARELLI W. Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. **Pensar a Prática**, v.11, n. 1, p. 37-45, 2008.

RODRIGUES, H. de A.; DARIDO, S. C. A Técnica Esportiva em Aulas de Educação Física: um olhar sobre as tendências sócio-culturais. **Movimento**, v.14, n. 2, p. 137-154, 2008.

SILVEIRA, G. C. F. da; PINTO, J. F.; SIMÕES, L. O esporte escolar em nossas mãos. In: XIV Congresso Brasileiro de Ciências do esporte; I Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2005, Porto Alegre. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/br/anais/conbrace2005.pdf>. Acesso: 08 de maio de 2013.

SOUZA, M. d. S.; BACCIN, E. V. C. A técnica no ensino dos esportes: relações entre o campo de conhecimento das ciências sociais e das ciências naturais. **Movimento**, v.15, n. 3, p. 127-143, 2009.

SOUZA JÚNIOR, M. A Educação Física no currículo escolar e o esporte: (im)possibilidade de remediar o frequente fracasso esportivo brasileiro. **Pensar a Prática**, v.4, n. p. 19-30, 2001.

TUBINO, M. J. G. **Estudos Brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

THOMPSON, I. F., AMARAL, W. J. et al. **Jogos Estudantis Brasileiros - JEBS**. In: **DACOSTA, Lamartine (org.). Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFED, 2006.

VAGO, T. M. O "esporte na escola" e o "esporte da escola": da negação radical para uma relação de tensão permanente - Um diálogo com Valter Bracht. **Movimento**, v.3, n. 5, p. 5-17, 1996.

CONCLUSÕES GERAIS

Com a elaboração destes três artigos, foi possível chegar a algumas considerações, que serão apresentadas, a seguir.

Revelou-se, no primeiro artigo, o nível da discussão sobre o esporte escolar nos periódicos acadêmicos, considerando a classificação do Qualis CAPES B1, B2, B3 e B4, entre 1990 e 2011. Percebeu-se que essa temática vem sendo pouco discutida nos principais veículos informativos da área. O esporte escolar configura-se como um conteúdo da Educação Física escolar que esteve atrelado a debates, que foram intensificados na década de 1990, quando surgiram diversas abordagens para o tratamento desse conteúdo nas aulas. Considerando-se que por meio de cada uma dessas abordagens foram apresentadas propostas diferenciadas, ficou evidenciado que o conteúdo esporte vem sendo desenvolvido na escola a partir da fundamentação teórica adotada pelo professor, sem que haja investigação para analisar se essas abordagens cumprem os objetivos propostos e se suprem as necessidades educacionais dos alunos.

Este estudo revelou que dentre as publicações encontradas, o extrato que apresentou mais publicações foi o B4. Os principais periódicos pertencentes a área 21 da classificação da CAPES são direcionados prioritariamente para as pesquisas biológicas e, nesse sentido, as pesquisas relativas aos aspectos culturais, filosóficos, epistemológicos e educacionais, entre outros, ficam a margem.

Embora a temática do esporte escolar seja considerada relevante, o que se observou é que são poucos os espaços para as publicações, que, quando ocorre, quase sempre são em extratos de baixo fator de impacto. A que se pode creditar tal situação? Seria a qualidade dos artigos? Seria o reduzido número de periódicos voltados a essa temática ou essa temática é considerada como apenas um apêndice na área 21? Esse fato indica a necessidade de outras investigações para compreender o que determina essa relação, bem como as questões que permeiam o esporte escolar.

Assim como o esporte escolar, foram encontradas poucas publicações sobre os Jogos Escolares, que são realizados em âmbito nacional há 44 anos, podendo ser considerados eventos consolidados. Investigar as particularidades poderá permitir a compreensão das relações estabelecidas nesses Jogos.

No segundo artigo, evidenciou-se que para se classificarem para as etapas finais dos Jogos, as equipes necessitaram de possuir algumas características. Aquelas que apresentaram melhores estruturas físicas e materiais, recursos humanos capacitados, incentivo financeiro para disputar outras competições, alunos atletas de outras equipes e

programa de captação desses atletas, naturalmente tiveram mais chance de disputar o título nacional.

Os resultados permitiram concluir que existe desajuste entre o conceito de esporte educacional adotado pela legislação atual e a realidade dos Jogos Escolares, indicando a necessidade de se debater sobre essa questão.

Foi desvelado no terceiro artigo que as escolas privadas predominaram em relação às públicas, no que diz respeito a melhores condições de treinamento. Essa condição pode ser justificada pelo interesse da rede privada em vincular essas ações ao *marketing*. Este fato pode sugerir ainda que o governo em todas as etapas tem delegado a função do desenvolvimento do esporte de base à rede privada, atuando apenas na promoção dos Jogos, sem que seja investido na melhoria da prática esportiva nas escolas, principalmente nas públicas.

Portanto, a partir do segundo e do terceiro artigo, algumas questões foram geradas:

- Seria essa a estrutura de competição ideal para o crescimento do esporte nacional ou simplesmente os dirigentes esportivos, na falta de uma solução mais adequada, sustentam como mecanismo de afirmar o dever cumprido?
- Esse é o esporte e essa é a configuração de competição adequados para a escola?
- Por que os Jogos Escolares são promovidos sem o investimento necessário nas instituições de maneira que as equipes possam disputar os Jogos Escolares com o princípio da igualdade, que reza o regulamento atual?
- Se um dos objetivos listados no regulamento é o de se revelar talentos, como os treinadores/professores responsáveis o farão, se algumas escolas não possuem estrutura adequada para desenvolvê-los?
- Como atender o princípio do direito dos alunos em participação se os Jogos são elitizados e não proporcionam a condição para que todos possam vivenciá-los?

Os questionamentos gerados indicaram a necessidade de debates entre os envolvidos, para que seja readequado o conceito de esporte educacional e de estrutura dos Jogos, envolvendo equipes escolares. A pesquisa dos parâmetros observados, considerando outros estados e municípios, bem como a observação *in loco* dos treinamentos e Jogos Escolares, poderia agregar maior valor aos apontamentos deste estudo. O impacto dos resultados sobre as ações de *marketing* utilizadas pela rede privada; os itens referentes à valorização do treinador de equipe escolar, considerando a remuneração; o incentivo da escola; e a participação feminina nesses cargos também

se configuram como temáticas que podem contribuir para a maior compreensão dos Jogos Escolares. Nesse sentido, é sugerido que outras investigações sejam realizadas, para que se possa conhecer de forma mais aprofundada a manifestação do fenômeno esportivo dentro da escola.

APÊNDICE A



Universidade Federal de Viçosa
 Programa de Pós-Graduação em Educação Física - UFV/UFJF
 Linha de Pesquisa: Aspectos Socioculturais do Movimento Humano

Prezado entrevistado:

Esta pesquisa tem o intuito de investigar como tem sido processo global de treinamento das equipes escolares nas modalidades: handebol, futsal, basquetebol e voleibol representantes nos Jogos Escolares 2011. A sua colaboração é muito importante.

ANÁLISE DO PROCESSO GLOBAL DE TREINAMENTO DE EQUIPES ESCOLARES

DADOS GERAIS DO TREINADOR

1. Município: _____ Estado: _____
2. Modalidade: _____ () Feminino () Masculino
3. Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino
4. Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Outros
5. Você tem filhos? () Sim () Não
6. Se sim, quantos? _____ Qual idade deles? 1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____
5 _____
7. Você foi atleta? () Sim () Não
8. Se sim, qual esporte?
 () Futsal () Basquetebol () Handebol () Voleibol () Futebol () Outros

9. Em que nível? () Competições municipais () Competições estaduais ()
 Competições nacionais
 () Competições internacionais

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

10. Grau de escolaridade: () 2º Grau () Provisionado () Superior Incompleto () Superior Completo
 () Especialização () Mestrado () Doutorado
11. Tipo de instituição de formação: () Pública () Particular
12. Ano de formação: _____
13. Com qual frequência anual você participa de curso e/ou congresso relacionado ao esporte?
 () Nenhuma () Uma vez () Duas vezes () Três vezes () Quatro ou mais vezes

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

14. Há quanto tempo você atua como técnico (a)? _____
15. Como se tornou técnico esportivo?
 () Processo seletivo () Convite () Indicação () Exigência da instituição em que trabalha () Iniciativa pessoal (Voluntariado) () A pedido dos alunos da instituição
16. Você possui ou possuiu outra ocupação (trabalho) além de ser técnico de equipe? () Sim () Não
17. Se sim, qual? _____
18. Há quanto tempo? _____
19. Se aposentou neste trabalho, há quanto tempo? _____

CONHECIMENTO SOBRE A MODALIDADE QUE ATUA COMO TÉCNICO

20. Você já atuou como técnico de equipe nesta modalidade em qual gênero?
 () Feminino () Masculino () Ambos
21. Durante quanto tempo? 1 - Feminino _____ 2 – Masculino _____

CONDIÇÕES DE TREINAMENTO DA ESCOLA

22. A escola em que você atua como treinador é: () Pública municipal () Pública estadual () Pública federal () Particular
23. O treinamento acontece no horário da aula de Educação Física? () Sim () Não
24. O treinamento é oferecido durante todo o período letivo? () Sim () Não
25. Qual a frequência de treinamento da sua equipe por semana?
 () 1 vez () 2 vezes () 3 vezes () 4 vezes () 5 vezes () 6 vezes () 7 vezes

26. Se o treinamento não é regularmente oferecido, como é a preparação para a competição () Nunca () Às vésperas () Quantos meses? _____
27. Como se dá a escolha dos alunos para participar da equipe?
() Seletiva () Convite () Bolsas de estudos () Interesse do aluno
28. Onde o treinamento é realizado? () Na própria escola () Em um clube ()
Outros _____
29. A escola possui quadra? () Sim () Não
30. Se sim, ela é coberta? () Sim () Não
31. Se sim, a quadra está em condições adequadas para a prática da modalidade em que você atua como treinador? () Sim () Não
32. A escola possui materiais esportivos para a prática da modalidade em que você atua como treinador? () Sim () Não
33. Se sim, os materiais esportivos estão adequados para a prática da modalidade em que você atua?
() Sim () Não
34. Se sim, possui quantidade suficiente para o treinamento? () Sim () Não
35. Qual a frequência que a escola participa de competições por ano?
() 1 vez () 2 vezes () 3 vezes () 4 vezes () 5 vezes () 6 ou mais vezes por ano
36. A escola financia os custos de transporte para competir em outras cidades? () Sim () Não () Às vezes
37. Se não, quem financia? () Prefeitura () Estado () Os pais dos alunos
() Outros _____
38. A escola financia os custos de alimentação para competir em outras cidades? () Sim () Não
() Às vezes
39. Se não, quem financia? () Prefeitura () Estado () Os pais dos alunos ()
Outros _____
40. Na escola que você trabalha existe algum programa de captação de alunos atletas? () Sim () Não
41. Se sim, como ele é feito? () Programa do governo () Através de bolsas de estudos integral
() Através de descontos na mensalidade
42. Sua equipe possui alunos que são atletas de outra equipe competitiva? () Sim () Não () Não sei

43. Equipe de que natureza? () Clubes () Projetos sociais () Projetos do governo ()
Escolinhas
() Não sei
44. Se sim, quantos alunos? (especificar em número quantos atletas da equipe presente
nesta competição são atletas de outras equipes competitivas) _____
45. Em que nível? () Competições municipais () Competições estaduais ()
Competições nacionais
() Competições internacionais

APÊNDICE B

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
FONE: (31) 3899. 4388- FAX: 3899-2249
<http://www.ufv.br/des> - e-mail: ppgefi@ufv.br
36571-000 - VIÇOSA - MG - BRASIL

Prezado entrevistado:

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa “Análise do processo global de treinamento dos esportes coletivos escolares”. Esta pesquisa tem o intuito de investigar como tem sido processo de treinamento das equipes escolares nas modalidades: handebol, futsal, basquetebol e voleibol representantes nos Jogos Escolares e Olimpíadas Escolares 2011.

Se você concordar em participar desta pesquisa terá que realizar o preenchimento de um questionário.

As informações relacionadas ao estudo serão confidenciais, respeitando o sigilo e codificação dos voluntários.

Se você tiver alguma sugestão que contribua para esta pesquisa ou interesse nos resultados encontrados, poderá entrar em contato através no email: dribitencourt@hotmail.com ou adriana.reis@ufv.br.


A sua colaboração é muito importante. Obrigada pela atenção.

Adriana Bitencourt Reis da Silva
Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação

Ana Carolinha Fidalgo de Moura
Pesquisadora voluntária

ANEXO A

PARACER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS

 **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
Campus Universitário - Viçosa, MG - 36570-000 - Telefone: (31) 3899-1269


Of. Ref. Nº 122/2011/Comitê de Ética

Viçosa, 30 de agosto de 2011

Prezado Professor:

Cientificamos V. S^a. de que o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em sua 6^a Reunião de 2011, realizada nesta data, analisou e aprovou, sob o aspecto ético, o projeto intitulado *Análise do processo global de treinamento dos esportes coletivos em equipes escolares.*

Atenciosamente,


Professor Ricardo Albuquerque Del Carlo
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Vice-Presidente em exercício

Professor
José Geraldo do Carmo Salles
Departamento de Educação Física

/chs.